



Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura Regional

**Rafaela Franklin da Silva Lira**

**Doutor Martín de Azpilcueta Navarro: um estudo sobre a confissão e a educação na  
sociedade ibérica do século XVI**

Recife

2013



Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura Regional

**Rafaela Franklin da Silva Lira**

**Doutor Martín de Azpilcueta Navarro: um estudo sobre a confissão e a educação na  
sociedade ibérica do século XVI**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Kalina Vanderlei Silva.

Co-orientador: Prof. Dr. Antony Cardoso Bezerra.

Recife

2013

Ficha Catalográfica

L768d Lira, Rafaela Franklin da Silva  
Doutor Martín de Azpilcueta Navarro: um estudo sobre a  
confissão e a educação na sociedade ibérica do século XVI /  
Rafaela Franklin da Silva Lira. – Recife, 2013.  
134 f. : il.

Orientador(a): Kalina Vanderlei Silva.  
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Cultura) – Universidade Federal  
Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife,  
2013.  
Inclui anexo(s) e referências.

1. Navarro, Martín de Azpilcueta, 1491-1586  
2. Comportamento - Manual 3. Educação 4. Confissão  
(Sacramento) I. Silva, Kalina Vanderlei, orientadora II. Título

CDD 306.09

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

DOUTOR MARTÍN DE AZPILCUETA NAVARRO: UM ESTUDO SOBRE A  
CONFISSÃO E A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE IBÉRICA DO SÉCULO XVI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

RAFAELA FRANKLIN DA SILVA LIRA

APROVADA EM 20 / 05 / 2013

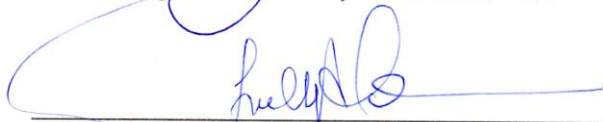
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Kalina Vanderlei Silva  
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



Prof.ª Dr.ª Ana Paula Torres Megiani  
Programa Pós-Graduação em História – USP



Prof.ª Dr.ª Suely Creusa Cordeiro de Almeida  
Programa Pós-Graduação em História– UFRPE

**Aos meus pais, Rosane e Levi,  
a minha irmãzinha, Isabele.**

## **Agradecimentos**

Seria impossível expressar em poucas páginas o quanto sou grata a todos os meus familiares, amigos e professores que estiveram comigo ao longo deste trabalho, ou melhor, da vida. Aqui está uma pequena demonstração do carinho que tenho por vocês, espero conseguir de alguma forma agradecer pelo apoio que recebi todo esse tempo.

Primeiramente, eu gostaria de registrar minha imensa gratidão a Kalina Vanderlei Silva, minha orientadora e amiga, com quem comecei a trabalhar ainda na graduação. Agradeço pelos livros emprestados, pela paciência que teve comigo (muita), pelos cafés que tomamos juntas durante as discussões, pelas risadas, pelas broncas, por me ensinar a ler uma fonte, escrever e reescrever. Espero que esse trabalho seja mais um dos muitos que continuaremos a fazer.

Também agradeço a Antony Cardoso Bezerra, meu co-orientador, que sempre se mostrou disposto a me ajudar emprestando seus livros e fazendo uma correção misuciosa do meu trabalho. Através das suas orientações pude conhecer e dialogar com elementos que estavam além do campo da História e sem dúvida enriqueceram essa produção.

Meus agradecimentos também se estendem a minha querida professora Suely Almeida que esteve presente na minha banca de qualificação e defesa e sempre se mostrou muito prestativa. Sua experiência nos fascina enquanto alunos e suas contribuições, também determinaram o rumo deste trabalho.

À professora Ana Paula Torres Megiane, que se mostrou muito atenciosa ao aceitar nosso convite para formar esta banca, apesar de todos os seus compromissos. Sei que seus conhecimentos em história ibérica contribuíram muito para minha pesquisa

Obrigada, a todos os professores da graduação e pós-graduação que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, em especial a José Maria Neto e Alberon Lemos, este último também entrou na longa lista de colaborações através dos empréstimos dos textos.

À minha querida mãe, Rosane, pessoa mais importante na minha vida, que me ajudou em todos os momentos e em especial neste mestrado. Sempre muito preocupada, carinhosa e

prestativa, me incentivou a cada dia com suas palavras e suas orações. Não poderia deixar de falar da minha irmãzinha, uma pequena princesa, que encheu nossa casa de luz e alegria. Ao meu pai, que também se mostrou sempre disposto a me ajudar e me ensinou os valores que levarei comigo por toda a vida. Amo muito todos vocês.

A minha enorme família que sempre esteve ao meu lado e compreendeu os inúmeros momentos de ausência nas últimas reuniões e comemorações. Agradeço principalmente a minha avó Alaide, aos meus avôs Nivaldo e Sebastião (*In memoriam*) e as minhas tias Rosália e Rosineide que cuidaram de mim como uma filha por toda a infância.

A todos os amigos da pós-graduação. Alguns estiveram mais próximos e outros nem tanto, pelos trabalhos e inúmeras atividades do cotidiano. Deixo aqui o meu abraço e espero reencontrá-los em outros momentos. Agradeço em especial a minha querida amiga e co-orientadorinha Suzana Veiga, com quem sempre pude contar para a leitura dos textos ou apenas para conversar. Sou grata também a Gustavo Augusto Mendonça e Emmanuelle Valeska Guimarães, para quem tanto liguei nas horas de dúvida.

Aos amigos do GEHSCAL, em especial a Welber Andrade, Marco Tomé C. Monte, Juliana Sampaio e Giovane Albino que por conhecerem essa árdua jornada me apoiaram com seus e-mails e telefonemas de incentivo. E aos amigos da minha vida: Vanessa Vieira, Maria Helena, Cleyton França, Diogo Iwanaga, Wilson Jr, João Paulo Lemos, Stephanie Zumba, Bruno Verás, Roberto Balbino, Ueverton Miranda e Elisângela Silva, minha irmã.

À Alexandra, secretária do curso, que sempre muito gentil e paciente contribuiu com todos os alunos para solucionar os problemas burocráticos. Abraços.

Aos colegas de trabalho e alunos que compreenderam minha ausência em vários momentos.

Ao meu companheiro Alessandro Ribeiro, que divide comigo as alegrias e as discussões historiográficas desde a graduação. Uma pessoa muito especial que me incentiva em tudo que faço. Acompanhou comigo cada etapa deste trabalho, por isso também, dedico-o a você.

Agradeço a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia - FACEPE pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço acima de tudo a Deus, que segurou a minha mão nas longas noites de escrita.

Ainda com os olhos marejados por lembrar de cada um que esteve presente comigo nesta etapa, só tenho a dizer: muito obrigada!



## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar os aspectos culturais, sociais e políticos na Península Ibérica através da trajetória de Martín de Azpilcueta Navarro no século XVI. Procuramos enfatizar os estudos em torno do campo religioso e educacional, a fim de perceber o novo perfil da confissão moderna e a relação entre Navarro e a Companhia de Jesus. Dentre as fontes utilizadas destacamos alguns manuais de Martín Azpilcueta Navarro, sobretudo o *Manual de Confessores & Penitentes* de 1560, cartas escritas pelo catedrático e pelo Padre Manuel da Nóbrega, o Concílio Ecumênico de Trento e o IV Concílio de Latrão. Para construirmos esse trabalho, utilizamos a análise de trajetória de vida ou biografia. Não se pretende aqui apresentar o sujeito em si, mas observar através dele (suas experiências, espaços de convivência, etc) as práticas sociais e culturais da Península Ibérica no século XVI. Procuramos apresentar as conexões entre Martín de Azpilcueta Navarro e a Companhia de Jesus, ordem escolhida pelo Concílio de Trento para disseminar a fé e doutrina católica entre os gentios das terras além-mar. No contexto das reformas, a ação de Navarro na divulgação do novo modelo de confissão, por meio de suas aulas e obras, foi fundamental para a formação de muitos padres jesuítas, sobretudo do padre Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão jesuítica enviada à América Portuguesa em 1549. A partir do trabalho missionário foi difundido na *Terra Brasillia* a doutrina católica e as práticas religiosas que se desenvolveram na sociedade colonial pelos séculos seguintes.

**Palavras-chave:** Martín de Azpilcueta Navarro. Confissão. Manual de Comportamento. Educação.

## **Abstract**

This study aims to analyze the cultural, social and political Iberian trajectory of Martín de Azpilcueta Navarro in the sixteenth century. We seek to emphasize the studies around the religion's and educational's fields, in order to realize the new profile of the modern confession and the relation between Navarro and the Society of Jesus. Among the used sources we emphasize some Azpilcueta Navarro Martín's manuals, especially the *Manual Confessors & Penitents* of 1560, letters written by the gownsman and by the priest Manuel da Nobrega, the Ecumenical Council of Trent and the Fourth Lateran Council. To build this work we analyzed the life story or biography. It is not intended here to present the own subject, through his life ( his (experiences, living spaces, etc.) the social and cultural practices of the Iberian Peninsula in the sixteenth century. We present connections between Martin de Azpilcueta Navarro and the Society of Jesus, this order was chosen-by the Council of Trent to spread the faith and the Catholic doctrine among the heathen lands overseas. In the reforms's context, the Navarro's action in the disclosure if the new confession's model through his classes and works, was very important in the formation of many Jesuit priests, especially Father Manuel da Nobrega, chief of the first Jesuit mission sent to America Portuguese in 1549. From the missionary work, the Catholic doctrine and religious practices were widespread on Earth Brasillis, which were developed in colonial society for centuries following.

**Keywords:** Martín de Azpilcueta Navarro. Confession. Conduct's manual. Education.

## **Lista de Figuras**

Figura I: Salamanca em la baja Idad Media.....	81
Figura II: Mapa de Coimbra no século XVI.....	88

## **Lista de Quadros**

Quadro I: População nas cidades no princípio da Espanha Moderna.....	24
Quadro I: Relação de universidades criadas entre 1500 e 1620.....	78-80

## Sumário

<b>1. Espaços de circulação e formação do Doutor Navarro: primeiros anos da trajetória.....</b>	<b>17</b>
1.1 O Reino de Navarra e a Península Ibérica: aspectos políticos, sociais e culturais.....	18
1.2 Da França a Roncesvalles: a formação educacional e religiosa de Martín de Azpilcueta.....	37
<b>2. As obras doutrinárias e a Confissão Moderna.....</b>	<b>44</b>
2.1 A Reforma Católica e o Concílio de Trento.....	45
2.2 A produção de Manuais de Comportamento.....	54
2.3 O Confessionalismo tridentino: Um Novo Perfil.....	66
<b>3. O Doutor Navarro e a Educação no século XVI.....</b>	<b>76</b>
3.1 O retorno à educação: As Universidades de Salamanca e Coimbra .....	77
3.2 O Humanismo na Península Ibérica.....	92
3.3 As relações entre a Companhia de Jesus e Azpilcueta Navarro.....	100
Considerações Finais.....	115
Fontes e Referências Bibliográficas.....	118
Anexos.....	126

## Introdução

O presente trabalho visa analisar os aspectos culturais, sociais e políticos na Península Ibérica através da trajetória de Martín de Azpilcueta Navarro no século XVI. Procuramos aqui enfatizar os estudos em torno do campo religioso e educacional, a fim de perceber o novo perfil da confissão moderna e a relação entre Navarro e a Companhia de Jesus. Nosso recorte cronológico se estende entre 1492 e 1586, período em que viveu o Doutor Navarro. Esta pesquisa não é apenas um estudo sobre a Península Ibérica no século XVI, mas, sobretudo, uma análise a respeito da difusão dos desígnios tridentinos na formação de alguns jesuítas, em especial a do padre Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão na América Portuguesa, que utilizou os ensinamentos e obras propagados por Navarro durante as aulas em Coimbra para realizar a catequese e conversão no novo mundo.

Esta pesquisa se desenvolveu a partir da leitura de manuais de comportamento, tratam-se de obras criadas para auxiliar na manutenção das práticas sociais que se fizeram presentes nos diversos campos: social, religioso, educativo, sexual, entre outros. Através delas é possível perceber algumas características da sociedade que nos ajudam a montar um panorama cultural dos espaços em que foram elaboradas. Sua utilização motivava padronizações de conduta e sugeria uma uniformidade às práticas culturais.

Nosso objeto de estudo são esses manuais, pois eles não apresentam apenas questões relacionadas as condutas, oferecem também informações sobre economia, política, religiosidade, entre outros, tornando-se um elemento fundamental para o entendimento de uma dada sociedade. Nos propomos a perceber estes aspectos no Portugal e nos reinos espanhóis do século XVI, visto que, nestes espaços houve uma grande produção no período.

Dentre os vários manuais, destacamos os confessionais que orientavam, sobretudo, os padres quanto aos procedimentos diante dos relatos de pecados. Esta temática está presente no *Manual de Confessores e Penitentes* de 1560, do Martín de Azpilcueta Navarro.

A partir de consultas a alguns manuais de conduta, em especial do Doutor Navarro, como também a leitura de uma bibliografia específica sobre a Península Ibérica nos quinhentos, surgiram alguns questionamentos que passaram a nortear nossa pesquisa, tais como: quais as principais medidas do Concílio de Trento para reconquistar os fiéis e conter o avanço da reforma protestante e de que forma elas se apresentaram nas obras de Navarro? Qual a relação entre o professor e a Companhia de Jesus, ordem escolhida por Trento para

expansão da fé católica? Que importância tinha Navarro para a Igreja e a sociedade em que viveu, visto que recebeu elogios e reconhecimento de papas e reis? Após levantar esses questionamentos, foi necessário debruçar-se sobre fontes a fim de analisá-las para solucionar os problemas aqui apresentados.

As principais fontes utilizadas para a construção desse trabalho foram alguns manuais de Martín Azpilcueta Navarro: *Manual de Confessores & Penitentes*, 1560; *Comentario Resolutorio de Usuras*, de 1565 e *Libro de la Oraciõ horas canônicas, y otros officios divinos* de 1561. Cartas escritas pelo Doutor Navarro presentes nas biografias: *Don Martín de Azpilcueta y sus obras* de Mariano Arigita y Lasa, *Nueva Biografía del doctor Navarro* de Hermilio de Oloriz e *Martín de Azpilcueta y su época* elaborado por Rafael Pardo Fernández. Há também as cartas produzidas pelo Padre Manuel da Nóbrega enquanto esteve em Salvador. Para compreender algumas expressões do período, é utilizado o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Rafael Bluteau. Além disso, foram consultados o *Concílio Ecumênico de Trento* e o *IV Concílio de Latrão* para observar como a confissão foi apresentada nos distintos momentos em que foram realizados estes eventos.

Também buscamos aprofundar os estudos em torno dos elementos que auxiliam na construção do contexto histórico quinhentista, dentre eles: a produção de manuais, a Reforma Católica e Protestante, o Concílio de Trento, a confissão na modernidade, o Doutor Navarro e a história da Companhia de Jesus. Algumas das obras que contribuiriam para esta tarefa foram: *História de Portugal*, de José Mattoso, *História da Literatura Portuguesa*, de Teófilo Braga, *História Social da Espanha*, de Teófilo Ruiz, *O Gosto do Pecado*, de Ângela Almeida, *A Confissão e o Perdão*, de Jean Delumeau, *História da Companhia de Jesus*, de Serafim Leite entre outros. Além dos trabalhos elaborados recentemente, fruto de pesquisas de dissertação e tese, como de Alberon Lemos, *A Matrona & o Padre: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco*, Célia Tavares, *A Cristandade insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682)* e Mário Branco, *Para a maior glória de Deus e serviços do Reino: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII*.

A partir de Martín de Azpilcueta Navarro, apresentamos um panorama geral sobre sociedade e cultura nos quinhentos. Tomamos o catedrático como ponto de partida para uma expedição pela Península Ibérica. Iniciamos nossa jornada em Navarra, o menor dos quatro reinos espanhóis, que unificados ao final do século XVI, deram origem à Espanha. Lá,

permaneceu até os onze anos quando se mudou para Alcalá de Henares, onde estudou Artes, Filosofia e Teologia. Pouco depois, viajou para Toulouse, na França, onde cursou direito civil e canônico, tornando-se Doutor. Neste local, iniciou os trabalhos como professor, ofício que desempenhou por quase toda a vida. Ainda lecionou nas universidades de Cahors, Salamanca e Coimbra. Entre uma instituição e outra, ordenou-se cônego no Monastério de Roncesvalles, o que contribuiu para sua forte relação com a Igreja Católica. Enquanto lecionava, também escrevia manuais para orientação do clero e dos fiéis, que contribuíram para disseminar os pensamentos e valores da época, afinal, o homem reflete em suas produções as impressões de seu tempo.

Em seu Manual, Navarro nos apresenta a ideia de pecado no século XVI, momento de crise da Igreja Católica que, além de enfrentar problemas de foro interno, também teve sua estrutura abalada pela ação da Reforma Protestante. Provavelmente por essa razão, houve um súbito aumento dos livros de orientação, principalmente os relacionados à confissão. Para responder diretamente as contestações luteranas foi realizado o Concílio de Trento que além de reafirmar os dogmas e sacramentos tornou a Companhia de Jesus a ordem responsável pela expansão da fé católica e reconquista dos fiéis.

Dessa forma, buscamos ampliar os estudos sobre a sociedade ibérica no século XVI, visto que ainda são poucos os trabalhos desenvolvidos no país sobre a temática neste período, pois em sua maioria estão relacionados à América Portuguesa. Assim, pretendemos colaborar para preencher uma lacuna que ainda se mostra ampla, principalmente, no que tange ao campo educacional nos quinhentos. Essa foi uma das principais dificuldades para elaboração deste trabalho, a ausência de referências e fontes para se trabalhar o tema.

Logo, esperamos que o projeto contribua para esclarecer algumas questões sobre história ibérica, e, por conseguinte colonial, pois ao estudar o contexto metropolitano é possível compreender melhor a ação colonizadora sobre a América.

Para construirmos esse trabalho utilizamos a análise de trajetória de vida ou biografia. Mas qual o caminho a percorrer para se construir a trajetória de um indivíduo? Quais fontes podem ser utilizadas para tal tarefa e de que forma analisá-las? Como distinguir através das obras já produzidas os valores do período e os do seu autor? Para responder a esses questionamentos nos baseamos nos trabalhos de Mary del Priore, Peter Burke e Pierre Bourdieu em torno dessa temática.

A biografia é uma forma de escrita que vem se desenvolvendo desde a Antiguidade Clássica: inicialmente os gregos e romanos a utilizaram para narrar a vida de seus e estudiosos – filósofos e matemáticos. Com o passar do tempo, ela ganhou distintas conotações. No medievo foi comum à descrição da vida dos santos (hagiografia) e dos monarcas. Na modernidade, o renascimento promoveu o surgimento de um novo perfil de biografias, e nelas, não eram descritas a personalidade de um indivíduo. Essas obras se caracterizam pela grande quantidade de topoi (espécies de anedotas), por isso foram consideradas negativas por muitos historiadores<sup>1</sup>.

Por essa razão, durante muitos anos a biografia foi vista como um texto pouco confiável. Apenas no início do século XX, Lucian Febvre difundiu a biografia histórica renovada, que tornava o homem o autor da história. Porém, foi apenas a partir da década de 70 que ela ganhou espaço novamente entre as produções. Nesse momento ocorreu a valorização da hermenêutica, responsável por provocar uma mudança nos paradigmas e promover o reencontro do indivíduo com a história. O novo modelo de biografia que emergiu a partir de então não se assemelhava aos antigos textos clássicos, antes, era uma janela pela qual se observa a sociedade através dos indivíduos<sup>2</sup>.

Apesar do novo formato, Pierre Bourdieu, em seu artigo “A ilusão da Biografia”, teceu algumas críticas a esta construção textual. Para ele, “A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico” e que se apresentam pela voz do biógrafo como “um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas e um fim. No duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa que ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história”<sup>3</sup>. O autor contesta o principal problema das produções biográficas: a linearidade e a ordem cronológica com que sucedem os fatos, fortes marcas do positivismo. É necessário enxergar a personagem como sujeito com dúvidas, erros e fraquezas que a constitui, com suas escolhas (não determinadas), como mais um elemento na trama social na qual está inserido. Sob essa perspectiva, Carlo Ginzburg, descreveu a vida do

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. **A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/.../1177.p](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/.../1177.p) df Acesso: 07 de abril de 2013. p. 1-2.

<sup>2</sup> PRIORI. Mary del. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, Rio de Janeiro. V. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16. Disponível: [emhttp://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf) Acesso em: 02 de Abril de 2013.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Paris, 1986 in AMADO, J. FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183.



moleiro Menocchio. Em *O Queijo e os Vermes*: o autor trouxe para a luz indivíduos que, aparentemente, estavam a parte dos mecanismos oficiais, e mostrou que é possível construir a história a partir de diferentes lugares.

Foi com base nestas novas concepções que traçamos a trajetória de Martín de Azpilcueta Navarro. Não se pretende aqui apresentar o sujeito em si, mas observar através dele (suas experiências, espaços de convivência, etc) as práticas sociais e culturais da Península Ibérica no século XVI.

A historiografia recente vem produzindo biografias com o objetivo semelhante. Podemos destacar *O Alufá Rufino* de João J. Reis, Marcos de Carvalho e Flávio Gomes e *Traição*, do Ronaldo Vainfas<sup>4</sup>.

Nosso trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, “Espaços de circulação e formação do Doutor Navarro: primeiros anos da trajetória”, tentamos construir um panorama geral sobre a sociedade portuguesa e dos reinos espanhóis no século XVI ressaltando principalmente os aspectos políticos, sociais e culturais. Observamos também os contatos e diálogos estabelecidos entre esses espaços promovidos, sobretudo, pelos casamentos e circulação de estudantes e letrados entre os colégios e universidades. Também apresentamos a primeira fase da vida do canonista que se estende dos primeiros estudos até sua ordenação, na Colegiata Agostiniana.

No segundo capítulo, “As obras doutrinárias e a Confissão Moderna”, estudamos os manuais de comportamento: o que foram e para que serviram, as razões que determinaram o aumento de sua circulação e os reflexos das determinações tridentinas sobre eles. Apresentamos de maneira detalhada o conteúdo do Manual de Confessores e Penitentes ressaltando suas especificidades com relação a outros confessionais do período e destacando as novas características, que resultaram do processo de reformulação do cânone da penitência na Reforma Católica. Também apontamos as razões que promoveram a mudança no perfil da confissão e os impactos da Reforma protestante sobre alguns grupos sociais da Península Ibérica.

Em nosso terceiro capítulo, “O Doutor Navarro e a Educação no século XVI”, procuramos apontar as principais características da educação nas universidades de Salamanca

---

<sup>4</sup> REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino**: Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c. 1853). São Paulo, Companhia das Letras, 2010 Cf. Também VAINFAS, Ronaldo. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

e Coimbra nos quinhentos e identificar a incorporação do confessionalismo tridentino nas práticas doutrinárias jesuíticas, como também, perceber a relação entre a ordem e o canonista. Também descrevemos as características do humanismo, corrente literária que valorizava o uso da retórica, poesia, gramática e filosofia moral e que dinamizou a educação, introduzindo novos elementos que valorizavam o uso da língua vernácula como a gramática. Por fim, apresentamos um pouco da relação entre Navarro e os jesuítas, responsáveis pela difusão da doutrina católica e das práticas religiosas na *Terra Brasillia* após a conquista. Seguiremos agora para o início dessa jornada.

## 1. Espaços de circulação e formação do Doutor Navarro: primeiros anos da trajetória

Este é o famoso Navarro de cujo nome, glória, erudição está cheio tudo quanto das letras recebeu lustre. Nem a França, cuja Tolosa de grande préstimo ele ensinou, nem Alcalá, onde aprendeu filosofia e teologia, nem Salamanca, que em muitos anos exornou de miríades de discípulos, nem finalmente Coimbra, que tem instruído durante cerca de 12 anos, nenhum lugar, nenhum canto em que os homens deixem o seu rastro, calará o teu nome o Navarro, glória eminente das letras e da santidade. Não compra o silêncio, quem apresenta os livros (libros) e filhos (líberos). Proclamam livros, proclamam filhos, que o Navarro está na terra para o bem da humanidade, não só como cultor de estudos, mas também como mecenas de estudiosos de tal modo tudo quanto tem, está ao dispor de todos. Aliás para dizer de ti algo de novo fazer-te o elogio, seja este o teu título de honra mais verdadeiro: Navarro consagrou o direito canônico<sup>5</sup>.

Este texto faz parte do discurso intitulado *De Celebritate Academiae Conimbricensis*, proferido em 17 de julho de 1548 pelo mestre de Retórica da Universidade de Coimbra, João Fernandes durante a visita do infante D. Luís, irmão do rei D. João III, ao Estudo Geral. O orador tinha por objetivo descrever a Fama da Universidade, recentemente transferida de Lisboa, e de seu célebre corpo docente formado por teólogos, canonistas, médicos e matemáticos como Afonso do Prado, Marcos Romeiro, Frei Martinho, João de Morgovejo, Francisco Franco, António Luís, Pedro Nunes, Martín de Azpilcueta Navarro e vários outros intelectuais<sup>6</sup>. Percebe-se a atenção especial do mestre, quando se referiu ao Doutor Navarro, tamanha “eloquência e exaltação” utilizada para descrevê-lo”. João Fernandes não declarou apenas sua opinião particular sobre Navarro, mas descreveu uma ideia partilhada nos principais centros de educação e nas cortes europeias em meados do século XVI. Segundo o historiador e biógrafo Rafael Fernández, o Doutor recebeu honras de Felipe II e dos papas Pio V, Gregório XIII e Sixto V, além disso, suas obras atingiram cerca de trezentas edições, como

---

<sup>5</sup> FERNANDEZ, João. *De Celebritate Academiae Conimbricensis* Apud RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa, Imprensa nacional casa da moeda. 1998. V. 1 p. 61 .

<sup>6</sup> Cf. RAMALHO, Américo da Costa. **Alguns Aspectos da vida universitária em Coimbra nos meados do século XVI (1548-1554)**. Conferência feita na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Coimbra, 1981. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas33-34/01\\_Costa\\_Ramalho.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas33-34/01_Costa_Ramalho.pdf) Acesso em: 03 de março de 2012. p. 1-2.

também foi comparado aos mais prestigiados intelectuais de sua época, como Francisco de Vitória e Domingo Soto<sup>7</sup>.

Mas quem foi o Doutor Martín de Azpilcueta Navarro para que recebesse tamanha homenagem? Para responder a esse questionamento é necessário entender o que esse homem representava para a sociedade ibérica quinhentista, sobretudo, entre os intelectuais e a nobreza lusa e salmantina. Para reconstruir a trajetória do catedrático é necessário regressar a Navarra, onde nasceu, e, a partir daí, descrever os espaços em que circulou por toda a vida. O isolamento do reino pouco se comparou a notoriedade conquistada por um de seus filhos, que ao deixar o lugar ainda criança não imaginava que faria soar seu nome em terras tão distantes.

### **1.1 - O Reino de Navarra e a Península Ibérica: aspectos políticos, sociais e culturais**

Em 13 de dezembro de 1492, nasceu Martín de Azpilcueta y Jaureguizar no vale de Barasoain, Orba, cidade de Pamplona em Navarra. Apesar de compor a atual Espanha, não era possível naquele momento considerar sua existência enquanto um país, pois naquele período os quatro reinos que ali estavam: Aragão, Castela, Leão e Navarra ainda não haviam se unificado<sup>8</sup>. Isto se deve principalmente as diversidades geográficas, climáticas, sociais, políticas, culturais e linguísticas que existiam nesses locais. Somente ao longo dos séculos XV e XVI estes reinos foram agregados por acordos e anexações que proporcionaram aos poucos a unificação administrativa, apesar das desigualdades locais não se eliminarem por completo<sup>9</sup>.

Desde o fim do medievo, Castela assumiu a hegemonia nesta região. Os reinos seguiam independentes, até que em 1469 o matrimônio de Isabel e Fernando promoveu a união entre Aragão e as terras castelhanas. Os casamentos fizeram parte dos processos de articulações e alianças e também contribuíram para junção territorial e política. Para Ana Paula Torres Megiani, a partir de Carlos V, herdeiro dos reis católicos, se estabeleceu a ideia de um governante único, seu reinado fundou o embrião do futuro império espanhol, apesar da

---

<sup>7</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Martín Op. Cit. p. 15-16.

<sup>8</sup> OLÓRIZ, Hermilio. **Nueva biografía del Docto Navarro**: D. Martín de Azpilcueta y enumeración de sus obras. Pamplona, Librería de Aramburu, 1916. p. 3-4.

<sup>9</sup> RUIZ, Teófilo. **Historia Social da Espanha**, 1400-1600. Barcelona, Crítica, 2002. p. 21. Para observar a disposição geográfica dos reinos hispânico ver o anexo 1.

sua constante ausência devido às inúmeras guerras e conflitos<sup>10</sup>. Ainda em seu governo (1516-1556) teve início o século de ouro espanhol que se estendeu até a segunda metade dos seiscentos, com a morte de Calderón de la Barca (1681), compreende-se por essa expressão o período de ampla e diversificada produção literária e cultural. É válido ressaltar que esta datação é própria da sociedade ibérica hispânica e que outras civilizações possuem datas e eventos diferentes para demarcar o apogeu de sua história<sup>11</sup>.

Esse momento de intensa criação e difusão de novos conceitos, sobretudo no campo educacional, contribuiu para formação pessoal e profissional de Martín de Azpilcueta<sup>12</sup>. Não demorou muito para que ele circulasse pela península, os limites do pequeno vilarejo onde nasceu não foram empecilhos para prosseguir em seus estudos, apesar das disparidades territoriais. Carregou em seu nome o lugar de origem, prática comum aos homens da época, que além de identificá-los, também os distinguiu de possíveis homônimos.

Navarra situava-se na região setentrional ao extremo norte, que se estendia da Galícia até a fronteira com a França. O clima temperado favoreceu o desenvolvimento das atividades agrícolas e do pastoreio, devido à proximidade com o Oceano Atlântico também foi comum à prática da pesca. No entanto, essa área se mostrava menos populosa que as demais, sobretudo se comparada a central onde se localizava Castela, pois era comum a migração de seus habitantes para trabalhar em outros ofícios. Não havia uma língua em comum, portanto dividiam espaço: o galego, o castelhano, o catalão e alguns dialetos bascos pouco compreensíveis aos demais grupos<sup>13</sup>.

Ainda no século XI, Sancho III, que converteu Navarra ao cristianismo, tornou o território hegemônico nesta região. Posteriormente, a coroa esteve subordinada a diversos monarcas,

---

<sup>10</sup> Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. **O rei ausente**. São Paulo, Alameda, 2004. p. 39. Teófilo Ruiz também enfatiza a supremacia castelhana sobre os demais reinos. Segundo o autor, após o casamento dos reis católicos, seus descendentes, os Habsburgos, governaram uma “Espanha” unida. No entanto, ressalta que essa união foi um tanto superficial, pois algumas instituições locais (distribuídas pelos reinos) se mantiveram. Culturalmente essa hegemonia se apresentou através da sobreposição do Castelhana às demais expressões linguísticas e dialetos. Cf. RUIZ, Teófilo. Op. Cit. p. 45.

<sup>11</sup> Há controvérsias sobre a data que encerra este período. Para alguns historiadores apontam 1665, marco de início do reinado de Carlos II ou ainda 1648, ano que se inicia a decadência social, cultura e econômica do Império. Não necessariamente outras sociedades da época consideravam os séculos XVI e XVII o auge da história hispânica, visto que nela se intensificaram as perseguições da Inquisição e se verificou, através da obra **O Paraíso Destruido**: Brevíssima relação Da destruição das Índias do Frei Bartolomeu de Las casas, as inúmeras atrocidades para com os indígenas da América. Cf. GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. **Las Cultura del siglo de Oro**. Madri, Historia 16, 1989. p.11-12.

<sup>12</sup> Refiro-me ao Humanismo, que será analisado mais a frente.

<sup>13</sup> RUIZ, Teófilo. Op. Cit. p. 22-23.

em século XIII Navarra esteve sob a autoridade dos condes de Champagne e, durante grande parte dos séculos XIV e XV, também sob controle francês; em 1425 passou para as mãos de um membro da ramagem aragonesa dos Trastámara, Juan, Rey de Navarra (1425-1479) e Aragón (1458-1479). Portanto Navarra se viu profundamente envolvida em los conflictos entre Castilla y la Corona de Aragón e, posteriormente ya em el siglo XV, em los enfrentamientos de Francia e España<sup>14</sup>.

Pouco antes do nascimento de Martín de Azpilcueta, na última década dos quatrocentos, teve início o reinado de João Albret e Catarina I. Vinte anos depois, começou mais um episódio pela conquista do território. Antonio Ortiz, em seus estudos sobre a história da Espanha, afirmou que devido à área demasiadamente pequena e a ausência do caráter expansionista, o menor dos reinos foi constantemente alvo dos interesses alheios. Mais uma vez, com a vitória de Fadrique Álvarez de Toledo (Duque de Alba), Castela acabou por anexá-la em 1512. Logo após a conquista castelhana, os reis navarros exilaram-se ao sudeste da França e por lá permaneceram até a morte<sup>15</sup>. Segundo Ruiz, outra Navarra recém formada permaneceu independente do lado francês da fronteira, sob o governo de Henrique III (a partir de 1589, tornou-se Henrique IV, o Bourbon, rei da França).

Quais foram os argumentos utilizados por Fernando de Aragão para invadir um território que não lhe pertencia e estava sob o domínio de outros monarcas? Segundo o biógrafo Rafael Pardo, ele se baseou numa questão de direito canônico para ocupar Navarra, ao afirmar que o papa Júlio II havia deslegitimado os Albret por excomunhão<sup>16</sup>. Para Mariano Arigita y Lasa, um dos principais estudiosos da vida de Martín de Azpilcueta, é um engano acreditar que na versão da excomunhão dos reis navarros, como também não se pode vincular a saída do jovem de sua cidade por essa razão, “está proplado hasta evidencia que no existió semejante Bula em favor del castellano, así como también que el Papa Julio II no fulmino jamás sentencias de excomunió contra los Reyes de Navarra á quienes miró simprey llamó hijos quíridisimos”<sup>17</sup>.

Apenas em 1524 o herdeiro legítimo do trono, Enrique II, liderou a reconquista juntamente com uma parcela da população que defendia a expulsão castelhana. Dentre as

---

<sup>14</sup> RUIZ, Teófilo. Op. Cit. 33.

<sup>15</sup> DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. **Espanha, três milênios de História**. Madrid, Marcial Pons, 2000. p.98. Sobre a entrada do duque de Alba em Navarra ver também ARIGITA y LASA, Mariano. **Don Martín de Azpilcueta y sus obras**: estudo histórico-crítico. Pamplona, Imprenta Provincial, 1845. p. 38

<sup>16</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. **Martín de Azpilcueta y su época**. Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011. p. 28

<sup>17</sup> ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 40.

famílias envolvidas na empreitada, encontravam-se os Jaureguizar, uma das mais ilustres do reino. Muitos de seus membros estiveram diretamente inseridos no governo e apoiavam a expulsão do rei católico.

Os nobres Jaureguizar não tiveram apenas Martín de Azpilcueta como homem ilustre, muitos outros também experientaram uma vida política de grande projeção. É importante salientar que nossa personagem era filho de Maria Martín de Jaureguizar e Martín de Azpilcueta y Lopiz. Sua filiação é necessária para distingui-lo de outros parentes com o mesmo nome, inclusive de seu irmão, também chamado Martín de Azpilcueta, relator do conselho real de Navarra<sup>18</sup>.

Outros nomes deste reino também ganharam notoriedade, como Francisco Azpilcueta e Xavier, o apóstolo das Índias; João Azpilcueta, P. Beltrán de Azpilcueta, D. Alvaro de Bazán, D. Francisco de Ramirez y Azpicueta, entre outros. A maioria deles foi padre na Companhia de Jesus<sup>19</sup>.

Mas porque havia tantos clérigos entre os Azpilcuetas? A grande quantidade se explica pela forte ligação que tinham com o cristianismo e em particular com a Igreja Católica. Foi por influência da educação religiosa recebida pela mãe que Navarro, desde muito jovem, iniciou as atividades junto à instituição e antes mesmo dos nove anos passou a dedicar-se à carreira eclesiástica principiada pela tonsura<sup>20</sup>. Pouco depois, começaram os estudos de gramática na Escola de Gramática de La Catedral de Pamplona, ainda no reino, mas o desejo de dar continuidade aos estudos incentivou sua transferência para Alcalá de Henares e posteriormente para França, onde existiam universidades.

As escolas de Gramática eram centros de educação mais populares e comuns destinadas às cidades mais povoadas, os alunos frequentavam estes espaços a partir dos 8 anos e saíam aos 17, momento que o estudante seguiria para o curso superior. Eram oferecidas aulas de latim, língua vernácula, história, geografia, matemática, filosofia e retórica. Chegavam ao número de 70.000 só em Castela e geralmente era a opção das famílias que não tinham recursos para contratar um tutor, alternativa mais comum entre a nobreza. Foram severamente criticadas, pois afastavam os jovens de outras atividades importantes e segundo a realeza não estavam preparadas para formar a aristocracia castelhana e dar conta dos assuntos

---

<sup>18</sup> Para a ver a relação dos nomes da família Azpilcueta y Jaureguizar, como também sua genealogia conferir: ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 9-11; 17-18.

<sup>19</sup> ARITIGA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 8.

<sup>20</sup> ARITIGA y LASA, Mariano. Op. Cit.. p. 61.

políticos e econômicos próprios desse grupo. Ao longo do século XVI os jesuítas foram suprindo a defasagem do ensino municipal oferecido pelas escolas ao assumirem a administração dos vários colégios e demonstrarem habilidade e organização na gestão, além disso, também eram professores capacitados. Enquanto nas escolas a escolha desses profissionais estava a cargo dos corregedores, na Companhia de Jesus. Eles eram selecionados dentre os alunos que mais se destacavam e recebiam um longo e intenso treinamento durante os 11 meses que ficavam enclausurados, antes de desempenhar a função. Essa medida contribuiu muito para a formação de um corpo docente qualificado. Como resultado, rapidamente a ordem adquiriu força e espaço nos institutos de educação, inclusive nas universidades, e em 1600 já administravam cerca de 118 colégios na Península Ibérica.<sup>21</sup>

Desde a Idade Média, os reis navarros expressavam o desejo de construir um Estudo Geral, porém até o século XVI não havia outras instituições de ensino além das escolas. Essa carência provocou a migração de vários estudantes para outros lugares, como por exemplo, a França, que recebeu 46 alunos procedentes de Navarra no início dos quinhentos<sup>22</sup>.

Provavelmente aos onze anos, já instruído em Humanidades e Latim, que aprendeu ainda em seu reino, Martín de Azpilcueta começou os estudos em Artes, Filosofia e Teologia em Alcalá de HERNANDES. Mesmo jovem, demonstrava habilidade com as palavras e a ciência, aprofundou os conhecimentos em escolástica e ao final de quatro anos se formou nestes cursos. Em muitos discursos que proferiu ao longo de sua carreira, foi comum tecer elogios a esta instituição e ao seu ilustre professor Juan de Medina, com que aprendeu muitos preceitos básicos sobre a cristandade<sup>23</sup>.

Percebe-se que havia uma distinção no tipo de instrução oferecida ao estudante de acordo com a camada social que ocupava. A partir dessa observação é possível questionar sobre quais seriam os grupos que constituíam a sociedade hispânica entre os séculos XV e XVI. De modo geral, Teófilo Ruiz afirma que a nobreza representava cerca de 13% da população e possuía vantagens como a isenção de impostos e penas suaves. Porém, havia uma distinção entre a alta nobreza e a nobreza menor ou rural, que não tinha os mesmos prestígios, títulos e posses da primeira (alguns nesta condição eram considerados *hidalgos*). O clero também se favorecia com benefícios semelhantes, dividia-se em regular e secular e somava

---

<sup>21</sup> GARCÍA CÁRCIEL. Op. Cit. p. 183.

<sup>22</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 31.

<sup>23</sup> Esta afirmação está na Carta Apologética ao Duque de Albuquerque in ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 615-632. O autor também ressalta a hipótese do Doutor Navarro ter sido alfabetizado em latim por seu irmão mais velho de mesmo nome, que foi grande estudioso e relator do conselho real de Navarra.



em torno de 80.000 membros, dentre eles, uma parcela dedicava-se a mendicância como os franciscanos e dominicanos<sup>24</sup>. Havia também uma grande quantidade de camponeses ao longo de toda a Península, sobretudo na Galícia, Catalunha e no País Basco, devido à intensa atividade agrícola da região. Estes enfrentaram ao fim do medievo e início da modernidade uma fase de adaptação que substituiu aos poucos a servidão. No entanto, não se pode percebê-los como estáticos, tampouco considerar a existência de uniformidade neste grupo. Geralmente esses agricultores viviam em condições precárias, com pequena quantidade de terra e utilizavam a propriedade de forma comum, mas havia também alguns latifundiários que se encontravam em situação mais confortável, ambos conviviam em espaços semelhantes.

A partir do século XVI, também se estabeleceu uma burguesia, sobretudo em grandes cidades como Madri, que se dedicava ao comércio, a indústria e aos negócios bancários. Ortiz afirma que completavam o quadro um pequeno grupo de profissionais liberais, funcionários públicos e artistas.

Assim como em Portugal, na “Espanha” não é possível estabelecer claramente uma divisão entre o rural e o urbano no início da modernidade, pois muitos elementos do medievo ainda estavam imbricados nesta sociedade. Segundo Ruiz, a estrutura social da população ou das cidades estava relacionada com as atividades econômicas, com a localização geográfica e seu papel no comércio local ou internacional. Não é possível considerar as cidades hispânicas como centros urbanizados, sobretudo na primeira metade dos quinhentos, visto que poucos núcleos tinham mais que vinte cinco mil habitantes. Sobressaem-se as urbes, onde se desenvolviam trabalhos comerciais, principalmente neste momento em que o capitalismo mercantil, que provocou o aumento das navegações e das conquistas coloniais, dinamizou as transações no mercado europeu. O quadro abaixo apresenta alguns dados estatísticos sobre o quantitativo de habitantes em algumas cidades:

---

<sup>24</sup> RUIZ, Teófilo. Op. Cit. p. 94.

### Quadro I

#### População nas cidades no princípio da Espanha Moderna

	1510	1520	1550	1560	1570	1580	1590	1600	1640
Barcelona	30.000 a 35.000 (1516)								40.000
Cuenca			16.000 (1550)						
Granada				50.000 (1561)					
Madri			20.000 (1558)		35.000 (1571)		60.000 (1598)		
Málaga				15.000 (1564)					
Salamanca				25.000 (1561)					
Segovia				22.000 (1561)			28.000 (1594)		
Sevilla						130.000 (1580)			
Toledo				56.000 (1561)	62.000 (1571)				
Valencia		60.000 (1520)						60.000 (1609)	
Zaragoza				30.000 (1563)					

Richard L. Kang, Ed., Spanish cities of the Golden Age: the views of Anton van den Wyngaerde, Berkeley, 1989; Jordi nadal, Lapoblacions española (siglos XVI a XX), Barcelona, 1976. *Apud* RUIZ, Teófilo. **Historia Social da Espanha**, 1400-1600. Barcelona, Crítica, 2002. p. 67.

Podemos observar que Sevilha era a maior cidade dentre todos os reinos no início de século XVI, isto se deve ao intenso comércio praticado na região. Sua localização geográfica

contribuiu para que o porto fosse o único com autorização para realizar transações atlânticas, transformando-a assim num centro cosmopolita. Seguida por Valência, outra grande cidade comercial que se dedicava as manufaturas artesanais e de seda, além das hortas que circundavam seu perímetro. Destaca-se também Madri, sua ascensão está relacionada ao fato de ter se tornado a capital do império filipino na segunda metade dos quinhentos<sup>25</sup>.

Com o início da modernidade, as cidades foram se disciplinando em torno do Estado. Não foi diferente nos domínios Habsburgos, “na Espanha, o corregidor, este intendente urbano, submete as comunas à vontade da Coroa”. Assim, conforme o corpo de súditos aumentava, os tentáculos do governo se ampliavam por todo o território, mesmo onde a presença real não era tão frequente. Neste momento as cidades eram governadas de “longe”. Filipe II, por exemplo, administrava o vasto império espanhol do Escorial. Segundo uma teoria comum na época, quanto maior este império, mais populosa era sua capital. Seguindo essa lógica podemos explicar o aumento demográfico de Madri.<sup>26</sup>

Outro elemento que merece destaque nestes espaços é o *hidalgo* que, dentre os nobres, era o mais empobrecido. Segundo Antonio Ortiz, seu grande número está diretamente ligado a quantidade de títulos concedidos pelos monarcas como premiação pelas ações militares no início do século XVI<sup>27</sup>. A riqueza não foi um fator determinante para o pertencimento à nobreza, pois muitos desses eram miseráveis. Eduardo D’Oliveira França, em *Portugal na época da Restauração*, afirma que não se tratava apenas de uma condição hereditária, no geral, ela estava atrelada aos bons serviços prestados na administração ou no campo militar.

De acordo com França, a literatura imortalizou a imagem do *hidalgo* através dos textos de Lope de Vega e Francisco de Quevedo que apresentaram suas principais características: espírito aventureiro, heroísmo, idealismo e honra, sendo esta última a maior das qualidades, que relacionava-se ao valor, à virtude e à habilidade. Esses atributos os distanciavam dos demais grupos, “porque o hidalgo é fruto de suas obras: a nobreza implicava mais em obrigações que em direitos”, afirmava Lope em seu teatro<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> RUIZ, Teófilo. P 66; 68-69; 76. Sobre a população de Salamanca: “La ciudad en 1505 tiene unos 18.000 habitantes; en 1561, 25.000. Es la segunda ciudad castellana más poblada después de Valladolid” em LUIS HERRERO, José **Toponímia urbana en la Salamanca de los Siglos de Oro**. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/artifara/rivista6/testi/salamanca.asp> Acesso em 22 de janeiro de 2013.

<sup>26</sup> BRAUDEUL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo: séculos XV ao XVIII**. Lisboa, Cosmos, 1970. p.438-139; 446.

<sup>27</sup> DOMÍNGUEZ ORTIZ. Antonio. Op. Cit. p. 232.

<sup>28</sup> FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo, HUCITEC, 1997. p. 77.

Entretanto, alguns escritores fizeram críticas à honra e segundo eles, este elemento era um ranço da sociedade medieval que ainda se fazia muito presente nos quinhentos. Em oposição à figura do herói honrado, surge o pícaro ou o anti-herói, daí a nomenclatura literária: Novela Picaresca. Exemplificando-a temos *A vida de Lazarillo de Tormes e de suas fortunas e adversidades*, de autor desconhecido, e *Guzmán de Alfarache*, de Matheo Aléman<sup>29</sup>. Neste novo gênero são encontradas as seguintes características:

herói de baixa extração social, relato narrado em 1ª pessoa, autobiografia iniciada na infância do protagonista, deslocamento do pícaro de um lugar para o outro, trabalhando para distintos amos, presença de crítica e de denuncia social, vida do pícaro como conjunto de aventuras, vida sem honra, justificada por meio da narrativa, acontecimentos realistas possíveis aproximam o leitor que nele se reconhece<sup>30</sup>

A literatura é um instrumento fundamental para se perceber a sociedade em um dado período, e através das obras citadas é possível observar o século XVI como um momento de transição e mudança de valores. Elas denunciavam temas como a corrupção do clero e a necessidade constante de afirmar a honra. Lázaro, por exemplo, conta através de sua trajetória de vida, diversas situações que demonstravam a desonestidade de vários agentes sociais. A idealização das personagens não é uma característica comum na narrativa, ao contrário, o autor utiliza muitos fatos cotidianos para desmontar as aparências e apresentar o interesse material excessivo, sobretudo dos padres. O andarilho se encontrava em condição de extrema pobreza, a fome o acompanhou por toda a vida, por isso se sujeitava muitas vezes aos desejos de seus impiedosos amos. Para sobreviver e driblar as artimanhas, era engenhoso e astuto. A obra nos apresenta o lado da sociedade hispânica pouco exposta na literatura religiosa, abundante neste período.

Semelhante situação ocorre em *Guzmán de Alfarache*. A narrativa se aproxima de *Lazarillo*, sobretudo em sua estrutura, pois apresenta experiências pessoais e descreve práticas desonestas. A personagem principal é um anti-herói, filho de um ladrão que após a morte do

---

<sup>29</sup> O *Lazarillo de Tormes* é um romance anônimo do século XVI que auxilia nos estudos sobre a sociedade hispânica já que descreve alguns grupos sociais e o cotidiano de uma personagem do período. Anónimo. **La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades**. Nuñoa, Pehuén edições, 2001. Antonio Ortiz afirma que a obra foi elaborada sobre o gênero literário tipicamente espanhol. Cf. também ALEMÁN, Mateo. **Guzmán de Alfarache**. Ediciones Perdidas. Disponível em: [http://www.librosdearena.es/Biblioteca\\_pdf/GuzmandeAlfarache.pdf](http://www.librosdearena.es/Biblioteca_pdf/GuzmandeAlfarache.pdf). Acesso em: 22 janeiro de 2013.

<sup>30</sup> FERREIRA, Maria auxiliadora de Jesus. **Lazarillos de “Lazarrillo de Tormes”**: uma análise descritivo-comparativa de suas traduções. 2008. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia Programa de pós-graduação em Letras e Linguística. Salvador. p. 37-38.

pai também começou a roubar e aplicar vários golpes ao longo vida. No geral, o texto trata de uma sátira moral que apresenta através da inversão de valores os problemas comuns à sociedade do século XVI.

No início do século XVII, foi publicada em dois volumes, outra obra que seguiu essa mesma tendência: *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes y Saavedra. Apesar de apresentar novas características próprias do barroco, a história também é escrita com base nos relatos das experiências pessoais do protagonista, mesmo que em determinados momentos elas fossem imaginárias. A narrativa é uma paródia aos romances de cavalaria e expõe a história de um cavaleiro medieval de meia idade que embora trapalhão, acreditava ser um herói. Acompanhado de Sancho Pança e do velho cavalo Rocinante, lutava para cultivar a honra de sua amada donzela Dulcinéia, que na verdade era uma simples camponesa de Toboso chamada Aldonza Lorenzo. Por isso, podemos afirmar que se tratava de um duelo entre o real e o irreal (fruto da fértil imaginação de Quixote).<sup>31</sup> A obra também sugere uma crítica aos valores do passado que continuavam a serem propagados.

Também é possível perceber a presença e as visões sobre alguns grupos sociais na Península Ibérica através das produções teatrais. *O Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, primeira parte da trilogia, que conta ainda com o *Auto da Barca do Purgatório* e o *Auto da Barca Glória*, apresenta algumas personagens que representam tipos sociais como o fidalgo, o onzereiro, o sapateiro, os cavaleiros, o frade, o procurador, o judeu, entre outros. Estes últimos desenvolveram principalmente atividades econômicas e comerciais nas terras portuguesas e hispânicas<sup>32</sup>. Foram representados através da figura do usurário chamado Simifará. A obra narra o que acontece após a morte dos indivíduos: a alma após julgada se encaminhava por um rio numa barca guiada pelo Diabo, que conduz ao Inferno, ou por um

---

<sup>31</sup> Cf. CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. Tradução de: Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo, Martín Claret, 2007. José Antonio Maravall define o Barroco como um conceito histórico e não meramente um estilo artístico que estabelecia as relações sociais entre os indivíduos. Ele atenta para o caráter elitista, estratificado, conservador, urbano, artificial e dirigista, ou seja, a falta de espontaneidade e a obediência às ordens do Estado como uma tentativa simbólica de construí-lo. Cf. MARAVALL, Jose Antonio. **A Cultura do Barroco** – Análise de Uma Estrutura Histórica. São Paulo, Imprensa Oficial/Edusp, 1997.

<sup>32</sup> “É claro que não se pode concluir que todos os comerciantes que se afirmavam serem cristãos-velhos fossem na realidade de origem judaica, pois se tratava de um tipo de difamação que rivais ou concorrentes invejosos podiam facilmente imputar a qualquer individuo com quem antipatizassem. Entretanto, a partir da inquisição e de outros arquivos da época torna-se evidente que uma porcentagem elevada dos comerciantes e homens de negocio mais ricos pertenciam a esta categoria, impopular até depois de iniciado o século XVIII”. Cf. BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. p. 347.

Anjo, que levava ao Paraíso. O texto português descreve o estereótipo criado em torno do judeu na época, acompanhado pelo bode e valorizando demasiadamente o dinheiro:

Tanto que Brízida Vaz se embarcou, veo um Judeu, com um bode às costas; e, chegando ao batel dos danados, diz:

**Judeu** — Que vai cá? Hou marinheiro!

**Diabo** — Oh! que má hora vieste!...

**Judeu** — Cuj' é esta barca que preste?

**Diabo** — Esta barca é do barqueiro.

**Judeu.**— Passai-me por meu dinheiro.

**Diabo** — E o bode há cá de vir?

**Judeu**— Pois também o bode há-de vir.

**Diabo** — Que escusado passageiro!

**Judeu** — Sem bode, como irei lá?

**Diabo** — Nem eu nom passo cabrões.

**Judeu** — Eis aqui quatro tostões e mais se vos pagará.

Por vida do Semifará que me passeis o cabrão! Querês mais outro tostão?

**Diabo** — Nem tu nom hás de vir cá.

**Judeu** — Porque nom irá o judeu onde vai Brízida Vaz?

Ao senhor meirinho apraz? Senhor meirinho, irei eu?

**Diabo** — E o fidalgo, quem lhe deu...

**Judeu** — O mando, dizês, do batel?

Corregedor, coronel, castigai este sandeu!

Azará, pedra miúda,

lodo, chanto, fogo, lenha,

caganeira que te venha!

Má corrença que te acuda!

Par el Deu, que te sacuda

coa beca nos focinhos!

Fazes burla dos meirinhos?

Dize, filho da cornuda!

**Parvo** — Furtaste a chiba cabrão?

Parecês-me vós a mim gafanhoto d'Almeirim chacinado em um seirão.

**Diabo** — Judeu, lá te passarão, porque vão mais despejados.

**Parvo** — E ele mijou nos finados n'ergueja de São Gião!

E comia a carne da panela

no dia de Nosso Senhor!

E aperta o salvador,

e mija na caravela!

**Diabo** — Sus, sus! Demos à vela!

Vós, Judeu, irês à toa, que sois mui ruim pessoa. Levai o cabrão na trela!<sup>33</sup>

Ao fim do diálogo, o Judeu foi condenado por comer carne em dias santos, pois esta prática destoava do comportamento de um cristão. Outras almas também foram julgadas e dirigidas à barca do Inferno. Provavelmente, Gil Vicente pretendia expor através das obras: as camadas sociais, as práticas culturais e as crenças religiosas. Por meio dessas informações ele contribuiu para montar um panorama geral da sociedade e ao mesmo tempo, relatou o universo simbólico que norteava os portugueses naquela época. Os judeus estiveram presentes em grande número, também, nos reinos espanhóis até o final dos quatrocentos e ocupavam um lugar correspondente a camada média. Porém, com o surgimento da burguesia cristã ( que aspirava conquistar seu espaço social e econômico) e a tentativa de unificação que vinha sendo desenvolvida pelos reis católicos em torno de uma só língua e religião, os judeus sofreram pressões que desembocaram na expulsão do grupo<sup>34</sup>.

Com a assinatura do Decreto de Alhambra em 1492, foram expulsos aqueles que não aceitaram se batizar. Apesar disso, houve um batismo em massa, explicado pelo fato de os judeus se negarem a perder os cargos conquistados. Muitos deixaram os reinos espanhóis e seguiram para Portugal, onde passaram a ocupar setores importantes da economia, pois eram, em grande maioria, sapateiros, artesãos, ou ocupavam-se de outras atividades comerciais. Para não expulsá-los e conseqüentemente gerar prejuízos, o rei português aprovou a permanência do grupo sob uma condição: conversão ao cristianismo. Diante da determinação, muitos fingiram aceitar a nova religiosidade para continuar no território, porém a manutenção de suas tradições era denunciada frequentemente ao Santo Ofício, que investigava e julgava os casos. Outros, dirigiram-se para cidades ou estados em que a ação da Igreja Católica fosse menos evidente, como na Holanda, Inglaterra, Peru, Brasil. Dessa forma, colaboraram para ampliar a rede comercial portuguesa e fortalecer a burguesia mercantil<sup>35</sup>. Havia também alguns judeus

---

<sup>33</sup> VICENTE, Gil. **Auto da barca do Inferno**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00111a.pdf>. Acesso: 15 de março de 2013.

<sup>34</sup> VARGAS, Samanta Piton. **Inquisição na Espanha: desde o antijudaísmo na antiguidade à perseguição dos conversos na idade moderna**. Revista Historiador Especial Número 01. Ano 03. Julho de 2010. p. 12.

<sup>35</sup> SARAIVA, Antônio José. LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 17ª Edição. Porto, Porto Editora, 1996. p. 172.

que ocupavam lugar de destaque na sociedade, como o médico Garcia de Orta, autor da obra *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, publicado em 1563<sup>36</sup>.

A Península Ibérica concentrava a maioria da população cristã católica da Europa nos quinhentos. A religião foi um elemento de coesão que contribuiu substancialmente no processo de unificação dos reinos hispânicos. Apenas ao final do século, estes espaços passaram a ser compreendidos como uma nação, isto é, como um grupo de indivíduos com território definido que se distingue das demais comunidades. Foi, sobretudo, a partir de Erasmo que se compreendeu este novo significado para nação, considerado “un sistema de valores adherido en buena parte em confrotación com el papado, um sistema de valores que conducirá hacia la apelación a la antropología (los valores caracteriológicos próprios) y la historia (la exploración em las pesadas glorias)”<sup>37</sup>.

Esse panorama não deve ser expandido por toda a Península, afinal, além dos reinos hispânicos, havia também Portugal. A consolidação desse Estado teve início ainda na reconquista e contribuíram para a unificação, fatores como: o forte caráter militar desenvolvido durante a expulsão dos mouros, o povoamento em torno das fortalezas propiciado pelas ordens militares e a chegada das ordens religiosas (que conferiu o caráter de segurança aos novos espaços de ocupação<sup>38</sup>).

Nos séculos seguintes à unificação dos governos monárquicos na península, se estabeleceu em torno dos reis, um grupo de súditos que ocupou os cargos de uma nova burocracia, própria dos estados modernos. Assim formou-se a corte. Grupo que se constituiu a partir da antiga nobreza agrária e dos novos agentes em ascensão, sobretudo os vinculados ao comércio. Em Portugal, ela foi elemento essencial para o aumento do poder real,

O processo de centralização monárquica e consequente monopolização dos poderes vinha acompanhado não apenas de uma identidade portuguesa. Trouxe também consigo a estruturação de uma corte capaz de difundir novos modelos de sociabilidade, e controlar os afetos e condutas tanto dessa nova nobreza que ascendia, quando da velha nobreza, que se via forçada a se adaptar ao contexto<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> ORTA, Garcia de. **Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India**, e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber / cõpostos pello Doutor Garçia Dorta [...] . Disponível: [http://purl.pt/22937/4/res-456-p\\_PDF/res-456-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-456-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22937/4/res-456-p_PDF/res-456-p_PDF_24-C-R0150/res-456-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

<sup>37</sup> GARCIA CÁRCEL, Ricardo. Op. Cit. p. 61.

<sup>38</sup> Cf. SALGADO, Graça (org). **Fiscais e meirinhos**: administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. p. 24-25.

<sup>39</sup> GOMES, Jonathas Mendes. **Natural Jeyto e Boa Ensinança**: aspectos moralísticos e políticos na literatura técnica da dinastia de Avis (Portugal século XIV/XV). 2010. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História, Niterói. p. 54



Segundo Norbert Elias, a corte do Antigo Regime reunia duas funções: era ao mesmo tempo a instância máxima da estruturação da família real e o principal aparelho de administração do Estado. A ascensão da sociedade de corte estava diretamente relacionada à centralização do estado, uma vez estabelecida à monarquia, o grupo de nobres tornava-se súdito real e em troca recebia prestígio, contribuindo assim para a manutenção desse sistema<sup>40</sup>.

O espaço de circulação e convívio entre os membros da corte e o monarca era o Paço Real. Este local promoveu, principalmente através das festas, a construção do conjunto simbólico de representações que passou a integrar a vida cortesã. Foi também o palco onde os discursos reais eram proferidos com o objetivo de garantir a manutenção da hierarquia<sup>41</sup>.

Foi possível enxergar esse panorama social em Portugal no início dos quinhentos. Para além do Paço e dos que nele estavam, havia também outros grupos que compunham a estrutura social lusa. Dentre eles, podemos destacar: a nobreza, o clero, os comerciantes e os camponeses. O primeiro representava a menor parcela da população. Sua condição estava relacionada ao nascimento ou a concessão real de um título. Segundo Magalhães, “o nobre é aquele que mostra as qualidades da nobreza, que sabe agir de um modo honroso e socialmente prestigiante”<sup>42</sup>. O fidalgo era o nível mais baixo desta categoria, e, geralmente, adquiria títulos através de conquistas militares. O clero, em número mais significativo, dividia-se em secular e regular e recebia privilégios como isenção de impostos e prestação de serviços militares. Havia ainda o clero rural, que se encontrava em posição menos elevada devido à dependência de doações. Era comum os membros da nobreza e realeza se dedicarem à vida religiosa. Havia ainda um grupo que formava a maior camada da sociedade portuguesa, consistindo-se basicamente por trabalhadores rurais, livres e pequenos comerciantes, em menor parcela também grupos de mouros e judeus.

A mobilidade social aumentou a partir de meados dos quatrocentos, momento em que grupos dedicados ao comércio mercantil ascenderam e ganharam espaço na corte e no Paço. Nesse momento o cenário social sofreu algumas alterações, a nobreza rural migrou para os centros urbanos, especialmente para a Lisboa, e surgiu uma ampla camada de homens ricos,

---

<sup>40</sup> ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia da corte. Tradução: Pedro Sussekind. Rio de Janeiro, 2001. Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>41</sup> GOMES, Jonathas Mendes. Op. Cit. p. 55.

<sup>42</sup> MATOSSO, José (org.) **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d. p. 490.

sobretudo com o comércio ampliado pelos avanços dos náuticos e a conquista de novas colônias. Segundo Humberto Moreno, eles transformaram-se em vassalos do rei e adquiriram o status de nobreza oriunda do enriquecimento<sup>43</sup>.

No mesmo período, durante o reinado de D. João II, observamos a posição de destaque que Portugal adquiriu no cenário europeu diante das conquistas coloniais e do aumento do comércio, promovendo não apenas intercâmbio de mercadoria, mas também, de indivíduos e ideias. Este período marca o início do renascimento português, que se ampliou ao longo dos quinhentos. O sucessor da Coroa portuguesa D. Manuel I, que reinou entre 1495 e 1521, deu continuidade ao processo de centralização e valorização do campo artístico e literário iniciado por D. João II, sobretudo no que tange aos estudos náuticos, favorecendo as “grandes navegações” – um dos fatores que explica o pioneirismo português. O monarca se mostrou mais interessado que seus antecessores na ideia de expandir o império e estabelecer o monopólio comercial. Além dos investimentos na economia, o rei também utilizou os recursos artísticos, como estratégia simbólica, para construir uma imagem poderosa e suntuosa em torno de seu governo e da dinastia de Avis<sup>44</sup>.

Ainda no primeiro quartel do século XVI, D. João III tornou-se o rei de Portugal e assumiu um governo próspero iniciado pelo seu pai, D. Manuel I. Borges Coelho, afirma que a bandeira do reinado manuelino resumia-se nos seguintes termos: navegação, comércio e conquista<sup>45</sup>. Ambos adotaram medidas que incentivaram o processo de expansão marítima através do desenvolvimento dos estudos náuticos e da busca por novas rotas mercantis. O empreendimento possibilitou a ampliação do comércio que se estendeu do norte da África até as Índias, principal mercado de especiarias durante o século XV e XVI. As alianças entre a coroa, a nobreza e os grupos mercantis promoveram o enriquecimento da burguesia e do Estado que, através das conquistas, aumentou os rendimentos por meio da exploração das colônias, tráfico de escravos e licenças concedidas aos mercadores.

O reinado de D. João III não ficou restrito apenas aos investimentos no setor econômico. O monarca estendeu seus recursos sobre a educação de caráter humanista, fundou o Colégio das Artes em no ano de 1548 e transferiu a Universidade para Coimbra em 1537.

---

<sup>43</sup> MORENO, Humberto. O principio da época moderna. In José Tegarrinha (org.) **História de Portugal**. São Paulo, EDUSC, 2000. p. 55.

<sup>44</sup> BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português no século XVI. Revista Tempo. v. 4, n°7, 1999. p. 5

<sup>45</sup> COELHO, Antônio Borges. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro. In José Tegarrinha (org.) Op. Cit. p. 61.

Também convidou intelectuais para lecionarem em ambas as instituições, dentre eles Martín de Azpilcueta Navarro e George Buchanan<sup>46</sup>.

Para Ligia Bellini, o século XVI em Portugal consiste numa fase de transição marcada pela presença de elementos rurais e modernos, reflexos de um Estado que ampliou as atividades agrárias e desenvolveu o comércio em larga escala através da empresa mercantil. Sobre o período, a autora afirma:

Portugal era, nessa época, um Estado amplamente envolvido na empresa de conquista, com uma administração centralizada dos negócios públicos, desde o que dizia respeito a decisões políticas e militares até o que concernia à administração de centros intelectuais como a universidade e o Colégio das Artes, criado em 1548 com o objetivo de promover a educação humanista<sup>47</sup>.

A educação foi um elemento essencial para estabelecer contato entre Portugal e os reinos espanhóis. A intensa circulação de estudantes e professores pelas escolas e universidades da Península contribuiu para a manutenção dos laços entre lusos, castelhanos, aragoneses e etc.

Outro fator que contribuiu para esta aproximação foi o casamento. As cerimônias eram realizadas entre os membros das cortes e Coroas e proporcionavam uma relação de parentesco e solidariedade entre Madri e Lisboa. Em sua pesquisa sobre os matrimônios, Maria Paula Lourenço, afirma que o casamento não promovia apenas a união dos monarcas, pois a rainha, por exemplo, levava consigo um número de membros de sua corte para acompanhá-la na nova moradia: eram os chamados séquitos da rainha e casas da rainha<sup>48</sup>. Apesar de essas uniões propiciarem bons espaços para acordos políticos e negócios, os grupos pertencentes às camadas mais baixas não demonstravam satisfação ou interesse nos enlaces matrimoniais, pois acreditavam que, de certa forma, essa prática ameaçava a independência portuguesa, no caso da ausência de herdeiros legítimos, o que se concretizou no domínio de Castela sobre Portugal com Filipe II, III e IV, durante a União Ibérica. Segundo Teófilo

---

<sup>46</sup> Ambos os intelectuais eram professores e escritores, difundiram práticas humanistas em seus textos. George Buchanan nasceu na Escócia e foi um dos mais célebres humanistas dos quinhentos. Formou-se mestre em Artes pela Universidade de Paris em 1528, dentre suas obras mais conhecidas encontram-se *Somnium e Palinodiae*. Por aproximar-se das ideias de Erasmo foi investigado pela Inquisição portuguesa e acusado de práticas heterodoxas. Recebeu como pena o exílio de seis meses no mosteiro de São Bento. Para mais informações sobre o autor Cf. FLÔRENCIO, Francisco de Assis. **A poesia erótica de Buchanan**. Cadernos do CNLF, V. XI, N° 13. p. 16-24. s/d.

<sup>47</sup> BELLINI, Lígia. Op. Cit. p. 1

<sup>48</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal. Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na formação da sociedade da corte (1640-1754). Penélope, n°29, p. 49-82, 2003.

Braga, o fenômeno de troca cultural contribuiu substancialmente para a introdução de elementos castelhanos em terras lusas, o que promoveu de certa forma a perda de sua nacionalidade. Braga afirma que “é justamente no século XVI que duas fortes correntes atuam na desnacionalização de Portugal, o castelhanismo (com os casamentos reais, conduzindo a unificação ibérica, e a ação católica pela inquisição e jesuítas) e a cultura grego-romana ou humanismo”<sup>49</sup>.

Para o autor, o imperialismo de Castela sobre Portugal provocou na corte lisboeta o uso constante do castelhano. Observou-se esse fenômeno na poesia, em vários autos escritos por Gil Vicente, Sá Miranda, Camões, Jorge Montenor entre outros, se estendendo também para os textos científicos<sup>50</sup>.

John Elliott, em *La Españã Imperial*, também enfatiza a intensa troca cultural, promovida entres as coroas por meio do matrimônio, reforçando desta vez à influência portuguesa sobre a corte castelhana,

as sucessivas alianças matrimoniais entre as casas reais portuguesa e castelhana ao longo do século XVI e a união dual de sessenta anos contribuíram, de forma decisiva, para divulgar a cultura castelhana entre os círculos letrados portugueses e mesmo entre os estratos sociais. Não se tratou, contudo, de um mero fenômeno de importação cultural. Se é um facto que as princesas espanholas e seus séquitos, entre os quais devemos destacar a acção pouco conhecida de pregadores e confessores, tiveram um papel determinante na adaptação do castelhano entre os cortesãos e homens de letras desejosos de agradar às cortes regias, não é menos verdade que Felipe II e seu filho Carlos falaram fluentemente português, educados que foram por aias lusas sob a orientação tutelar da imperatriz Isabel<sup>51</sup>.

O bilinguismo foi acentuado, sobretudo, a partir a União ibérica. *Dom Quixote* e *Guzmán de Alfarache* foram um exemplo de obras que possuíram edições em ambas as línguas. Verifica-se uma tendência maior ao uso do castelhano, principalmente nos anos de domínio filipino sobre Lisboa. Neste período a circulação dos romances e teatros em português foi bastante reduzida, principalmente porque a maior parte das produções de

---

<sup>49</sup> BRAGA, Teófilo. **História da Literatura Portuguesa II**, Renascença. Portugal, Publicações Europa América, 1986. p. 13. Braga foi um escritor do século XIX, por isso é necessário fazer as devidas ponderações para citá-lo, afinal suas obras possuem um forte caráter positivista, próprio da época. Apesar dessa condição, muitas informações são de extrema relevância no estudo da Literatura portuguesa.

<sup>50</sup> Idem. p. 25. Braga indica: *Catalogo razonado de los Autores portugueses que escribieron en castellano* do Dr. García de Perez. Madrid, Impr. [del Colegio Nacional de sordo-Mudos y de ciegos](#), 1980.

<sup>51</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal. **Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na formação da sociedade da corte (1640-1754)**. Penélope, n°29, p. 49-82, 2003.

Portugal eram criadas na corte lusa e com a união das coroas, os reis continuaram em Castela, realizando por vezes, algumas visitas<sup>52</sup>.

Elliott, afirma também que esses contatos não eram benquistos por determinados grupos sociais, como os portugueses menos privilegiados e o baixo clero. A rejeição entre os populares foi bastante expressiva, por isso se justifica o adágio português frequente no período: *de Espanha nem bom vento, nem bom casamento*<sup>53</sup>. Certamente o receio que tinham sobre uma possível dominação se concretizou pouco tempo depois.

A extensão do governo filipino sobre as terras lusas teve início em 1580, com a morte do cardeal Henrique, que assumira o trono português pela falta de herdeiros diretos de D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir em 1578. Após a morte de D. Henrique, a monarquia portuguesa estava em condição vulnerável frente à coroa castelhana que reivindicava a posse do governo por parentesco legítimo. A ameaça militar imposta pelo Duque de Alba na fronteira foi suficiente para a rendição de Lisboa e possibilitou a unificação sob o reinado de Filipe II. Não houve rejeição da aristocracia ou do alto clero devido à forte presença castelhana na corte lisboeta, em contrapartida, as camadas mais baixas demonstraram desgosto pelo novo soberano. Apesar da dominação, o monarca espanhol continuou em Madri, sede de seu governo, passando apenas três anos em Lisboa<sup>54</sup>.

A União Ibérica não representou uma mudança tão significativa para a nobreza portuguesa, formada também por um grande número de nobres e intelectuais advindos dos reinos espanhóis, pelos contatos já descritos. Assim como em Portugal, nas terras hispânicas este grupo também era o mais privilegiado na estrutura social e sofreu ampliação considerável devido à inclusão de muitos homens ligados à guerra e à administração nos quinhentos.

Após a conquista sobre Portugal, o império espanhol ampliou significativamente suas possessões, pois as colônias lusas também passaram para a administração filipina. Era necessário criar mecanismos que auxiliassem na manutenção de poder real, pois o vasto território deveria conter algum tipo de representação do rei, já que não era possível a sua presença em todos os espaços. A apresentação simbólica desse poder se deu no âmbito artístico, cultural e arquitetônico. A arquitetura, por exemplo, foi um elemento importante para o império espanhol, alguns monumentos como El Escorial, refletiam exuberância e

---

<sup>52</sup> Cf. SARAIVA, António José. Lopes Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto, Porto Editora, 1996. p. 187.

<sup>53</sup> Cf. PAIS, José Machado. **De Espanha nem bom vento nem bom casamento**: sobre um enigma sociológico de um provérbio português. Análise social. Vol XXI. p. 229-243. Jul/Dez. 1985.

<sup>54</sup> Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres . Op. Cit. . p. 35

imponência. Havia não somente o embelezamento dos espaços, mas também a preocupação com a valorização da fé cristã e uma mensagem política implícita. Segundo Ana Paula Megiani, a partir de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano, durante a primeira metade dos quinhentos, os monarcas dos reinos espanhóis tornaram-se mecenas e colecionadores de pinturas, esculturas, obras arquitetônicas entre outros artefatos<sup>55</sup>. Camila Lima, em seus estudos e análises sobre as obras arquitetadas por Juan de Herrera na corte de Filipe II, nos ajuda a perceber o valor dessas construções. Ela afirma:

há a pretensão de que a arquitetura realizada no reinado de Felipe II tenha um caráter particular e que valoriza os elementos que possam unificar, ao menos simbolicamente, os territórios ibéricos desse rei, e que também pudesse ser estendido aos domínios americanos, bem como colocasse como imediata a ligação dessa monarquia com a defesa da fé católica<sup>56</sup>.

Os projetos eram pensados por Herrera a partir de um estudo sobre os gostos do rei e influenciados pelas obras frequentemente lidas pelo monarca, a fim de associar seu projeto ao desejo real. Lima conclui que tais obras vão muito além de um simples espaço de contemplação, elas se portaram como instrumento político. El Escorial, em especial, também servia de refúgio para a imagem do rei, pois diferente dos franceses, que constantemente se expunham, na Espanha a ausência pública da figura real promovia a legitimação de seu poder<sup>57</sup>.

Outro elemento que possuía forte caráter político para as monarquias ibéricas durante o século XVI eram as festas, especialmente as religiosas. Além delas, também havia torneios de lutas e homenagens aos governantes. No geral, estes eventos formavam o calendário de festividades públicas. Megiani declara, que após a passagem do rei em determinada cidade, era comum refletir, através das comemorações, a imagem de um governante poderoso, próspero e fiel a Deus. As festas geralmente possuíam shows pirotécnicos, torneios e desfiles, sobretudo as realizadas durante a União Ibérica,

---

<sup>55</sup> Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. **Memória e conhecimento do mundo:** coleção de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha. An. mus. paul. São Paulo, v.17, n.º.1, p. 155-171. Jan./Jun 2009.

<sup>56</sup> LIMA, Camila Cristina de Souza. **Artes, técnica e política:** a arquitetura régia de Juan de Herrera e o projeto político de Felipe II da Espanha ( 1572 -1596) Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom p. 8

<sup>57</sup> KAWATA, Viviane da Cruz . **Soldado de Corte:** estudo da destreza em Espanha e Portugal no século XVII. 2012. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em História. p. 67.

as representações das realezas vinham cercadas de prosperidade material, e de temor e submissão a Deus, em território espanhol, mas principalmente em terras portuguesas, onde era necessário afirmar e reforçar os símbolos da soberania dos Felipes e da manutenção da união das Coroas<sup>58</sup>.

A autora afirma que a prática da visitação real nas vilas e cidades era comum desde a Idade Média. Nessas ocasiões se realizavam cerimônias, que com o tempo ganharam importância e simbologia, já que havia uma sequência de eventos que conferia reconhecimento e autoridade ao rei, simbolizadas pela espera da população e entrega das chaves da cidade, peregrinação pelas principais ruas, etc. Quando o monarca não se fazia presente, outras formas de representação o substituíam, como ocorrera por diversas vezes em Lisboa, durante o reinado Habsburgo. Afinal, Filipe II passou cerca de dois anos nesta cidade e Filipe III apenas a visitou uma vez durante anos de domínio sobre Portugal. Os festejos também promoviam a inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais e serviam para legitimar a ordem vigente. Existiam outros mecanismos que também auxiliavam no controle da ordem, dentre eles destacamos as obras doutrinárias, também chamadas de manuais de comportamento, as quais abordaremos mais adiante de forma mais específica.

Este foi o cenário em que circulou o Doutor Navarro durante grande parte de sua vida. O ambiente da corte não foi o espaço em que viveu, preferiu se recolher nos centros de educação ou monastérios, onde poderia se dedicar de maneira integral a sua principal vocação, o ensino. No entanto, antes de frequentar estes ambientes, foi necessária uma formação educacional e religiosa, iniciada ainda em Navarra e que, com passar dos anos, contribuiu para torná-lo um célebre canonista do século XVI. Em sua trajetória se inclui Alcalá de Henares, Toulouse, Cahors além de Salamanca, Coimbra e Roma. Vejamos a partir de agora sua atuação em cada um desses espaços.

## **1.2 - Da França a Roncesvalles: a formação educacional e religiosa de Martín de Azpilcueta**

Após concluir as aulas na escola de Gramática e os estudos em Alcalá Martín de Azpilcueta se tornou bacharel em Teologia. Ao término dos cursos, o estudante não retornou a sua casa em Navarra, mas seguiu em direção à França. Ambicionava uma vaga na renomada

---

<sup>58</sup> MEGIANI, Ana Paula. Op. Cit. p. 84

Universidade de Toulouse, fundada em 1229 e considerada pelo papa Bonifácio VIII, a principal da Europa, com relação aos estudos em direito civil e canônico. O interesse do jovem pelos estudos aumentava a cada dia. Apesar de não existir instituições de ensino superior em Navarra, nos demais reinos hispânicos já havia consagrados Estudos Gerais. O que fez então escolher a França? Não há uma razão específica para justificar essa decisão. Sabe-se que Navarra almejava estudar direito e Toulouse oferecia este e vários outros cursos com excelente qualidade. Não podemos concluir que os conflitos entre a monarquia navarra e Fernando, o católico, influenciaram na escolha do estudante, pois seu ingresso nesta instituição foi anterior à invasão castelhana, liderada pelo Duque de Alba, sobre o pequeno reino. Como já vimos, alguns grupos fizeram resistência e uniram-se aos Albret na tentativa de reconquistar o território. Apesar dos seus familiares lutarem ao lado dos reis navarros, em nenhum momento Martín de Azpilcueta se envolveu nas questões de ordem militar, embora indiretamente apoiasse a reconquista.

Ao entrar em Toulouse, provavelmente em 1510, matriculou-se nos cursos de Direito Civil e Canônico e em 1518 licenciou-se em ambos. A partir de então passou a ser chamado entre amigos e alunos de Doutor Navarro. Em sua formação, priorizou os estudos sobre as questões ligadas aos patrimônios da Igreja, jurisdição da diocese, finanças, sacramentos, entre outros. Paralelamente, dividia o tempo entre os trabalhos religiosos e a dedicação aos carentes e enfermos. Os dois hospitais em Toulouse, Hospital de La Grave e Saint-Sébastien, foram visitados pelo Doutor Navarro, que apesar do grande número de atividades na universidade, não deixou de se mostrar prestativo e solidário para com os necessitados<sup>59</sup>. Segundo Olóriz, lá também recebeu as ordens maiores, consagrando-se sacerdote e logo após realizou sua primeira missa em 1515. Sobre ela o canonista declara:

Lo cual fué causa de que yo celebrase mi primera misa fuera de la patria, em tiempo y lugar donde solamente me acompañaban mi padre y dos hermanos, grave disgusto de mi pueblo, parientes y amigos, que antes del Concilio Tridentino, según la costumbre establecía, festejaban con gran ambición y opulencia las misas nuevas, principalmente si los celebrantes eran nobles<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Cf. PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 38. Ver também OLÓRIZ, Hermilio de. **Nueva Biografía del doctor Navarro**: D. Martín de Azpilcuetas y enumeración de suas obras. Pamplona, Librería de Aramburu, 1916. p. 17 e ARIGITA Y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 60.

<sup>60</sup> Cf. Miscellanea de orrationes. Miscell. 56 n° 6. *Apud* ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 49.



Nesta passagem, Navarro lamenta o fato de ter realizado sua primeira missa fora da cidade natal, como era costume acontecer com todos os clérigos. Apesar disso, demonstrou muita satisfação em concretizar mais uma etapa na carreira eclesiástica. Mesmo durante as intensas horas de estudos, não se afastou das atividades religiosas, ao contrário, procurou colocar-se a disposição da Igreja, onde frequentemente praticava as lições que aprendia no curso.

Foi durante as aulas que conheceu um de seus amigos mais próximos, Francisco de Navarra, com quem manteve uma forte ligação ao longo da vida. Este não era o único companheiro de estudos, oriundo do reino onde nasceu. Era comum a presença de estudantes de Navarra nesta instituição. No começo do século XVI, eram cerca de 46 matriculados, dentre eles o padre Francisco de Xavier, primo do catedrático conhecido como o apóstolo do oriente<sup>61</sup>. Era grande a quantidade de estrangeiros nas universidades espalhadas ao longo da Europa Ocidental, pois várias cidades não possuíam estas instituições. Apesar de ser uma prática corrente, os franceses não se mostravam receptivos aos estudantes de outras nações. Comumente encontrava-se um clima de tensão entre os diversos grupos que se encontravam naquele centro universitário. Declarou Navarro:

sin algun temor de Dios deshonrraban a los otros reynos y reys y a sus vassallos, llamando y teniendo a los reynos por estériles y despoblados, y a los reys por quien yo no osare dezir, aunque ya algunos livianos dellos em libros impresos, con mas afrenta suya que agena lo han dicho, a las gentes por pobres y mezquinas, por ceremoniaticas, sobervias y ambiciosas, y peores que gentiles. Resisti digo informandolos de la fertilidad y felicidad de la tierra, de la rezia substantia de los mantinimientos della.<sup>62</sup>

Percebe-se que, apesar de condenar o comportamento dos estudantes franceses, o catedrático ressalta a importância do local como terra de valor e felicidade, sobretudo, que a universidade era um importante núcleo de produção do saber durante o medievo e a modernidade e que suas contribuições estavam além dos problemas de ordem particular dos alunos. Este comportamento pode ser explicado pela relação pouco amistosa entre Castela e França, que posteriormente se concretizou em conflitos diretos. Navarro se mostrou avesso a qualquer comportamento violento e reprovou as condutas dos que se utilizavam de questões políticas para justificar seus atos.

---

<sup>61</sup>PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 31.

<sup>62</sup> Coment. Sobre el cap. Quando de consecratione, cap. XIX n° 92 y sigs. *Apud* ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 56

Após concluir os estudos, Navarro passou a lecionar na mesma universidade, onde chegou a dar quatro aulas por dia e ensinando majoritariamente, direito canônico. Os professores estavam divididos em categorias: titulares, os que faziam parte do corpo docente, os pasantías, que eram doutores novatos e agregados (nesta última categoria se encontrava Navarro). As aulas estavam distribuídas de acordo como o horário em que eram realizadas. Basicamente, estavam divididas em três tipos: Prima (6h), Tercia (9h) e Vísperas (15h)<sup>63</sup>. Os clérigos que se tornavam professores não deveriam receber pelo trabalho exercido, porém, ao longo do século XV, este quadro se modificou e as instituições passaram a pagar altos salários aos seus funcionários, principalmente aos professores estrangeiros. Apesar de iniciar seus trabalhos em Toulouse, Navarro atuou como professor em várias universidades e em todas elas destacou-se, pela grande dedicação com que realizava suas atividades. Geralmente passava o dia envolvido com as tarefas e os alunos, mesmo após o horário de aula.

Aparentemente estava tudo bem com o trabalho no Estudo Geral, porém, subitamente o professor decidiu deixar a instituição. A mudança foi uma de suas principais características, pois diversas vezes tomou decisões inesperadas que modificaram o rumo de sua vida e contribuíram para que circulasse em diversas cidades e lecionasse nas principais universidades do período. Antes de deixar Toulouse, Navarro foi convidado por importantes homens da corte francesa para trabalhar como conselheiro do Grande Parlamento de Paris, porém ele não aceitou o trabalho, alegando que em nada coincidia com a atividade que desenvolvia na educação ou na Igreja. Ele descreve esta passagem, na Carta Apologética que escreveu para o Duque de Albuquerque, nela também, afirma que passou ao todo quatorze anos na França, entre sua formação e o trabalho que realizou como professor<sup>64</sup>.

Em 1521, o canonista se mudou para Samantan e no ano seguinte para Cahors, também na França, onde desenvolveu trabalhos acadêmicos por apenas um ano. Pela primeira vez pode lecionar sobre jurisprudência, já que em Toulouse essa cátedra era lecionada apenas pelos professores do corpo docente da instituição. Segundo Fernández, a agitada vida econômica de Cahors contribuiu para a decisão de regressar a Navarra<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 35

<sup>64</sup> Carta na integra em ARIGILA Y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 615-632. As biografias não fazem referência aos nomes dos homens que o convidaram para compor o Parlamento. Ver também OLÓRIZ, Hermilio. Op. Cit. p. 18.

<sup>65</sup> PARDO FERNÁNDEZ. Rafael. Op. Cit. p. 49.

Em 1823 o Doutor Navarro decidiu regressar ao seu local de origem. Mas o que faria o renomado professor de sucesso e reconhecimento decidir deixar novamente o trabalho e seguir a diante sem saber o que o esperava? É certo que não havia universidades em Navarra, foi essa a razão que provocou sua saída do pequeno vilarejo de Orba em direção a Alcalá. Entretanto, a principal atividade desenvolvida por ele até então, não seria exercida neste reino. Porventura, teria o canonista algum outro interesse desconhecido pela maioria de seus biógrafos? Dois de seus discípulos, que escreveram sobre sua vida, Julio Roscio Hortino e Símon Magnus Ramloteo, afirmaram que Francisco de Navarra convidou-os, ainda na França, para com ele se estabelecerem no Monastério de Ronchelvalhes, onde havia consagrado-se Prior. No entanto, para Arigita ele não tinha esta pretensão antes de chegar ao monastério e reencontrar o amigo que o convenceu a ficar e ingressar na Ordem de Cônegos Regulares de Roncesvalles de Santo Agostinho dos Pirineos<sup>66</sup>.

Apesar das diferentes versões, sobre o momento que fez o Doutor Navarro decidir ordena-se, um fator específico contribuiu muito para que isso acontecesse. Na volta para Navarra um grave acidente quase tirou a vida do professor. Ao tentar atravessar um pequeno trecho ele caiu no rio Adour próximo aos Pirineos. A forte correnteza o arrastou por alguns metros e seus companheiros já o tinham como morto. Nos terríveis momentos em que estava se afogando, Navarro pediu a intercessão da Virgem Maria, de quem era forte devoto desde a infância, por influência de sua mãe. Ao chegar a margem, seu corpo foi resgatado e para surpresa dos que observaram o acidente, ele estava vivo. Crente que sua salvação foi obra da santa Virgem, passou a dedicar-se ainda mais aos trabalhos religiosos, principalmente aos que estavam diretamente relacionados à mãe de Jesus.<sup>67</sup>

O monastério de Santa Maria de Roncesvalles, construído em homenagem a Santa, foi provavelmente um dos caminhos escolhidos por Navarro para agradecer a ela por ter poupado sua vida no lamentável episódio que sofrera em seu percurso. Chegando ao seu destino, reencontrou o amigo Francisco de Navarro com quem esteve em Cahors, e optou sozinho para o monastério. Eles estavam separados à cerca de um ano. Fernández afirma que, antes de continuar o caminho, o prior pediu sua ajuda, devido à formação acadêmica e ao conhecimento sobre aspectos morais e jurídicos, para melhorar a administração de

---

<sup>66</sup> ARIGILA Y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 66

<sup>67</sup> Cf. PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. p. 58 e OLORIZ, Hermilio. Op. Cit. p. 24

Roncesvalles. Esta seria outra razão que o incentivou a deixar a docência e contribuiu para que unir-se ao antigo companheiro de turma<sup>68</sup>.

Logo que se estabeleceu, Navarro se tornou noviço na Colegiata<sup>69</sup>:

Azpilcueta ingresó como novicio de La Colegiata a finales de 1523 y tomo el habito de canónigo el 15 del agosto de 1524. Tenia 32 años y mucha vida delante, pero nunca dejó de vestir, duarante el resto de sus dias, el habito de cruz verde e Roncesvalles en el pecho<sup>70</sup>.

Com esta decisão, Navarro estava de alguma forma retribuindo a Virgem um pouco das graças que a santa lhe concedera durante vida. Apesar de sacerdote, há alguns anos o noviço, ainda não havia ingressado em uma ordem específica. A partir de então, passou a pertencer à ordem de San Agustín. Os clérigos que lá estavam viviam em situação difícil e a realidade encontrada pelo Doutor pouco se comparava as condições de conforto e prestígio com as quais vivera na França.

Nem sempre foi assim. Logo que o monastério foi erguido por volta do século XIII, possuía vastas terras e diversas rendas, porém a má administração acabou por colocá-lo em situação ruim. Além disso, um incêndio destruiu grande parte física do prédio, desde o século XIV. Mas não apenas a Colegiata precisava de reformas, havia também um hospital de peregrinos que pela falta de manutenção, não atendia mais aos doentes e viajantes como outrora. Este hospital foi um dos mais importantes dentre todos os dos reinos. Sua construção foi anterior ao monastério, por lá passavam os muitos migrantes em direção aos túmulos de São Pedro e São Pablo. Pela cordialidade com que eram recebidos e tratados os numerosos peregrinos, muitos reis doaram terras e bens ao hospital. Foi com essa receita que se edificou a igreja e todos os quartos para os noviços, dessa forma, o monastério foi fundado para manutenção do hospital, não ocorrendo o contrário.<sup>71</sup>

Diante da trágica situação em que se encontrava o local, o Doutor Navarro promoveu mudanças para tentar resolver, especialmente, o problema das rendas. Para tal, ele

---

<sup>68</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 59.

<sup>69</sup> Colegiata: Equivale a la hispana colegiada, subentendiéndose simpre iglesia, siendo la idea espresada la iglesia colegiada, indicando así que tiene cabildo [...] sino aquellas iglesias de segundo orden, despues de catedrales; y diferenciándose de estas em no tener cátedra ó silla episcopal; tiene, sim embargo, cabildo de canonigos. Cf. ARRAZORA, Lorenzo. **Enciclopedia española de derecho e administración**. Madrid, Imprenta de la revista de legistacion y jurisprudência, 1856. p. 619. Fonte: [http://books.google.es/books?id=IdFkdd1bSfQC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q=colegiata&f=false](http://books.google.es/books?id=IdFkdd1bSfQC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=colegiata&f=false). Acesso em: 27 de dezembro de 2012.

<sup>70</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit.p. 60.

<sup>71</sup> OLORIZ, Hermilio. Op. Cit.p. 28.

reestruturou, quase que completamente, a divisão das mesmas. Se antes elas eram dirigidas integralmente para o Prior, seriam agora separadas em três partes: a primeira para o hospital, a segunda para o prior e a terceira para o cabildo. Essas reformas precisavam ser aprovadas pelo papa e para tanto, foi criada a Bula Tripartita, que descrevia essa nova organização. Anos depois, ela foi utilizada também como modelo para solucionar questões econômicas em outros mosteiros, como o de Santa Maria de Parraces de Segovia e San Isidoro el Real de León y Santa Cruz de Coimbra<sup>72</sup>

Logo após apresentar solução para a crise, o Doutor Navarro decidiu deixar a Colegiata e com autorização do Prior, Francisco de Navarra, seguir para outros espaços que lhe oferecessem condições de continuar o trabalho de professor. Ao deixar Roncesvalles, ele não abandonou a Igreja, pelo contrário, dedicou-se ainda mais na elaboração de trabalhos que de alguma forma pudessem ajudar o clero e os fiéis. Através da produção de manuais encontrou o caminho que desejava e com o passar dos anos contribuiu cada vez mais para a disseminação do direito canônico.

---

<sup>72</sup> OLORIZ, Hermilio. Op. Cit. p. 35. Narrada também em PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 63 e ARIGITA y LASA, Mariano. Op. Cit. p. 80-88

## 2. As obras doutrinárias e a Confissão Moderna

Ao se tornar sacerdote e ordenar-se em Roncesavalles, Martín de Azpilcueta Navarro, concretizou definitivamente o seu vínculo com a Igreja Católica. Apesar de ingressar no mosteiro por volta dos trinta anos, desde criança já se dedicara as atividades religiosas. A experiência adquirida na França como estudante e professor de direito civil e canônico, foi fundamental para enfrentar os difíceis problemas, especificamente os financeiros, do monastério. Porém, algo bem maior que as questões econômicas estava afetando a Igreja como um todo, tratava-se da Reforma Protestante realizada por Martinho Lutero em 1517. Este fato contribuiu para desestabilizar o clero e provocar inúmeras perdas que foram muito além do campo material<sup>73</sup>.

A contestação do sacramento da penitência e as acusações de corrupção pela venda de indulgências estavam entre as principais críticas da Reforma. Estas somadas aos problemas de ordem interna da instituição, que já se apresentavam desde o final dos quatrocentos, abalaram sua influência sobre a sociedade ibérica do século XVI<sup>74</sup>. Por essa razão, houve nos quinhentos um súbito aumento dos manuais de comportamento, sobretudo dos confessionais, e em âmbito maior, foi realizada a Reforma Católica e o Concílio de Trento. Estas obras já existiam desde o medievo, porém, com as contestações luteranas a Igreja desenvolveu e ampliou mecanismos de controle social, dentre eles os livros de teologia moral, que se mostraram uma alternativa eficaz para exercer forte influência sobre as práticas e pensamentos dos indivíduos na modernidade.

O Doutor Navarro vivenciou e participou desse processo por meio da produção de algumas obras, em especial do *Manual de Confessores e Penitentes*, publicado em 1552 em Coimbra.

Tanto os manuais como o Concílio tinham dentre os objetivos, exercer maior controle sobre as práticas sociais dos clérigos ou dos fiéis. No antigo regime foi comum a utilização de

---

<sup>73</sup> Para estudo sobre a Reforma ver MULLETT, Michael. **A Contra Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna**. Lisboa, Gradiva, 1986. Disponível em: <http://refletindobrasil.files.wordpress.com/2010/11/michael-mullet1.pdf> Acesso 15 em janeiro de 2013.

<sup>74</sup> Fale-se da diminuição de influência se comparada a sua posição na Idade Média. Vale ressaltar que a Igreja Católica interferiu muito na sociedade ibérica durante os quinhentos e apesar da Reforma protestante ainda possuía uma forte influência nas diversas camadas sociais, “as populações portuguesas da Época Moderna viviam numa sociedade onde a vida individual era enquadrada por preceitos religiosos, do nascimento até a morte, e, podemos dizer mesmo depois da morte” Ver CARVALHO, Joaquim Ramos. **Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na época Moderna**. In MONTEIRO. Nuno Gonçalo (org.). **História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna**. Lisboa, Temas e debates, 2011. p. 33

mecanismos de controle social que, ora partiam da Igreja, ora das monarquias, e aos poucos se integraram aos imaginários sociais e como afirma Antonio Manuel Espanha, “tratava-se de um controlo imaginado, incorporado no controlo de si mesmo, sentido, antes de tudo, como um dever, por vezes duro, mas normalmente impiedoso, em relação ao qual apenas existia a obediência e a resignação”<sup>75</sup>.

Foi neste cenário que circulou o canonista, diante disto a ampla percepção sobre a realidade ao seu redor foi fundamental para que escrevesse muitos livros sobre direito canônico e confissão. São as obras do período, inclusive de Navarro, que representam um pouco da sociedade e das práticas na Península Ibérica.

A produção de manuais de comportamento foi uma das maneiras encontradas pela Igreja Católica, que vinha perdendo fiéis devido à Reforma Protestante na Europa, para evitar novas perdas e gerir com mais ênfase a sociedade. Por essa razão, os manuais se portavam com um instrumento de auxílio na manutenção da ordem. De maneira que, o imaginário cristão, construído a partir dessas leituras e de outros instrumentos que compunham o universo de símbolos da Igreja, permeou essa sociedade fortalecendo as representações.

Outras formas de reações da Igreja se deram através do Concílio de Trento que, de forma mais ampla, respondeu as críticas luteranas. Vejamos a seguir o movimento de reação católica através de sua Reforma e das medidas tridentinas.

## **2.1 - A Reforma Católica e o Concilio de Trento**

O século XVI foi palco de duas grandes reformas no cenário religioso da Europa ocidental, a Católica e a Protestante. Apesar de relacionadas, uma não ocorreu exclusivamente em razão da outra. Enquanto a primeira se deu por uma crise interna, que apresentou os primeiros sintomas ainda em fins dos quatrocentos, a segunda resultou do cisma da Igreja e teve como consequência, o surgimento de uma nova doutrina.

Até 1517, a Igreja Católica detinha o monopólio sobre a fé cristã, a partir de então, Martinho Lutero questionou seus dogmas e liderou o surgimento de uma nova instituição que em muitos aspectos fez oposição à antiga. Com a publicação das 95 teses, o sacerdote condenou diversas práticas abusivas que enriqueceram o clero e auxiliaram na manutenção do

---

<sup>75</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. **A monarquia:** a legislação e os agentes. In MONTEIRO. Nuno Gonçalo (org.). Op. Cit. p.13.

controle sobre a população. Em uma delas questiona o padre reformista: “Os que ensinam que a contrição não é necessária para obter redenção ou indulgência, estão pregando doutrinas incompatíveis com o cristão”<sup>76</sup>. Nesta passagem, Luerto critica expressamente um dos dogmas católicos, o da penitência, também conhecido como confissão. Para Lutero a Igreja não tinha o direito de exigir o relato das práticas dos fiéis, pois ele tinha acesso direto a Deus sem necessidade de intermediação dos padres.

Diante das críticas aos dogmas, do surgimento de uma nova doutrina e das consideráveis perdas do número de fiéis, a Igreja Católica se organizou para responder e combater o novo movimento. Dessa maneira, podemos dizer que sua Reforma e o Concílio de Trento foram diretamente resultantes das ações luteranas? Durante muitos anos a historiografia tradicional limitou estes eventos a Reforma de Lutero. É inegável que eles também foram respostas ao protestantismo, porém, não podemos reduzi-los apenas a isto. Segundo John Elliott, desde as últimas décadas do século XV, a Igreja iniciou um processo de renovação espiritual na Europa<sup>77</sup>. Por esta percepção é possível entender a reforma como elemento contido em fenômeno cristão mais amplo, também conhecido por renascimento religioso católico, que teve como episódio central o Concílio e estendeu-se até século XVIII, pois foi lenta a introdução das práticas reformadas, assim como são as ações que atuam sobre os comportamentos e imaginários.<sup>78</sup>

Partindo desses princípios, Célia Cristina Tavares, que investigou a relação entre dos Jesuítas e a Inquisição em Goa, afirma em sua análise sobre a Reforma Católica,

A crise da cristandade ocidental deve ser entendida, portanto, como um processo que se desenvolve desde a Baixa Idade Média. Dessa forma, a produção historiográfica mais recente tende a definir as reformas protestante e católica como resultantes de um passado comum, malgrado as suas diferenças e enfrentamentos. A expressão “tempo das reformas” define o processo de longa duração da renovação do cristianismo<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> VIANNA, Alexander Martins. **Estudo Introdutório às 95 Teses de Martinho Lutero**. Revista Espaço Acadêmico, Nº34, Março 2004. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc\\_lutero.htm](http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm) Acesso em: abril de 2013.

<sup>77</sup> ELLIOTT, John. **A Europa Dividida** (1559-1598). Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 112. *Apud* TAVARES, Célia Cristina da Silva. **A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682)**. 2010. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense Programa de pós-graduação em História, Niterói. p. 84.

<sup>78</sup> Está é a percepção de Jean Delumeau em. **O Catolicismo entre Lutero e Voltaire**. Na obra autor atenta para a necessidade de observar a reforma católica como um processo vasto e lento Cf. DELUMEAU Jean; CANDEL Miguel. **O Catolicismo entre Lutero e Voltaire** Barcelona: Trabalho, 1973.

<sup>79</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva. Op. Cit. p. 86.



A partir de meados do século XVI, o Concílio de Trento (1545-1563) propagou novas medidas para o enfrentamento da crise que se arrastava por quase um século. Acordos entre a Igreja Católica e as monarquias ibéricas foram fundamentais para a implantação dos novos padrões. De certa forma, as determinações tridentinas promoveram uma vantajosa situação para coroa lusa, pois “esse fenômeno incluiu um processo radical de centralização, que em Portugal se expressa no fato de o rei ter-se tornado, a partir do estabelecimento do Santo Ofício, a suprema autoridade política e religiosa”<sup>80</sup>. Vale ressaltar que, na sociedade do Antigo Regime, muitas funções de incumbência do Estado estavam sob a responsabilidade da Igreja, como por exemplo, os inquéritos. Esta troca de papéis demonstra que as duas instituições se apoiavam para manter-se no poder, protegendo uma a outra ao mesmo tempo em que tentavam impor a ordem social sobre os demais grupos.

Segundo Frederico Palomo, em sua análise sobre os instrumentos de poder régio, a Igreja não teve, nos Estados Modernos ibéricos, a autonomia e controle integral sobre as questões eclesiásticas, pois os monarcas passaram a interferir e decidir sobre os assuntos da esfera religiosa, promovendo reformas no clero secular e regular, nomeando titulares para as dioceses e manobrando promoções nas carreiras dos clérigos<sup>81</sup>,

sob uma lógica que tendia para o progressivo aumento do domínio régio sobre as estruturas eclesiásticas portuguesas, os mecanismos de repressão e dissidência religiosa não podiam ficar apenas nas mãos dos pontífices, deviam estar sujeitos a autoridade dos monarcas<sup>82</sup>.

Percebe-se, através dos estudos de Bellini e Palomo, que Trento e de maneira mais específica a instalação dos tribunais, contribuíram mais para o controle político que para religioso nas Coroas ibéricas.

Paulo Prodi, que se dedica ao estudo da história da justiça, afirma que para os pensadores Francisco de Vitoria, Martín de Azpilcueta Navarro, Jean Driedo e Alfonso Castro, fundadores da escola escolástica salmantina, o Estado foi o maior protagonista nos quinhentos, principalmente, o espanhol. A partir dele se media a Igreja: os reformadores, o papado, o controle sobre a organização externa e a consciência, foram atributos que neste momento passaram pela alçada monárquica. Por tais contribuições, estes intelectuais estabeleceram a ponte entre o medievo e o moderno, seus estudos sobre o direito natural

---

<sup>80</sup> BELLINI, Lígia. Op. Cit. p. 15

<sup>81</sup> PALOMO, Frederico. **A contra-reforma em Portugal 1540-1700**. Lisboa, Livros Horizonte, 2006. p.22

<sup>82</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p.226-227.

foram a base para os trabalhos posteriores em torno do jusnaturalismo e iluminismo<sup>83</sup>. A partir dessa prerrogativa, a linha tênue que separava estas duas instituições se desfez, “a consequência é que o Estado, o príncipe secular, ou mais genericamente, quem representa a *res publica* tem o poder de promulgar leis que vinculassem a consciência dos súditos”<sup>84</sup>. A ação sob a consciência era uma particularidade da Igreja até então, mas observa-se que neste momento ela passou também para esfera real. As observações feitas por Vitoria reafirmaram esse quadro: era possível que uma lei civil adquirisse poder espiritual, dessa forma, as ordens papais e reais apresentavam uma mesma origem, Deus.

O Concílio convocado pelo papa Alessandro Farnese, intitulado Paulo III, em 1545 estendeu-se até 1563 com intervalos ao longo dos anos, pretendia divulgar uma série de medidas contra as inovações doutrinárias protestantes, na tentativa de reagir à reforma promovida por Martinho Lutero e seus seguidores. As designações promulgadas abordavam questões relacionadas aos sacramentos (batismo, crisma, eucaristia, matrimônio, extrema-unção, ordem e penitência), a concepção de uma política confessional, a escolha da ordem jesuíta para difusão das normas tridentinas, a reafirmação do uso da inquisição nos Estados Modernos, as normas de controle sobre a circulação de obras literárias por meio de Índex, entre outras<sup>85</sup>. Em resumo, podemos afirmar que, num contexto reformista, o Concílio promoveu a reestruturação da doutrina católica, reformou as antigas ordens religiosas, reforçou a vigilância e a disciplina sobre clérigos e leigos a fim de estabelecer uma reação frente ao avanço protestante, “el concílio de Trento le confiere orden y figura a La Iglesia católilca tanto en lo doctrinal como en lo disciplinar, em uma palabra, pues, imprime orientación a toda uma época histórico-ecclesial”<sup>86</sup>.

Muitas medidas tridentinas não foram assim tão inéditas, antes foram continuidades de decisões tomadas em concílios anteriores, como, por exemplo, o de Latrão. Foram aprofundadas e adaptadas às novas circunstâncias da reforma católica ou legitimaram práticas que já se faziam presentes no cotidiano dos irmãos. O Concílio organizou, sistematizou e divulgou suas diretrizes de maneira mais ampla, demonstrando que a Igreja

---

<sup>83</sup> PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. São Paulo, Martins Fontes, 2005. p. 26-27.

<sup>84</sup> PRODI, Paolo. Op. Cit. p. 219-220

<sup>85</sup> Cf. GOMES, Alberon Lemos. **A Matrona & o Padre**: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2003. p. 37-38.

<sup>86</sup> TÁNACS, Erika. **El Concilio de Trento e la Iglesias de la América española**: La problemática de su falta de representación. Fronteras de La Historia. Bogotá, 2002. V. 007. p. 119.

estava disposta a enfrentar as ações protestantes e reaver as perdas econômicas, políticas e sociais que havia sofrido. Para tanto, ela enrijeceu sua doutrina na tentativa de exercer um controle maior sobre os fiéis, reafirmou, além dos sacramentos, a salvação por meio da fé e das obras, a existência do purgatório, a adoração aos santos, o celibato clerical, o uso do latim como língua oficial e a prática do jejum<sup>87</sup>.

Uma das principais características tridentinas foi o destaque conferido à figura do bispo, que passou a ocupar um lugar central no clero. O documento afirmou que, por ordem de Deus e legitimados pelo papa, os bispos estavam em uma posição hierárquica acima dos presbíteros e ministros, assim sendo, todos os que não reconhecessem essa condição deveriam ser excomungados,

Portanto, declara o santo Concílio que, além dos demais graus eclesiásticos, primordialmente os bispos que são os sucessores dos Apóstolos, pertencem à ordem hierárquica, e que eles foram — como diz o Apóstolo S. Paulo, — *estabelecidos pelo Espírito Santo para governar a Igreja de Deus* (At 20, 28) e que eles são superiores aos presbíteros, conferem o sacramento da Confirmação e ordenam os ministros da Igreja, podendo exercer muitas outras funções que os de ordem inferior não podem exercer [cân. 7]<sup>88</sup>.

Os bispos deveriam servir de exemplo aos fiéis pela dedicação e empenho com que realizavam as atividades religiosas. Segundo Carvalho, no Concílio, foi ampliada a necessidade de visitas pastorais que ficavam sob a responsabilidade dos bispos ou de seus delegados. Elas tinham dentre os principais objetivos, o de verificar as listas dos fiéis que realizavam a confissão e incentivar a denúncia dos pecados públicos, além disso, aproximavam estes agentes eclesiásticos dos paroquianos que geralmente estabeleciam convívio apenas com os padres. Segundo o autor, estas visitas eram registradas e essa documentação é uma importante fonte sobre as práticas sociais, mais especificamente no que se refere à vida privada da população.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **Santas Normas:** o comportamento do clero pernambucano sob a vigilância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707. Dissertação de mestrado, Recife, 2002. p. 29

<sup>88</sup> **Concílio Ecumênico de Trento.** Disponível em MONTFORT Associação Cultural <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em Junho de 2012. Doutrina sobre o sacramento da ordem. Sessão XIII

<sup>89</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos. Op. Cit. p. 36 e 37. O autor cita a relação dos pecados considerados públicos: “heresia ou proteção de herege, leitura de livros proibidos, bigamia, feitiçaria ou adivinhação, persistência de excomunhão por mais de um ano, blasfêmias, insultos, curandeiros de gado, falsos pregadores, perjúrios, sacrilégios e violência contra eclesiásticos, sodomia, raptos de religiosos ou religiosas, incesto (no sentido lato da época, até o quarto grau de afinidade), vida marital antes do casamento, concubinatos e amancebamentos,

Mas o que de fato pode ser considerado privado na sociedade moderna? Esta é uma questão delicada e faz-se necessário compreender que a noção de privacidade existia apesar de diferente da atual. Afinal, se a igreja incentivava o relato dos mais íntimos pensamentos e estimulava as denúncias das práticas que não se enquadravam nos seus princípios e normas, ela mesma estabelecia um critério para determinar o que pertencia à esfera pública ou privada. Foi por esta linha tênue que circulou o pároco, responsável por escutar diretamente as confissões.

Para melhor compreender a divisão destes espaços é necessário perceber a diferença entre foro interno e externo. Enquanto o primeiro está relacionado ao juízo da própria consciência, a salvação pessoal, o segundo refere-se aos pecados públicos, que eram de conhecimento da população<sup>90</sup>. Quando o fiel declarava ao pároco seus delitos ou crimes de forma espontânea e recebia a penitência, a culpa era cessada; porém, quando esses mesmos pecados tomavam o conhecimento na comunidade era indispensável à aplicação de uma penitência de mesma espécie, assim afirma no capítulo XXIV Concílio de Trento, “ensina o apóstolo que os que pecão publicamente devem ser publicamente repreendidos. Quando pois alguém cometer pecado, e em presença de muitos [...] convém se lhes imponha penitencia pública ao proporcionada ao delicto”<sup>91</sup>.

Para atender a este decreto eram realizadas devassas. Tratava-se de “um interrogatório que tinha como objetivo detectar a existência de delitos sem que existisse um conhecimento prévio dos mesmos. Constituía uma espécie de inspeção coletiva [...] era um mecanismo dito ex-ofício, uma obrigação associada a um ofício de justiça”<sup>92</sup>. Na prática, os visitantes tomavam depoimentos de fiéis para obter denúncias de pecados públicos e aplicavam as penas sobre os transgressores, geralmente por meio de multas<sup>93</sup>. Certamente, a exposição e o constrangimento de ser publicamente punido, eram piores que a própria penitência. A forma com a qual o grupo social em que o indivíduo estava inserido passava a tratá-lo, afastando-se, por exemplo, era o reflexo de uma sociedade subordinada à doutrina católica.

---

casamentos em grau de parentesco proibido sem dispensa eclesiástica, alcoviteiros, ódio persistente entre outras pessoas, entre outros.” CF. JOMBART, E. *Pécheur public* in *Dictionnaire de Droit Canonique*, Paris 1921-1965.

<sup>90</sup> Para definição de foro interno ver BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira., 1789. Ver também CARVALHO, Joaquim Ramos de. *Op. Cit.* p. 43

<sup>91</sup> Concílio de Trento, 1545-1563. *O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend.* – Lisboa, Officio de Francisco Luiz Ameno, 1781. p. 285-286. *Apud* CARVALHO, Joaquim Ramos. *Op. Cit.* p. 42.

<sup>92</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>93</sup> Além da excomunhão, foi comum a aplicação de multas e prisões.

As devassas se apoiavam no senso comum que pairava sobre os cristãos na modernidade, a ideia de que todos eram responsáveis pela vigilância coletiva era enfatizada pela Igreja. Isso conferia ao fiel a responsabilidade pela segurança da freguesia em que vivia e o tornava um agente importante para manutenção da ordem social,

na verdade, numa sociedade que tem sido descrita como dominada pela angustia da salvação, cada um se julgava encarregado de zelar, com a sua vigilância, pela ordem do mundo; o que transformava toda a sociedade em vigia e guarda de si mesma, sem que isso parecesse, como hoje, carregado de sentidos negativos. Afinal, a salvação, se era matéria de cada um, não deixava também de ser coisa de todos.<sup>94</sup>

Para a divulgação das resoluções tridentinas, foram utilizados diversos recursos: literários, teatrais, orais e visuais. Palomo, afirma que em Portugal houve nos quinhentos uma considerável ampliação do número de obras relacionadas à catequese, missões religiosas, sermões, manuais de oração e confissão e afins que se espalharam ao ponto de compor várias bibliotecas particulares<sup>95</sup>. Muitos desses livros vinham acompanhados de imagens, desenhos e gravuras que, aliados ao corpo do texto, tinham a função de auxiliar na compreensão da mensagem e compor um conjunto de símbolos e valores em torno dos elementos cristãos, estimulando assiduidade nas práticas religiosas. Porém, nem todas as imagens, mesmo as que remetiam ao universo do catolicismo, podiam circular livremente, pois a fiscalização eclesiástica intensificada após a implantação do Santo Ofício proibiu a livre circulação de muitas produções iconográficas. Esta instituição freou, em certa medida, a entrada de livros estrangeiros devido à difícil fiscalização de todo o material contido nas obras, já que algumas poderiam ter conteúdos relacionados à reforma protestante ou críticas à doutrina católica. Além do tribunal, o Concílio de Trento também estipulou regras para a elaboração das obras e imagens, logo, as representações que fugissem ao padrão deveriam ter sua publicação proibida. De maneira mais enfática, divulgou uma lista com autores e livros que estavam impedidos de circularem por meio do *Index librorum prohibitorum*, instituído durante o pontificado do papa Paulo IV (1555-1559),

entre autores proibidos ou amputados pela cesura encontra-se Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, João de Barro, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Jorge de Montemor, Antonio Ferreira, nenhum livro podia sair

---

<sup>94</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos de. Op. Cit p. 18.

<sup>95</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 61.

na segunda metade do século XVI sem três licenças: a do Santo Ofício, a do Ordinário eclesiástico na diocese respectiva e a do Paço<sup>96</sup>.

Portugal foi um dos primeiros Estados a propagar e utilizar os decretos tridentinos. Em 1564, eles foram publicados na íntegra, juntamente com o Index, em latim e português. O principal responsável pelas edições foi o cardeal infante D. Henrique. Mesmo antes do fim da reunião eclesiástica, algumas sessões aprovadas foram adaptadas e circularam em terras lusas através da obra *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados por mandado de D. João III*. Dentre os temas abordados, destacam-se a importância dos bispos, as obrigações dos sacerdotes, a necessidade da visita pastoral, a distribuição das rendas, a doutrinação dos jovens e o batismo dos escravos<sup>97</sup>.

O aumento considerável do número de sumas e confessionais produzidos em língua vulgar no século XVI está diretamente relacionado com a necessidade de divulgação dos dogmas de Trento. Era necessário criar mecanismos que levassem tanto para os penitentes e, sobretudo, para os confessores, os esclarecimentos sobre os tipos de pecado e penitência, visto que a prática da confissão era pouco frequente até o final dos quinhentos. A Reforma Protestante também contribuiu indiretamente para o aumento do número de manuais, pois, através dessas obras, a Igreja Católica tentava exercer maior controle e vigilância sobre os seus membros, evitando assim a perda dos fiéis.

Esta instituição religiosa utilizou vários grupos sociais e ambientes para disseminar as prerrogativas da reforma. Segundo Palomo, a família, a paróquia, as atividades das ordens religiosas e as escolas serviram de espaços para a instrução e doutrinação<sup>98</sup>. Os elementos mais utilizados nestes meios para a difusão das resoluções foram os manuais de comportamento, mais especificamente os confessionais que abordavam as temáticas religiosas.

Neste contexto de vigilância, destaca-se o retorno do Santo Ofício. A instalação desses tribunais modernos do se deu primeiramente por Isabel e Fernando em Castela, em 1478, e depois em Portugal, por D. João III, no ano de 1536. A perseguição aos judeus se explicava na

---

<sup>96</sup> SARAIVA, Antônio José. LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 7º ed. Porto, Porto, 1996. p. 181.

<sup>97</sup> SILVA, Amélia Maria Polónia da. **Recepção do Concílio de Trento em Portugal**: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do reino. Revista da Faculdade de Letras. Disponível em : <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2228.pdf>. Acesso em: 23 fevereiro de 2013. p. 134.

<sup>98</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit.. p. 73.

culpa atribuída pela morte de Cristo, além disso, suas práticas eram frequentemente associadas às heresias. Além da expulsão aos não convertidos, os reis católicos também desfizeram acordos com os muçulmanos que garantiam liberdade religiosa. Percebe-se que, nos reinos espanhóis, as medidas tomadas contra os não cristãos foram mais rígidas, se comparadas às portuguesas<sup>99</sup>.

A inquisição lusa foi instaurada, sobretudo, por desejo real. Segundo Joaquim Magalhães, a configuração do tribunal moderno garantia ao monarca a imposição de sua vontade e autoridade sobre a sociedade, diminuindo inclusive o poderio papal. Diferente do medievo, nos quinhentos, a inquisição é controlada pelos Estados que a implantam,

o rei de Portugal, em 1547, finalmente, conseguiu aquilo que queria. Dispunha de um tribunal régio que lhe garantia um controle cerrado sobre a população. Que lhe podia permitir, em caso de necessidade, apropriar-se de meios financeiros em mãos de particulares, que de outro modo não estaria a sua disposição. Controlar e vigiar a ascensão social. A organização do estado também passava a dispor de um tal instrumento de rapina<sup>100</sup>.

Uma das mudanças mais consideráveis do Concílio de Trento, diz respeito à penitência. Isto se deve ao fato da confissão adquirir a concepção de sacramento a partir de então. Apesar da obrigatoriedade anual proclamada desde o IV Concílio de Latrão em 1215, que incentivava sua prática no período pascoal. A partir de Trento a confissão passou a ser apresentada como um direito divino. Há muito a Igreja buscava uma justificativa bíblica para torná-la uma realidade assídua. Os clérigos procuraram referências nas escrituras sagradas para justificar tal modificação. Os versículos que faziam alusão ao tema foram transcritos para os textos do Concílio a fim de corroborar com a mudança. A exemplo desses versículos podemos citar: “Fazei penitência e batize-se cada um de vós” (Atos 2, 38) e “Convertei-vos e fazei penitência de todas as vossas iniquidades, e não vos será ruína a iniquidade” (Ezequiel 18, 30).

Além disso, o padre, que anteriormente pouco contribuía nesse processo, passou a ser o intermediário entre o pecador e Deus, ganhando um papel fundamental para salvação. A respeito, Ângela Almeida afirma que “a moda dos confessionais, que tem seu ápice no século XVI, está diretamente ligada à evolução da Igreja e ao peso que os sacerdotes foram

---

<sup>99</sup> A implantação do tribunal em terras lusas ocorreu mediante negociações com o papa Clemente VII. PALOMO, Frederico. P. 43. Ver também MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Conjunturas políticas** in MATTOSO, José (org.) Op. Cit. p. 537-538.

<sup>100</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Conjunturas Políticas**. In José Matosso (org.) Op. Cit. p. 538.

acumulando paulatinamente enquanto intermediários da relação do cristão com Deus”<sup>101</sup>. Eles se foram apresentados nas páginas desses textos como os responsáveis por aplicar a penitência ao fiel e assim contribuíam diretamente para a salvação.

A penitência era um sacramento aplicado apenas sobre os cristãos batizados que caíam em tentação e cometiam novamente o pecado. Porém, é válido ressaltar que apenas os pecados mortais foram relatados como passíveis de perdão, como se inscreveu na sessão XIV da doutrina sobre penitência do Concílio de Trento,

A todos os homens que se manchassem com algum pecado mortal foi em verdade a Penitência necessária em todos os tempos para alcançar a graça e a justiça, mesmo àqueles que pediam ser lavados com o sacramento do Batismo, para que, tendo expulsado e reparado a perversidade com o ódio ao pecado e a pia dor da alma, detestassem tão grande ofensa a Deus<sup>102</sup>

Os debates em torno dos pecados, da disciplina, da confissão e de outros elementos que estiveram inseridos no âmbito da reforma católica, foram frequentemente apresentados nos manuais de comportamento. Ao analisar as determinações do Concílio é facilmente percebida a importância conferida ao sacramento da penitência que trata sobre as disposições da confissão, como se observa:

*Cân. 6.* Se alguém negar que a confissão sacramental foi instituída e é necessária para a salvação por direito divino; ou disser que o modo de confessar em segredo, só ao sacerdote, que a Igreja desde o princípio sempre observou e ainda observa, é alheio à instituição de Cristo e não passa de invenção humana — *seja excomungado* [cfr. n° 899 s]<sup>103</sup>.

A pena imposta ao pecador que descumprisse o sacramento era a excomunhão, uma das mais severas na modernidade. Para evitar tal medida, a igreja incentivava a leitura dos manuais de comportamento. Passemos agora a discutir mais profundamente sua relevância na sociedade ibérica nos quinhentos.

## 2.2 - A produção de manuais de comportamento

---

<sup>101</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. p. 11 e 16.

<sup>102</sup> Concílio Ecumênico de Trento. Disponível em MONTFORT Associação Cultural <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em Junho de 2012.

<sup>103</sup> Concílio Ecumênico de Trento. Op. Cit. sessão XIV.



Martín de Azpilcuieta publicou as primeiras obras em 1538 e ao longo da vida escreveu um grande volume de livros em latim, português, castelhano e italiano. Basicamente eles estavam divididos em dois grupos: os comentários, que tratavam de temas mais específicos sobre direito ou economia, e os manuais, voltados para a orientação espiritual e moral. Estes últimos conquistaram ampla popularidade na Península Ibérica. Mas quais são as principais características deste tipo de obra? Qual o objetivo ao elaborá-las? A quem se destinavam? A partir desses questionamentos traçaremos alguns comentários sobre essa literatura, abundante no século XVI.

Os manuais de comportamento surgiram ainda na Idade Média. Provavelmente, o primeiro texto traduzido para português, foi desenvolvido com o intuito de orientar sobre *A Regra de São Bento*, de Bento de Núrsia fundador da ordem de mesmo nome. A obra data do século VI e foi elaborada com o objetivo de apontar diversas normas, desde rezas e orações, a descrição sobre o vestuário adequado. Seu conteúdo informava aos clérigos: “quantos salmos deveriam ser ditos nas Horas noturnas, como seria celebrado no verão o louvor divino e as vigílias aos domingos, como seria realizada a solenidade das matinas, quais eram os instrumentos de boas obras, quais as medidas adequadas para ingerir comida e bebida, a que horas convém fazer as refeições” etc<sup>104</sup>.

Essa estrutura textual se manteve pelos séculos seguintes e serviu de modelo para outras ordens religiosas que de forma semelhante produziram suas próprias regras de condutas, delimitando os comportamentos aceitáveis e reprováveis em seu grupo. Aos poucos, diversas temáticas passaram a fazer parte dessa literatura e, por conseguinte, ampliaram-se também os perfis de leitores aos quais se destinavam: fiéis, cortesãos, nobres, entre outros.

Tratava-se de obras voltadas para instrução, que descreviam modelos de conduta inspirados na ética e na moral cristã. Em sua maioria esses textos abordavam questões relacionadas às práticas religiosas e, por isso, foram chamados de confessionais ou livros de teologia moral. Quando os manuscritos se dirigiram à formação social e cultural da fidalguia com o objetivo de orientá-la sob o conjunto padrões específicos, foram intitulados de prosa doutrinária, difundida principalmente pela dinastia Avis:

entre a numerosa atividade dos escritores, compiladores, adaptadores e tradutores portugueses dos finais do século XIV e do século XV, sobressai

---

<sup>104</sup> Regras de São Bento. Disponível em: <http://www.osb.org.br/regra.html>. Acesso: 27 de fevereiro de 2013.

claramente a prosa doutrinária (...) tal prosa versou principalmente temas piedosos e edificantes. A temática era pobre e o objetivo primacial, a salvação da alma.<sup>105</sup>

Para auxiliar na manutenção do comportamento dos fiéis, foram criados manuais que serviam de guia para orientação própria, como também para instrução de terceiros, a exemplo dos textos destinados a educação infantil. Disseminavam a prática de exercícios rígidos de caráter formador que, se cumpridos, desenvolveriam uma boa moral. Estiveram presentes em diversos campos: social, religioso, educativo, sexual, entre outros. As atividades estabelecidas nesses manuais eram justificadas como diretamente envolvidas com o espírito imortal de seus praticantes. Acreditava-se que ele estava dissociado da matéria corporal, portanto deveria estar protegido contra os atos imorais<sup>106</sup>. Suas leituras sugeriam a padronização de comportamentos, que por sua vez, se evidenciavam nas representações coletivas e contribuía, também, para formação de um conjunto de valores comum àqueles inseridos no contexto social ibérico cristão.

A produção de manuais estendeu-se ao longo dos séculos chegando até a modernidade, e especificamente durante os quinhentos na Península Ibérica ganhou impulso, tendo sua fabricação, aumentado significativamente. Os textos mais publicados neste período eram direcionados a orientação espiritual, e o aumento de sua produção, estava diretamente relacionado com a crise enfrentada pela Igreja Católica. Verifica-se que nos séculos XVII e XVIII essa atividade continuava em alta, porém os temas abordados deram mais ênfase à formação educacional, segundo padrões da nobreza e fidalguia. Observa-se com isso, que as obras produzidas estiveram de acordo com as necessidades religiosas ou políticas de cada momento.

O século XVI ibérico foi marcado pela forte presença da Igreja Católica nos campos sociais e culturais através da Reforma Católica. Um dos espaços de atuação mais expressivos foi a literatura, forte instrumento para disseminação de ideias e práticas, capaz de atingir um grande número de fiéis e divulgar as medidas adotadas pelo Santo Ofício e pelo Concílio de Trento. Enquanto este último reafirmava os dogmas e enfrentava mais diretamente a ação da reforma luterana, o tribunal combatia as práticas heréticas através de perseguições e condenações. Apesar de possuírem objetivos e métodos diferentes, ambos apresentavam uma

---

<sup>105</sup> MONGELLI, Lênia Marcia (org.) **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo, Martins Fontes, 2001. p. 7.

<sup>106</sup> Cf. PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. **Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre**. Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

relação comum: a tentativa de minar as práticas que enfraqueciam ou ameaçavam a igreja Católica e atuar na tentativa de controle dos pensamentos e comportamentos da sociedade. Para responder a essa necessidade, não apenas os manuais foram utilizados, outros elementos também contribuíram para a vulgarização dos cânones tridentinos e da doutrina. A exemplo temos:

livros de devoção, catecismos, imagens, sermões, vidas de santos, peças dramáticas, procissões, missões no interior, confissões, toda sorte de instrumentos e mecanismo de caráter mais ou menos institucional, mais ou menos informal permitiram elaborar, auricular, difundir e sobre tudo impregnar a sociedade e o sujeito com os ditames da ortodoxia contra-reformista, favorecendo assim a interiorização de certos modelos de conduta, bem como indiretamente o desenvolvimento de formas impensadas de obediência<sup>107</sup>.

A diversidade de meios para publicação das medidas tridentinas e a ação intensa dos tribunais contribuíram para o aumento da vigilância sobre os fiéis. A instalação da Inquisição, primeiramente em Castela e em seguida em Portugal, conferiu a esses espaços um clima de insegurança. Aproveitando-se dessa instabilidade os agentes eclesiásticos incentivavam a leitura dos variados instrumentos de disciplina para difundir normas e cânones. Após sua implantação, os crimes passaram a ser julgados pelos padres e a Igreja adquiriu funções de tribunais. Para Almeida, que analisa manuais de confessores entre os séculos XVI e XVII, os fatores que contribuíram para sua instalação ultrapassaram a esfera religiosa. Estiveram, certamente, relacionados às questões econômicas e políticas, pois elas garantiam a apropriação por parte da Coroa sobre os bens dos condenados<sup>108</sup>. Além disso, a Inquisição contribuiu para reforçar o controle sobre as práticas sociais, principalmente sexuais, e auxiliou na limitação da educação humanista, que em certa medida, propagou os pensamentos de Erasmo, diversas vezes acusado de defender ideias luteranas<sup>109</sup>.

Os manuais que abordavam textos religiosos, também chamados de confessionais, destinavam-se, primeiramente, às descrições dos pecados, que poderiam ser apenas um desvio de conduta ou um crime, pois não havia distinção significativa entre eles. No geral, esses livros narravam as três partes da penitência (contrição, confissão e satisfação), os mandamentos, os sete pecados capitais, os sacramentos da Igreja e posteriormente indicavam

---

<sup>107</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 57.

<sup>108</sup> Ver o caso do arcebispo de Toledo descrito do tópico 1.3

<sup>109</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. 1993.

as penitencias que deveriam ser aplicadas de acordo com os pecados cometidos. Alguns casos eram passíveis de excomunhão.

Essa literatura destacou-se especialmente no século XVI, período em que a Igreja Católica utilizou amplamente os manuais para divulgar sua doutrina em resposta à Reforma Protestante. Nesse momento, também o sacramento da penitência (confissão), ganhou o caráter de direito divino, graças ao Concílio de Trento e um espaço considerável nas páginas das sumas e sermões que passaram a incentivar seu exercício. Para Almeida, essa nova configuração contribuiu para o fim da ideia de pecado original e predestinação e reforçou a concepção de livre-arbítrio sobre a salvação dos fiéis, que além da possuírem fé, também precisavam desempenhar boas obras.

O pecado se tornou o protagonista nesses manuais. Para José Rábanos, ele foi colocado em posição de destaque acima do confessor, do penitente e até mesmo do sacramento, que ficaram à margem nas descrições dos textos “El pecado es, por tanto, el protagonista principal de los tratados de confesión, por encima del confesor, del penitente y del propio sacramento”<sup>110</sup>. Segundo o autor, os fiéis estiveram cercados pelas normas e doutrinas, não apenas nos confessionais, mas também nas missas, nos ensinamentos aos meninos, nas principais rezas, nas campanhas para Ave Maria e nos vários momentos da vida cristã. Por essa razão, Rábanos afirma que não havia espaço para a neutralidade no âmbito social, pois em todas as áreas havia a marca da regulação sob a forma de regras que atingiam inclusive aqueles que partilhavam de outra fé, como era o caso dos judeus e muçulmanos.

O conceito de pecado pode ser encontrado em alguns desses manuais. José Rábanos utilizou a ideia de Alfonso Fernández de Madrigal para designar a concepção desse elemento naquele período. Segundo ele “El pecado dice relación a Dios, es una ofensa a Dios, aunque la acción vaya directamente contra el prójimo y aunque se hable de pecados contra Dios, contra el prójimo y contra uno mismo”<sup>111</sup>. Percebe-se pelo texto que a iniquidade não estava relacionada à lei dos homens, mas à lei de Deus. Esse argumento foi utilizado pela Igreja para justificar a produção dos confessionais e exigir o cumprimento de sua doutrina. Rábanos destaca também a *saligia*, palavra que frequentemente aparecia nos textos de teologia moral e que esteve intrinsecamente relacionada com o pecado. Cada uma de suas letras representava

---

<sup>110</sup> DE FERNÁNDEZ MADRIGAL, Alfonso. Tratado sobre las Confesiones in RABANOS, José Maria Soto. Visión e tratamiento del pecado em los manuales de confesores de La baja edad media Hipaña. Hispania Sacra, LVIII 118, julio-diciembre 2006. p. 415

<sup>111</sup> RABANOS, José Maria Soto. Op. Cit. p. 435.

um pecado capital: soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça. Sua pronúncia certamente remetia ao universo de símbolos que constituiu o imaginário em torno do cristianismo, como o inferno, o purgatório, etc.

Os pecados podiam ainda se dividir em mortais, veniais e criminais. Alguns deles não poderiam ser julgados pelos padres confessores, devido à gravidade eram despachados para os bispos ou outros clérigos de maior escalão que poderiam aplicar a penitência ou excomungar o fiel que geralmente ocorria quando se tratava dos pecados mortais<sup>112</sup>.

A crítica protestante sobre esses confessionais denunciava a descrição minuciosa do pecado, que em vez de coibir o ato, acabava por incitar sua prática, devido ao exagero dos detalhes presentes nos manuais. Mesmo os fiéis que desconheciam alguns tipos de pecado, ao lerem suas meticulosas narrações, poderiam se imaginar cometendo os mesmos. Por conta disso, esse tipo de literatura foi severamente censurada pelos cristãos protestantes. Almeida afirma que os confessionais possuíam um caráter extremamente franco, para ela, as palavras e expressões presentes nas obras se aproximavam de publicações pornográficas, principalmente nos manuais antigos produzidos ainda na Idade Média. A autora cita uma passagem do *Tratado de Confissom* que relata frases como “o homem faz poluição com a mão” ou “fornizio com a besta”<sup>113</sup>

Outra crítica que se aplicava às confissões devido ao uso do probabilismo, consistia na absolvição do pecado diante da afirmação de desconhecimento ou simplesmente, da falta de intenção em cometê-lo. Essas justificativas isentavam ou apaziguavam consideravelmente a responsabilidade do pecador sobre a falta cometida. Muitos manuais abordaram essa questão, um dos mais expressivos é o *Liber theologiae moralis* do jesuíta Antonio de Escobar, de 1644<sup>114</sup>. Segundo Almeida, era frequente o uso do probabilismo nos confessionais portugueses quando não havia regra estabelecida sobre uma penitência. Da mesma forma, Jean Delumeau, afirma que a partir da segunda metade do século XVI o probabilismo esteve presente de maneira acentuada no ensino da teologia e na prática da confissão<sup>115</sup>. Segundo essa lógica, a opinião provável é plenamente aceitável e segura, afinal ela deriva da dúvida e não de uma negativa.

---

<sup>112</sup> Com o Concílio de Trento os bispos passaram a ter um lugar de destaque na hierarquia, sendo responsáveis por conceder o perdão aos pecados considerados mais graves. Para mais informações ver o sub-capítulo a Reformas Católica e o Concilio de Trento.

<sup>113</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. p. 64 e 65.

<sup>114</sup> DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 107.

<sup>115</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit.. P. 107.

Dentre os manuais de comportamento que circularam na Península Ibérica no século XVI destacamos o *Manual de Confessores e Penitentes* de Martín de Azpilcieta Navarro. Navarro declara, que seu manual de confessores consiste em um texto, que “clara e brevemente contem a univesal decisãem de quasi todas as duvidas q em as confissões soem ocorrer dos pecados absoluições, restituyções, censura e irregularidades”<sup>116</sup>.

Na obra, inicialmente, são descritas as três partes da penitência: contrição, confissão e satisfação. A primeira restringe-se ao arrependimento e a confissão é a declaração legítima dos pecados diante de sacerdotes com esperança de perdão. No texto também são frequentes analogias, como, por exemplo, a comparação do pecador a um doente, pois após o pecado a alma ficava enferma.

Por isso a necessidade de se confessar para despoluir o corpo e a mente. O confessor teria, portanto, o papel semelhante ao de um médico que se propõe a cuidar da alma.<sup>117</sup> Segundo Navarro,

Que he necessario ao penitente proposito de satisfazer a Deos, aqui por penitencia,por indulgencia ou no purgatório. Porem é obrigatorio pena de peccado a aceitar a penitencia que lhe der ho sacerdote & ater propósito de satisfazer nesta vida, ou não abaixo ho diremos. Dize,os que esta satisfação se faz de trez maneira: por Jesus orações e esmolos.<sup>118</sup>

Frequentemente eram encontradas descrições que associavam o confessor à figura do médico, pai e juiz, na maioria dos confessionais. Os confessores atuavam como médico sobre o campo espiritual, pois afirmavam ser capazes de curar a alma do penitente, retirar o mal que afligia seus pensamentos, purificar e salvar. A figura do pai é consoladora e caridosa, assemelha-se ao criador, que cuida dos seus filhos sobre qualquer circunstância, mas que se mantém justo diante dos erros com intenção de corrigi-los. A função do juiz estava atrelada às demais e reforçava a ideia de que Deus, além de amor, também era justiça. Então, ao se negar à confissão, o padre deveria lembrar ao fiel as punições para os que resistiam as obrigações e mandamentos do Senhor<sup>119</sup>.

Não deveria, no entanto, a função de juiz se mostrar superior às demais para que o penitente, por receio, se negasse a falar. O confessor precisava passar tranquilidade ao

---

<sup>116</sup> NAVARRO, Martin Azpilcueta. **Manual de Confessores & Penitentes**[...]. Composto por ho muito resolutto e celebrado Doutor Martin Azpilcueta Navarro. Impresso em Coimbra por João de Barreyra, 1560. Rosto.

<sup>117</sup> NAVARRO, Martin Azpilcueta. Op. Cit. Cap. V. p. 28

<sup>118</sup> Navarro. Martin Azpilcueta. Op. Cit. Cap. V. p. 22

<sup>119</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. p. 28.

pecador para que ele não ocultasse os pecados, ao contrário, era necessário que se sentisse à vontade para contar o que fez e quantas vezes cometeu. Assim, a imagem do juiz nunca deveria se sobrepor às demais, para que o padre não parecesse superior. Cabia a ele também, acalmar o fiel e assegurar o sigilo da confissão. Segundo Delumeau, esse argumento contribuiu para encorajar o exercício da confissão, pois “o discurso apaziguador da Igreja Romana sobre a confissão, expõe aos fiéis que Deus perdoa tudo, que o sacramento apaga todas as faltas e tantas vezes quanto isso for necessário”<sup>120</sup>.

Por isso, após o relato, se vivenciava uma experiência de liberdade e alívio, descrita em muitos confessionais em forma de testemunho, por aqueles que assim procederam. Esta liberdade nada mais era que o resultado do arrependimento expresso por meio da contrição, que consistia no sincero desgosto pelo pecado cometido com a intenção de não repeti-lo sobre hipótese alguma.

Além destas características, Navarro também descreve outras orientações aos clérigos designados ao cumprimento do sacramento da penitência, que são apresentados nos capítulos: poder, saber e bondade do confessor, como há de haver o confessor acerca de si e acerca do penitente, e a prudência que acerca disso deve usar, o que o confessor é obrigado a perguntar ao penitente, como se há de haver o confessor com o penitente, depois que houver dito o que lhe *alembra* de seus pecados etc. O vasto conteúdo voltado especificamente para atender aos confessores demonstra a preocupação e a necessidade da Igreja em instruir os padres e bispos encarregados desta função. Esse panorama nos parece um indicador das condições precárias nas quais se encontravam muitos sacerdotes que não tinham o conhecimento necessário para realizar tal atividade.

Os manuais também apresentam outro aspecto em comum, a ênfase na distinção social entre os grupos que formavam a sociedade. Segundo Antonio Manuel Hespanha, a ordem foi uma característica intrínseca à modernidade e por essa razão, os indivíduos ocupavam um lugar específico, o que interferia também, no tipo de penitência que recebiam,

um bom exemplo desse caráter tipo omnicompreensivo dos deveres é o dos manuais de confessores, que anotam, em apartados separados, os pecados correspondentes aos deveres de um especial estatuto de pessoas: reis, magistrados, advogados, eclesiásticos, comerciantes, mulheres, cônjuges, filhos, criados, etc. isto tem uma importância decisiva na matriz do sistema

---

<sup>120</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. p. 35

político, [...] não existe nenhum poder que não tenha embutida [...] uma tabela de deveres conexa ao exercício de suas prerrogativas<sup>121</sup>.

É possível encontrar semelhante condição no capítulo vinte e cinco do Manual de Confessores de Navarro: “de algumas perguntas particulares de alguns estados e primeiramente dos reis e senhores que em esta vida não tem superiores quanto ao temporal”. Nele o catedrático descreve situações envolvendo indivíduos de maior condição econômica e política na sociedade. Havia para estes também condenações pelos pecados e delitos, porém se respeitava, sobretudo, sua posição na sociedade. No entanto, não deveriam se utilizar aleatoriamente do poder lhes era conferido para prejudicar outrem,

Se condenou ou fez condenar a algu (mayormente por crime) sem ho ouvir primeiro, o darlhe lugar para se defender ou depois de ho ouvir, sem publica prova, pólo que elle como pessoa privada sabia M. segundo ho sente S. Tho. & mais claro Caetan. Porque a sentença (q he o auto publico) deve nascer do poder, saber & vontade publico, & nam dos privados. E porq ho direyto natural manda, que ninguém, sem ser ouvido, ou chamado se condene. Donde se segue (segundo os mesmo) que muy gravemente pecam, & sam homicidas os reys, & príncipes que mandam matar a algu, (ainda que seja seu súdito) com peçonha, ou outra maneiras de mote, sem ouvir primeiro sua defesa<sup>122</sup>.

Para evitar a mistura entre o âmbito público e privado, muitas vezes desconsiderado pelos monarcas, a Igreja constantemente buscava um embasamento bíblico para justificar e corroborar suas tentativas de intervenção e controle social. Os membros que não se adequavam as suas normas, eram passíveis de castigos físicos ou psicológicos. A inquisição foi a materialização dessa vigilância na sociedade ibérica durante os quinhentos. Os indivíduos que por qualquer razão, não se encontrassem nos limites da observação e ação dos agentes eclesiásticos, demonstravam-se perigosos e poderiam ser condenados, muitas vezes sem acusação legítima.

A repetição do pecado era um dos fatores mais agravantes. Muitos autores relataram que um pecado mais simples, se praticado constantemente, tornava-se grave, de acordo com as circunstâncias nas quais foi cometido, pois as situações eram capazes de mudar sua espécie. Delumeau expõe as quatro circunstâncias nas quais ocorriam as faltas, descritas na obra de Bertaut Diretor. A primeira era a impertinência, que não agravava o ato. A segunda refere-se ao pecado cometido com malícia. A terceira era o pecado mais grave e a quarta, está

---

<sup>121</sup> HESPAÑA, Antonio Manuel. Op. Cit. p. 14

<sup>122</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Op. Cit. p. 492.



relacionada à falta cometida por ignorância ou coação, portanto, considerada menos prejudicial ao fiel<sup>123</sup>. Navarro também dedica algumas linhas para apontar as circunstâncias.

Para ele, se trata de:

a circunstancia do peccado, segundo ho parece do direyto & de seus interpretes, he hu accidete daquilo q he peccado. Dissemos (accidente) porq nehua circustancia da obra he a sustencial della. Dissemos (daquilo q he peccado) & nam do peccado, porqu muytas vezes a obra em si nã he peccado, & da circustancia se faz peccado [...]<sup>124</sup>.

Para Navarro, não havia diferença entre os pecados praticados e apenas a intenção de cometê-los. O autor resume à mesma espécie as duas formas, por isso seriam impostas as mesmas penitências para o homem que praticou um assassinato e para aquele que apenas desejou em pensamento. Por esta razão, Almeida afirma que o campo mental se mostrou extremamente desordenado, pois nele, se davam os conflitos entre o pecado expresso e a cobiça. A presença obsessiva do pecado-pensamento enquanto desejo é testemunho do quanto os homens sentiam-se martirizados por reprimirem a sexualidade, e mais ainda, por dominar as vozes da paixão<sup>125</sup>.

Algumas das práticas mais comuns na sociedade portuguesa eram repudiadas pela Igreja através dos livros de instrução. A primeira delas era o incesto, que se dava quando havia cópula entre membros de uma mesma família, sejam eles por consanguinidade ou afinidade. Para se configurar como incesto era necessária à mistura de semens, não bastava apenas à quebra da virgindade, como enfatiza Navarro em seu manual. Poucas obras descreviam hierarquizações, sendo assim, não importava o grau de parentesco dos envolvidos, o pecado tinha no mesmo peso e gravidade para os que o praticavam<sup>126</sup>.

O adultério era outro pecado vinculado à luxúria, além do campo matrimonial ele esteve relacionado a fatores econômicos porque implicava na divisão de heranças. Segundo Navarro, a luxúria era um “vicio da alma que a inclina a querer deleyte desordenado de copula carnal ou de preparatorios della. E sua obra, & auto He ho querer ou desejo, ou gozo daquelle deleyte”, para ele a cópula era consentida apenas dentro do casamento<sup>127</sup>. Os manuais aconselhavam que o fruto da traição abdicasse de sua parte no espólio e dedicasse sua vida às

---

<sup>123</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. p. 83.

<sup>124</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Op. Cit. p. 29-30

<sup>125</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit.. p. 69.

<sup>126</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. P. 82-83

<sup>127</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. p. 460.

práticas religiosas, assegurando assim a integridade do patrimônio familiar. Observamos com isso, que a preocupação com essa prática ultrapassava a esfera religiosa, pois a traição poderia causar mais danos econômicos que morais, por dividir os bens entre famílias diferentes.

Outro item comum era o aborto, frequentemente associado ao homicídio e tolerado apenas quando colocava em risco a vida da mãe, como relata Cordoba em seu *Trattado de Casos de Consciência*. Além desses, também eram relatados com frequência os seguintes pecados: estupro, prostituição, sodomia, poluição, entre outros.<sup>128</sup> Era muito comum associar as faltas mais graves aos pecados capitais, tidos como os piores defeitos, por serem capazes de disseminar muitos outros problemas.

As penas poderiam ser mais severas ou brandas, a depender da condição em que se encontrava o penitente. Doença e idade avançada, por exemplo, eram geralmente levadas em consideração quando se designava uma penitência, atenuando-a. Em contrapartida, a condição social do pecador poderia agravar sua penitência, principalmente se ele estivesse em posição inferior a sua vítima. Para pagar os atos cometidos era comum após da confissão, que muitos fiéis deixassem pedidos para a realização de missas por sua alma, com esperança de diminuir o débito contraído com o erro.

Com o perfil um pouco diferente dos confessionais, as ordenações Manuelinas (1512) e Filipinas (1595) são exemplos de códigos legais. Foram elaborados a pedido dos monarcas D. Manuel I de Portugal e Filipe II da Espanha (e do Império luso durante a União Ibérica), respectivamente, e apresentam as regras que deveriam ser praticadas pelos súditos das coroas. Ambos exibiam uma estrutura muito semelhante, composta por cinco livros que abordam, no geral, nos seguintes direitos: administrativo; eclesiástico; civil; comercial e penal. Apesar das obras serem de vastos sistemas jurídicos e conterem leis reguladoras das práticas sociais, muitos temas abordados não eram da alçada judicial. As ordenações mostram que o limite entre o público e o privado, o crime e o pecado era frágil e pouco definido, pois estes elementos se confundiam ao longo do texto. Esses códigos são mais uma fonte que nos auxiliam nos estudos sobre os pensamentos do século XVI, pois geralmente as leis versavam sobre práticas comuns na sociedade.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. p. 85-105

<sup>129</sup> Cf. Ordenações Manuelinas. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/> Acesso em: 22de novembro de 2012; Ordenações Filipinas Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/> Acesso em: 22de novembro de 2012

Percebe-se a grande quantidade de textos de caráter doutrinário produzidos nos quinhentos, porém muitos manuais não foram inéditos, ao contrário, foram reedições de textos antigos que, na maioria das vezes, recebiam novos comentários. Até os mais célebres intelectuais publicaram cópias e a reincidência dos textos e dos ensinamentos tinha por objetivo fazer com que os fiéis incorporassem os cânones e a doutrina católica nas suas práticas cotidianas. Esse foi o caso no *Manual de Confessores* do Doutor Navarro, sua primeira publicação datada de 1552. Porém, três anos antes, um livro de mesmo título foi publicado pelo frei Rodrigo do Porto e contava com a introdução do próprio Martín de Azpilcueta<sup>130</sup>. Provavelmente este manual serviu de inspiração para a produção do canonista, pois os índices das duas obras seguem a mesma sequência. Da mesma forma, as palavras se repetem de maneira assídua e o próprio clérigo afirma em seu prólogo ao leitor, que a partir do manual de 1549 produziu e acrescentou notas ao novo trabalho,

Em as quaes dizíamos em suma, que hu padre muy reverendo & gran senhor & amigonosso Francisco da religiosissima província de Piedade, fez em portugêus hu manual pequeno antes, que nos compoessesemos este grande & por algus justos respeytos quis, que te impremissem sem seu nome com nossa aprovação que por comissam do muy alto & muy exceleste dom Anrique cardeal infante inquisidor mor de Portugal fizemos acrecentandolhe muytas declarações em castelhano, polo qual ficava eu obrigado a dar conta delle, segundo ho sagrado concilio Tridentino.<sup>131</sup>

Em suas palavras no prólogo introdutório, Navarro deixa transparecer o quanto a sociedade quinhentista elaborava suas leis baseando-se nas escrituras sagradas, sobretudo, nos dez mandamentos. Assim, percebe-se que as esferas política e religiosa, encontravam-se indissociáveis.

Percebemos que os manuais, mais especificamente, os confessionais foram elementos importantes para a Igreja e responderam diretamente aos problemas enfrentados com o novo seguimento cristão. Mais que elementos religiosos, eles parecem dar conta também, de muitos outros campos na sociedade. Vejamos agora um pouco mais sobre essas obras.

---

<sup>130</sup> PORTO, Rodrigo do. **Manual de confessores & penitentes** que clara & breuemente conte[m] a vniuersal & particular decisão de quasi todas as duuidas q[ue] nas cõfissões sõe occorrer dos peccados, absoluições, restituções, ce[n]suras & irregularidades, cõposto antes por hu[m] religioso da ordem de S. Francisco da prouincia da Piedade, e visto & em algu[n]s passos declarado polo muy famoso Doutor Martim de Azpilcueta Nauarro.... Coimbra, Por Ioã da Barreyra & Ioã Aluares, 1549.

<sup>131</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Op. Cit. “Ao prudente Leytor o Doutor Martín de Azpilcueta saude em N. S. Jesu Christo”.

## 2.3 - O Confessionalismo tridentino: um novo perfil

Por que ter medo da confissão, tabua de salvação sempre disponível em meio as tempestades da vida?<sup>132</sup>

Jean Delumeau.

A intrigante pergunta feita por Jean Delumeau, nos leva a refletir sobre o papel que a confissão adquiriu nas sociedades modernas, mais especificamente, a partir de sua nova configuração promovida pela Reforma Católica. A confissão foi declarada obrigatória no IV Concílio de Latrão em 1215, porém a pequena assiduidade acabou despertando uma produção literária com o objetivo de incentivar os fiéis a se confessarem ao menos uma vez ao ano. Procura-se perceber aqui a confissão, não apenas como um sacramento, mas como um artifício criado pela Igreja Católica para tentar exercer maior controle sobre os corpos e consciências de seus membros, sejam eles clérigos ou fiéis.

A partir de Latrão a Igreja Católica institucionalizou a prática da confissão, como podemos observar no cânone vinte e um:

Todos os fiéis de qualquer sexo, depois de terem atingido a idade de discernimento, deve confessar individualmente todos os seus pecados de maneira fiel a seu próprio sacerdote, pelo menos uma vez por ano, e deixá-los ter o cuidado de fazer o que puderem para executar a penitência imposta a eles. Deixe-os reverentemente receber o sacramento da Eucaristia, pelo menos na Páscoa, a menos que eles pensam, por uma boa razão e sobre o conselho de seu próprio sacerdote, que deve abster-se de recebê-lo por um tempo. Caso contrário, serão impedidas de entrar em uma igreja durante a sua vida e que deve ser negado um enterro cristão da morte. Deixe esta salutar decreto ser publicado com frequência em igrejas, de modo que ninguém pode achar o pretexto de uma desculpa para justificar a cegueira da ignorância. Se as pessoas desejam, por boas razões, para confessar seus pecados a um sacerdote deixá-los primeiro pedir e obter a permissão de seu próprio sacerdote, pois caso contrário a outro sacerdote não terá o poder de absolver ou para vinculá-las. O sacerdote deve ser criterioso e prudente, de modo que como um médico habilidoso ele possa derramar vinho e óleo sobre as feridas de um dos feridos. Deixe-o cuidadosamente inquirir sobre as circunstâncias de ambos ao pecador e o pecado, para que ele possa prudentemente discernir que tipo de conselho que ele deveria dar o remédio a aplicar, utilizando vários meios de curar a pessoa doente. Deixe-o tomar o máximo cuidado, no entanto, para não trair a todo o pecador por palavra ou sinal ou de qualquer outra forma. Se o sacerdote precisa de conselhos sábios, busque-lo com cautela, sem qualquer menção à pessoa em causa. Porque, se alguém se atreve a revelar um pecado divulgado a ele na confissão, nós decreto que ele

---

<sup>132</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit.. p.13.

não é apenas para ser deposto de seu cargo sacerdotal, mas também de ser confinado a um estrito mosteiro para fazer penitência perpétua.<sup>133</sup>

Na descrição, fica evidente a necessidade de realizar a confissão apenas com um sacerdote da freguesia a qual pertence o fiel. O pecado é descrito como uma mácula espiritual, semelhante a uma doença que precisa ser curada pelo confessor - o único que detém os meios para isso. As circunstâncias nas quais a falta foi cometida precisavam ser relatadas, pois elas eram capazes de atenuar ou agravar o ato, de acordo com a intenção e o conhecimento da prática.

As orientações não estão restritas apenas ao fiel, também há algumas sugestões para o pároco, que enfatizam as qualidades de um bom confessor, destaca-se a prudência responsável por evitar exageros ou desleixo no momento de aplicar a penitência.

Após o surgimento deste documento, a Igreja passou a desenvolver de forma mais enfática mecanismos para normatizar as condutas e as práticas sociais, determinando os atos permitidos segundo a doutrina cristã. Para auxiliar nesta tarefa, a instituição desenvolveu e ampliou o uso dos confessionais, que também contribuíram para orientar os fiéis, definir o conceito de pecado e seus variados tipos, indicar o caminho da purificação por meio das penitências e, por fim, conduzir a absolvição. Estas obras tinham por objetivo principal incitar a confissão, sobretudo na modernidade (momento em que foram criadas novas estratégias para massificar o exercício da confissão), e tornar esse elemento a principal fonte de informação sobre a vida privada dos indivíduos.

Desde o final do século XV a circulação desses instrumentos de doutrina aumentou significativamente, estimulando a declaração dos pecados para o sacerdote sem qualquer pudor ou restrição<sup>134</sup>. Dessa forma, todos os atos deveriam ser descritos nos mínimos detalhes, as ações precisavam ser expostas em seu grau mais íntimo, incluindo as práticas do campo sexual.

Bruna Dantas, em seus estudos sobre sexualidade e cristianismo nos séculos XVI e XVII, afirma que Igreja “*não apresentou novas prescrições a sexualidade, mas criou técnicas e mecanismos de poder capazes de impor obediência aos imperativos orais já existentes*”<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Concílio de Latrão. Disponível em: <https://sites.google.com/site/evangelizandocommaria/concilio-da-igreja-catolica/quarto-concilio-de-latrao/canones-do-quarto-concilio-de-latrao>. Acesso em: Agosto de 2012

<sup>134</sup> Sobre a ampliação do número de confessionais e sumas entre o século XV e XVI em língua vulgar ver FERNANDES, Maria Célia. Manual de confessores ao guia de penitentes: caminhos e orientações da confissão nos tempos pós-trento. Via Spiritus 2, 1995. p. 47-65.

<sup>135</sup> DANTAS, Bruna. Sexualidade, Cristianismo e poder. Estudos e pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro, Ano 10. n. 3. p. 708

Logo, percebemos que a Igreja não foi capaz de anular algumas práticas sexuais que há muito se reproduziam na sociedade, porém, desenvolveu estratégias para diminuir ou conter os avanços neste campo. Essas táticas se basearam no estímulo ao medo, sentimento capaz de frear os corpos diante dos impulsos e fraquezas da carne. Certamente esse medo (dos castigos divinos, do purgatório, da condenação eterna, da excomunhão e da exclusão social) contribuiu substancialmente para conduzir os fiéis ao confessionário e fazê-los expor suas intimidades.

Para além da sexualidade, outras áreas também passaram a ser reguladas pelas normas e instrumentos de coerção que foram amplamente difundidos no início da modernidade. Frederico Palomo, afirma que a partir da segunda metade dos quinhentos, os confessionais passaram a ter ordem e estrutura específica em relação aos seus conteúdos, sendo distribuídos em uma sequência que contribuía para suscitar o arrependimento. O autor cita duas obras que serviram de referência para o trabalho dos confessores: *Directorio de Confessores e Penitentes* de Juan de Polanco (Lisboa 1556), *Suma de casos de Consciência* de Manuel Rodrigues (Lisboa, 1567)<sup>136</sup>.

O método que configurou essa literatura foi mais uma estratégia para extrair ao máximo os segredos, atos e pensamentos do penitente, através de um interrogatório preciso e ousado. Com o tempo, a confissão foi tomando cada vez mais espaço na vida do fiel e nos imaginários, mais precisamente em meados dos quinhentos. Neste momento a Igreja estava reafirmando suas diretrizes através do Concílio de Trento e, de maneira mais específica, a sessão XIV realizada em 25 de novembro de 1551, apontou os elementos que formavam o sacramento da penitência. Depois das novas determinações, o padre ganhou um papel de destaque na confissão tornando-se intermediário entre Deus e o homem e elemento essencial no processo de purificação dos pecados<sup>137</sup>.

Além disso, as confissões que eram públicas tornaram-se privadas e de conteúdo secreto, com risco de excomunhão aos não praticantes. Surgiu neste momento o confessionário enquanto espaço físico,

este novo equipamento das igrejas paroquiais revela uma crescente preocupação pela confidencialidade e intimidade espiritual, sendo o confessionário um compartimento com duas seções, onde ficava o padre e o

---

<sup>136</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 86

<sup>137</sup> Cf. Concílio Ecumênico de Trento. Disponível em MONTFORT Associação Cultural: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> (sessão XIV). Acesso em Agosto de 2012.

penitente separados por uma grade, através da qual podiam falar sem se verem<sup>138</sup>.

A concepção do confessionário facilitava a conversa entre o padre e o penitente, pois o espaço foi planejado com intenção de evitar o contato direto entre ambos, poupando-os assim de maiores constrangimentos. Segundo Almeida, essas mudanças refletiram o novo perfil da confissão moderna,

a confissão ganha seu perfil moderno de dialogo privado do fiel com o padre. Poderíamos dizer que os manuais de confessores são um fenômeno imerso no século XVI católico, meridional, e em certa medida ibérico, ou seja, ibérico quando se pensa na igreja contra-reforma como uma instituição hegemônica pelos jesuítas e mergulhada na problemática e no jogo de pressões que envolvia a Ibéria e suas colônias<sup>139</sup>

Apesar da existência do confessionário, Delumeau destaca a dificuldade sentida pelo pecador, em falar dos atos que praticou. Eram necessários coragem e determinação para realizar a confissão e, geralmente, o fiel sentia-se envergonhado ao professar diante de um sacerdote os pecados que cometera especialmente se estivessem relacionados ao campo da sexualidade. A vergonha era o maior obstáculo para a confissão: “a vergonha paralisa muitos deles quando ajoelham diante do padre no tribunal da confissão”<sup>140</sup>.

Para atender à nova configuração definida em Trento foi necessária a ampliação do número de confessionais, sobretudo para atender e ensinar aos confessores suas respectivas funções. Jean Delumeau descreve os problemas enfrentados pelos fieis que desejavam obedecer aos sacramentos. O primeiro deles estava na pressa com que os padres atendiam aos penitentes e rapidamente os despachavam sem darem a devida atenção aos seus relatos, pois muitas vezes estavam interessados no dinheiro que recebiam ilicitamente para oferecer o perdão. Muitos confessionais fizeram alusão a este problema com severas críticas aos clérigos que continuavam a praticar tal irregularidade, alguns destes manuais foram: *Practica Del Confessionario* de Jaime Corella, *Instruções aos Confessores* de Carlos Bartolomeu e *Conselhos úteis aos Confessores*, de Leonardo Port-Maurice. Este último, por exemplo, crítica os padres levianos e apressados que despacham com extrema rapidez o penitente.<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **Santas Normas**: o comportamento do clero pernambucano sob a vigilância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707. Dissertação de mestrado, Recife, 2002. p. 31

<sup>139</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes de. Op. Cit. p. 31

<sup>140</sup> DELUMEAU, Jean. Op Cit. p. 19.

<sup>141</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes de. Op. Cit. p. 18.

Além de Delumeau, Maria Célia Fernandez também se dedicou a análise do tema. Para a autora, os livros de orientação visavam esclarecer a ignorância dos clérigos com relação aos cânones e a doutrina cristã. Essa ignorância refletia o desconhecimento da teologia moral, por isso o Concílio de Trento, através dos *Decretos de Determinações*, incentivou a larga produção de textos destinados aos confessores, inclusive em língua vulgar, visto que muitos perdoavam com facilidade apenas porque desconheciam a penitência específica para cada tipo de pecado. Dois textos criticavam mais claramente o desleixo ou a conduta dos padres que não dominavam os conhecimentos básicos para realizar a confissão. Os textos intitulam-se: a introdução da *Summa Caietana* do Frei Luís de Granada e o prólogo do *Tratado de Aviso de Confessores* do Frei Henrique de S. Jerônimo.<sup>142</sup> A autora também ressalta a importância do confessional *Catecismo e Práticas Espirituais* do Frei Bartolomeu de Martirés, de 1564. Nele o autor enfatizou a necessidade de se realizar o exame de diligência, ou seja, refletir sobre os pecados cometidos antes de dirigir-se ao padre, como também enumerou as condições indicadas por Trento para a confissão: exposição dos pecados e suas circunstâncias, arrependimento e intenção de não pecar novamente e o cumprimento da penitência<sup>143</sup>. Segundo Fernandez, era comum entre os fiéis a crença que o ato de se confessar era suficiente para a que os pecados fossem perdoados, porém os manuais deixavam evidente a necessidade do arrependimento sincero, o que nem sempre ocorria. Geraldo Pieroni, em seus estudos sobre inquisição e degredo em Portugal no século XVI, também afirma que os sacerdotes aproveitavam-se dos momentos em que ficavam a sós com o fiel para fazer propostas imorais, aproveitando-se de sua condição privilegiada<sup>144</sup>.

De maneira mais enfática, após o Concílio de Trento, houve uma grande necessidade de suprir a falta de conhecimento em todas as camadas sociais sobre a doutrina cristã, por isso foram intensificadas as ações que visavam principalmente à interiorização dos princípios morais. Além da literatura, que teve grande circulação, mas não atingiu de maneira satisfatória a todos os grupos (principalmente os não letrados), foi amplamente instaurada a catequese com o objetivo de acelerar o processo de aprendizagem. A adoção dessa nova metodologia visava atingir uma grande quantidade de indivíduos e, mais diretamente,

---

<sup>142</sup> FERNADES, Maria Célia. Op. Cit. p. 49.

<sup>143</sup> FERNADES, Maria Célia. Op. Cit. p. 50.

<sup>144</sup> Cf. PIERONI, Geraldo. **Os Excluídos do Reino**: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia. Brasília: Universidade de Brasília, 2000; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.



incentivar a confissão que continuava pouco assídua apesar das determinações tridentinas e da grande produção literária.

Para Célia Fernandez, houve uma modificação no conteúdo dos confessionais ao longo dos quinhentos, enquanto no início do século eles versavam mais sobre a ignorância dos fiéis ao final enfatizavam a pouca frequência com que eram realizadas as confissões<sup>145</sup>. Podemos encontrar essas descrições nas obras de Manuel Góes de Vasconcelos: *Caminho espiritual das almas cristãs* e *Exame de consciência*. Na primeira, o autor preocupou-se em denunciar o desinteresse dos fiéis em realizar a confissão, cumprir os sacramentos e praticar o catecismo, geralmente visto como uma atividade infantil pela maioria dos adultos. Enquanto a segunda, incentivou a confissão “como um mecanismo eficaz tanto no controlo da consciência como em consequência como em ligação directa do dos comportamentos (espirituais, morais e sociais)” e reforçou a importância de meditar sobre os pecados para atingir o arrependimento sincero e não praticá-lo novamente<sup>146</sup>.

Frederico Palomo também destacou a importância do exame de consciência para uma confissão bem sucedida. Segundo o autor, os meios de instrução sempre reforçavam a necessidade de uma autoanálise. Através dela o fiel deveria promover uma reflexão de seus atos com base nos dez mandamentos. A manutenção desse exercício visava construir uma disciplina, tornando um hábito à prática da confissão. Ao incentivar o relato das práticas e pensamentos mais íntimos, a Igreja tinha por objetivo criar meios de intervir e dominar as condutas e os pensamentos na sociedade, utilizando a salvação como elemento impulsionador para confissão,

entre os instrumentos de disciplinamento social utilizados pelos diferentes agentes da Igreja, a confissão sacramental foi, sem dúvida, o mais eficaz no controlo, socialização e interiorização das normas de comportamentos ditadas pela igreja católica. O sacramento da penitencia estava a meio caminho entre o carácter coercitivo que o controlo das condutas, a imposição de penas espirituais e a eventual negação da absolvição lhe conferia, e uma natureza persuasiva, decorrente da função desempenhada na orientação das consciências<sup>147</sup>.

Deveria então, o confessor, criar maneiras que possibilitassem uma comunicação satisfatória com o penitente mostrando-se piedoso e afetuoso, promovendo assim um diálogo amigável que evitasse o medo e aumentasse a confiança. Recomendava-se na maioria dos confessionais que se evitassem palavras duras ou se demonstrasse impaciência, como se

---

<sup>145</sup> FERNANDEZ, Maria Célia. Op. Cit. p. 433.

<sup>146</sup> FERNANDEZ, Maria Célia. Op. Cit. p. 434-435.

<sup>147</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 83

inscreveu nas obras de São Francisco Sales e Jaime Corella, autores do *Conselho aos Confessores e Prática del Confessionario*, respectivamente<sup>148</sup>. Segundo Delumeau, muitas das orientações presentes nesses manuais foram extraídas das palavras de São Tomás de Aquino em seu *In IVum librum sententiarum*. Nesse manual, Aquino apresentou uma lista composta por oito adjetivos que deveriam fazer parte das características do confessor. São eles: doce, prudente, caridoso, afável, amável, discreto, suave e benigno<sup>149</sup>. O *Manual de Confessores e Penitentes* do Doutor Navarro também indica as características necessárias a um bom confessor: “Receber ao pecador com alegre gravidade & mostrarse-lhe todo, qual há de ser doce, affavel, suave, prudente, discreto, manso, piadoso & misericordioso, & animado o pera q descubra suas chagas & q espera a saude dellas”<sup>150</sup>. Percebemos que os aspectos descritos no texto do canonista apresentam o perfil comum, semelhante aos demais confessionais do período. Eram muitas as qualidades exigidas dos sacerdotes, porém, não é possível afirmar se a maioria deles de fato apresentava esses traços. É provável também que estes apontamentos tivessem o intuito de corrigir posturas adversas, já que muitos padres praticavam ilicitudes que não correspondiam a sua função.

Além das qualidades descritas por São Tomás, os padres que se dedicavam a confissão também tinham funções e elas são descritas por José Rabanos da seguinte forma: “el ministerio de los sacerdotes, especialmente de los que tienen cura de almas, consiste en cuatro cosas: celebrar misa, administrar sacramentos, oír confesiones e informar al pueblo en los artículos y demás rudimentos de la fe”<sup>151</sup>.

Desde a Idade Média, os confessores utilizavam-se de oito perguntas básicas que deveriam ser feitas ao penitente no momento da confissão. Quem? O quê? Onde? Com que? Quantas vezes? Por quê? Como? Quando? E essas perguntas poderiam ser complementadas com mais questões, para maior esclarecimento. Elas ofereciam subsídios aos clérigos para classificar e julgar os pecados.<sup>152</sup>

Um dos elementos que recebeu destaque na confissão moderna foi a consciência. Ela passou a ser parte integrante no processo de absolvição dos pecados, “o sacramento da confissão que incidia diretamente sobre as consciências assumindo funções de controle sobre

---

<sup>148</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. 23 e 24

<sup>149</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. p. 26.

<sup>150</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Op. Cit. P. 53. Ver também o cap. 4 sobre o poder, saber e bondade do confessor.

<sup>151</sup> RABANOS, José Maria Soto. Visón e tratamiento del pecado em los manuales de confessores de La baja edad media Hipaña. Hispania Sacra, LVIII 118, julio-diciembre 2006. p. 413.

<sup>152</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. p. 80

os comportamentos das pessoas, mas também de persuasão e de orientação das suas condutas”<sup>153</sup>. Os confessionais estimulavam no fiel um exame de consciência obrigatório antes da confissão, para que o mesmo pudesse avaliar quais eram os seus pecados e por que foram cometidos. Este exercício tinha por objetivo incitar a disciplina e a auto reflexão. A meditação baseava-se nos critérios presentes no manual e segundo Palomo, esses mesmos critérios exerciam uma “*função conformadora da moral social*”, pois instituíam a linguagem a ser utilizada na confissão estimulando um comportamento específico<sup>154</sup>.

Além da consciência, a imaginação e os pensamentos ganharam espaço nos discursos e nas páginas dos confessionais. De maneira geral eles demonstravam a intenção em cometer a ilicitude e mesmo que não fossem concretizados, já eram considerados pecaminosos. O campo do pensamento foi sem dúvida um espaço muito difícil para se investigar através das confissões e a não exteriorização do pecado, tornava o trabalho do sacerdote mais complexo, afinal, nestes casos, ele dependia exclusivamente da revelação do fiel para aplicar a penitência. Por isso muitos autores enfatizavam a necessidade de um interrogatório longo e detalhista, capaz de extrair os dados ocultos.

Os confessionais traziam, na maioria das vezes, informações que se complementavam, porém, há alguns casos em que os autores divergem com relação à prática e aos elementos que deveriam ser apresentados durante a Confissão. O Frei Rodrigo do Porto ressaltou que no momento da confissão não seria necessário perguntar quantas vezes o pecado foi cometido, porque isso em nada mudava o fato ocorrido. Dessa forma o mais importante era a circunstância na qual o pecado foi praticado<sup>155</sup>. As circunstâncias da prática do pecado eram muito relevantes, segundo Santo Agostinho, e deveriam ser questionadas pelo confessor, pois elas eram capazes de atenuar ou agravar a ação. Em contrapartida, Martín de Azpilcueta Navarro, traz uma característica específica em seu manual com relação aos demais que abordam o mesmo tema. Nele, o autor não enfatizava a necessidade de descrição detalhada do pecado por parte do confessor, mas a quantidade de vezes que foi realizado. Segundo ele, também há de se ter atenção no momento da elaboração da pergunta, para assim obter o relato preciso<sup>156</sup>,

---

<sup>153</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit p. 15.

<sup>154</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 87-88.

<sup>155</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes de . Op. Cit. p. 63 .

<sup>156</sup> Segundo Ângela Almeida era comum a prática de perguntas detalhistas e francas que acabavam por excitar o confessor oferecendo informações por vezes desconhecidas ou não praticadas por ele.

[...] que em os peccados da carne nam deça muyto aas circunstançias particulares, preguntandoas meudamente. Porque nam provoque com isso a si, & ao penitente a deleytacam. [...] Porem quando perguntar da poluçam voluntária, & extraordinária, ou da fornicação, nam pergunte pólo modo com que a fez. Porque basta dizerlhe quantas vezes cometeo este peccado, & o que he necessario pêra conhecer a casta & espécie do peccado, sem mais descender a suas torpes circunstançias<sup>157</sup>.

Estas circunstâncias poderiam modificar a natureza do pecado. Se praticado com conhecimento e intenção, ele era classificado como mortal, caso contrário, venial. Este último não era tão grave a ponto de comprometer a salvação e também não foi citado nas determinações tridentinas sobre o sacramento da penitência. Mesmo assim muitos confessores insistiam em saber os pecados mais simples, pois era possível que mudasse de natureza quando cometido com desejo e consciência pelo fiel<sup>158</sup>.

A confissão poderia promover a inserção social caso o indivíduo recebesse o perdão, ou a exclusão prevista no concílio de Latrão, já exposto no cânone vinte e quatro<sup>159</sup>. A exclusão também se dava sobre os penitentes que praticavam a confissão, mas não recebiam o perdão do confessor, tamanha era a gravidade do pecado.

Desta forma, percebemos que a elaboração e difusão dos confessionais, sobretudo a partir dos quinhentos, esteve atrelada a uma política de disciplinamento social característico dos estados modernos, que se apresentou nos discursos da Igreja Católica e nos governos absolutistas, reforçando a forte ligação entre estas instituições, no sentido de promover a formação de padrões de comportamento,

Respondia-se assim a necessidade de regar as relações sociais e humanas cada vez mais complexas, em função dos modelos de comportamento que devidamente difundidos e interiorizados pelos sujeitos levaria a progressiva transformação da sua consciência moral e os costumes em todos os âmbitos da vida social. Em última instância, o disciplinamento social teria favorecido um desenvolvimento gradual de mudanças estruturais na própria sociedade e nas suas formas de organização política<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> NAVARRO, Martín Azpilcueta. **Manual de Confessores & Penitentes**[...]. Composto por ho muito resoluto e celebrado Doutor Martín Azpilcueta Navarro. Impresso em Coimbra por João de Barreyra, 1560, cap.V.

<sup>158</sup> “Ho qual todo polos seguintes corolarios, se declara. Antes dos quaes avisamos que depois deste se imprimir, declarou por herege ho Concilio de Tridentino, ao que disser, que nam somos obrigados a confessar a circustancia, que muda a specie de peccado. Ho qual se há de entender , da circustancia, que muda a specie do peccado venial em mortal , ou a do mortal, em outro mortal, & nam da que muda em outro venial , que não he necessario”. Cf. NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Op. Cit. p. 30

<sup>159</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes de. Op. Cit. p. 17.

<sup>160</sup> PALOMO, Frederico. Op. Cit. p. 11

Assim, os esforços dos agentes eclesiásticos em garantir o doutrinação, se basearam na publicação excessiva de normas e doutrinas, que objetivavam inicialmente instruir, mas com passar dos anos tomam uma dimensão maior, tornando-se reguladores de práticas sociais. Além do caráter religioso, a confissão também atingiu o campo social e cultural, pois normatizou comportamentos e propiciou a inclusão ou exclusão de indivíduos aos seus respectivos grupos, induziu reformas dos padrões de condutas e estimulou os exames de consciência atingindo o campo das mentalidades.

A confissão nos auxilia nos estudos sobre as sociedades cristãs ao longo da Idade média, período em que foi instituída, e durante a modernidade, quando ganhou uma nova dimensão para a Igreja Católica. Essa instituição percebeu a confissão como elemento-chave para doutrinar corpos e mentes, utilizando para isso a literatura, os sermões e o catecismo. Apesar dos esforços dos confessores, as obras deixaram evidente a existência de grupos que não cumpriam os sacramentos mesmo após o Concílio de Trento reafirmar sua prática.

Diante da ameaça protestante e das perdas sofridas com a Reforma, a Igreja se uniu ao Estado na colonização dos territórios além-mar com intenção de expandir a fé e aumentar o número de membros. Para realizar tal tarefa, designou a Companhia de Jesus, ordem religiosa responsável pelas missões e conversão dos povos coloniais. Ao mesmo tempo em que os jesuítas lutavam para conquistar novas almas, também projetavam os padrões da Igreja reformada.

O Doutor Navarro estabeleceu estreitas relações com esses padres nos anos em que ensinou na universidade. A educação sempre ocupou um lugar privilegiado na vida do canonista, que circulou nas mais importantes instituições do período. Trataremos agora destes contatos em uma análise geral sobre a educação no século XVI.

### 3. O Doutor Navarro e a Educação no século XVI

Viver na Colegiata e ajudar aos pobres do hospital de peregrinos foi a rotina de Martín de Azpilcueta até 1524. O canonista deixou uma carreira acadêmica de sucesso na França para se dedicar integralmente as atividades religiosas. Porém, não demonstrava satisfação com a recente escolha. Provavelmente a pacata Navarra que deixou ainda menino não correspondia mais aos anseios do letrado que viveu a juventude em cidades de muita agitação e diversidade cultural<sup>161</sup>.

Por isso, Navarro deixou o monastério e seguiu para Salamanca a fim de retornar as atividades acadêmicas que outrora exerceu em Toulouse e Cahors. Essa mudança contribui para observar o campo educacional nos reinos espanhóis e em Portugal, onde também lecionou na Universidade de Coimbra.

A partir de então, ele iniciou uma fase de grande produção literária, com um número considerável de publicações destinadas ao clero e aos fiéis. Segundo Eloy Tejero, abordando não apenas o direito, sua área de formação específica, mas variadas temáticas:

el Derecho Canónico y la Moral son las ciencias en que más directamente inciden los desarrollos doctrinales de Martín de Azpilcueta -aunque contengan implicaciones secundarias con otras ciencias, como la Teología dogmática y la Teología Espiritual, la Liturgia, la Pastoral, el Derecho civil, el Derecho Internacinal, la Economía, la Medicina, etc<sup>162</sup>.

A experiência nas terras lusas rendeu a Navarro uma grande aproximação com a Companhia de Jesus, ordem respeitada e admirada pelo canonista. No mesmo período em que ele esteve na universidade portuguesa, os jesuítas receberam de D. João III a administração do Colégio das Artes e muitos clérigos, ainda em formação, tiveram aulas com o catedrático. De forma mais específica, ele atuou como veículo entre a doutrina reformista e os inicianos, pois teve a responsabilidade de instruir muitos destes padres antes de se laçarem nas missões e catequeses, sobretudo, no novo mundo.

Destacamos a figura de padre Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão a América Portuguesa. Além das instruções, ele enviou cartas ao antigo professor relatando sobre as principais características da terra e dos indígenas que nela habitavam.

---

<sup>161</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 65

<sup>162</sup> TEJERO, Eloy. **Relevancia doctrinal del doctor Navarro en el ámbito de las ciencias y la tradición cultural de Europa**. Disponível em: [www.navarra.es/.../GN\\_Ficheros\\_P...](http://www.navarra.es/.../GN_Ficheros_P...) Acesso: 25 de jan. de 2013. p. 577.

Voltemos a sua companhia para perceber melhor como se deu a aproximação com os jesuítas e traçar um panorama geral sobre as instituições de ensino, onde viveu a maior parte de sua vida.

### **3.1 - O retorno a educação: as Universidades de Salamanca e Coimbra**

Apesar da tranquilidade longe das grandes cortes e das atividades desenvolvidas no monastério (rezar, ajudar aos doentes no hospital, estudar as regras da ordem) que muito interessavam ao Doutor Navarro, sua estadia em Roncesvalles durou relativamente pouco. O equivalente a cerca de um ano.

Com autorização do amigo e prior do monastério, Francisco de Navarra, ele seguiu para Salamanca com o propósito de ingressar na universidade. Navarro optou por este Estudo porque naquele momento a cidade já era um dos maiores centros universitário da Europa ocidental, que além de permitir a grande quantidade de ordens religiosas, também resguardava um grande patrimônio artístico.

Segundo Fernández, a transferência se deu primordialmente pela necessidade de continuar sua carreira acadêmica. O próprio canonista esclarece a razão de sua mudança nas cartas que escreveu ao embaixador espanhol em Roma. Ele afirmou que precisava estudar em Salamanca para auxiliar no controle das finanças de Navarra, que chegavam a gerar prejuízos ao monastério. A necessidade se uniu aos interesses pessoais e justificaram sua rápida decisão, “después que yo entre e hice profesión em dicho monastério procure que Le dicho Señor Prior fuese a Salamanca a estudiar y excusar gastos excesivos que hacía em el Reino de Navarra con daño al monasterio”<sup>163</sup>.

Apesar de não conhecer Salamanca, o Doutor Navarro certamente teve notícias da famosa universidade ali sediada, reconhecida como um dos melhores centros de educação da Península Ibérica. A qualidade desta instituição também contribuiu para que o professor a escolhesse como novo local de trabalho e estudo.

As universidades foram espaços destinados ao florescimento das ciências e das artes e estiveram presentes na maioria das cortes na Europa influenciando principalmente os campos políticos e econômicos. Havia também outras instituições de muito prestígio nos quinhentos,

---

<sup>163</sup> Carta de Martín de Azpilcueta ao embaixador espanhol em Roma. Arquivo do Vaticano in PARDO FERNÁNDEZ, Rafael.Op. Cit. p. 68

como Bolonha, Zagagoça, Barcelona, Oxford e Coimbra (anteriormente Lisboa). Entre 1500 e 1650, foram criadas cerca de noventa e sete unidades de ensino superior na Europa, dentre elas: Dillingen, Jena, Helmstedt, Herborn, Graz, Utrecht, etc. Além disso, nos antigos núcleos foram criados novos cursos e vagas para atender a crescente demanda da época<sup>164</sup>.

Segundo Garcia Cárcel, durante todo o século XVI e as duas primeiras décadas do XVII foram fundadas vinte quatro universidades apenas nos reinos hispânicos. Entretanto, havia uma distinção entre elas. Enquanto Valencia, Granada, Zaragoza, Oviedo e Vic eram chamadas de universidades maiores, as demais eram consideradas menores ou ainda conventos-universidades, pois surgiram vinculados a um estudo particular anteriormente secundário e a uma ordem religiosa. Estas instituições são apresentadas no quadro abaixo, seguidas por informações complementares, como sua origem, data da bula pontifícia (que autoriza sua criação) e do privilegio real e o fundador.

### Quadro II

Relação de universidades criadas entre 1500 e 1620

<b>Universidad</b>	<b>Origen</b>	<b>Fecha bula Pontificia</b>	<b>Fecha Privilegio real</b>	<b>Fundador</b>
Alcalá	Colegio			Cardeal Cisneros
Valencia		1500	1502	Minucipio
Sevilla	Colegio de S. Pablo Dominicos	1517	1541	Arzobispo Fr. D. de Deza
Santiago de Compostela	Colegio	1526	1567	Arzobispo Fonseca
Toledo	Colegio	1521	1529	Maestrescuela Arzobispo de Toledo
Granada		1531	1521	Carlos I
Sahagun-Irache	Convento domínico que passa a	1534	1665	

<sup>164</sup> FERNÁNDEZ LUZÓN, Antonio. La universidad de Barcelona no siglo XVI. Tese de doutorado. Departamento de História moderna e contemporânea. Barcelona, 2003. p. 111.



	colégio			
Zaragoza	Facultad de Artes	1555	1542	Municipio
Oñate	Colegio	1545	1549	Obispo R. de Mercado
Baeza	Colegio	1542	1583	R. Lopes, clérigo
Ejea de los Caballeros	Colegio	1546		Municipio
Gandía	Convento domínico que passa a colégio	1547		Duque Fco de Borja
Osuna	Colegio	1548		J. Téllez- Girón, conde Ureña
Avila	Convento domínico que passa a colégio	1576	1638	Domínicos
Almagro	Convento domínico que passa a Colégio			F. de Córdoba
Burgo de Osma	Colegio	1555	1562	Obispo P. Álvares de Costa
Orihuela	Convento domínico que passa a colégio	1569	1646	Arzobispo Fernando Loazes
Oviedo		1574	1604	Cardeal Cervantes
Tarragona	Seminario	1574	1580	
El escorial	Convento Jerónimos	1505		
Vic			1599	Municipio

Tortosa		1600	1645	B. Surio dominico
Solsona	Colegio dominico	1620		
Pamplona	Convento domínico que passa a colegio	1624	1630	M. de Abaurrea. particular

Fonte: GARCÍA CÁRCÉL, Rodrigo. Op. Cit. p. 184-186.

Através desses dados, percebe-se que das 24 universidades, 19 eram consideradas menores. Assim, observamos que a grande maioria surgiu de uma escola pequena atrelada a uma ordem e com o tempo se desenvolveu tornando-se um Estudo Geral. Isso explica o fato de os fundadores terem sido predominantemente clérigos. Ao analisar o quadro, Carcél enfatiza que a ação dos eclesiásticos foi fundamental para ampliação do número de instituições, não apenas no caráter quantitativo, mas também no qualitativo, pois era de conhecimento comum a excelência dos cursos oferecidos nas academias religiosas, especificamente, nos centros jesuítas e dominicanos. O aumento da administração das universidades por membros do clero de certa forma contribuiu para a reaproximação do Doutor Navarro com estes os institutos. Assim, deixar o monastério e desenvolver estudos de caráter científico não significava afastar-se de Deus, já que esses ambientes estavam cercados de homens que compartilhavam sua fé.

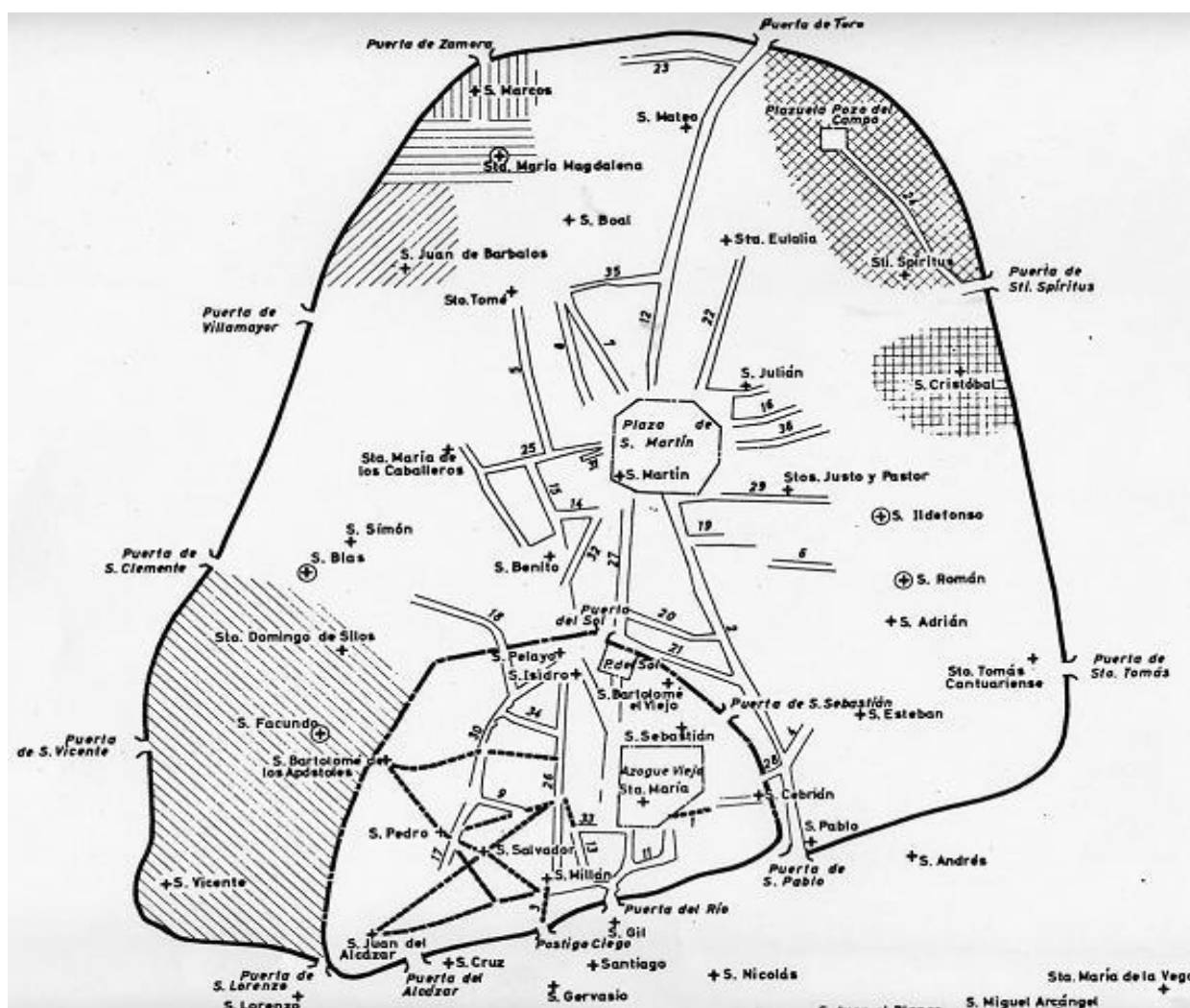
Contudo, o que teria provocado o crescimento considerável da oferta e da procura por universidades no século XVI em relação aos períodos anteriores? Essa mudança se deve as novas formas de pensamento que surgiram a partir das características humanista e renascentista que se propagaram em quase toda Europa ocidental. Voltaremos a tratar do assunto adiante.

Mas, se Navarro desejava retomar os estudos e retornar a universidade, porque não voltou a Toulouse ou a Cahors onde já era admirado e conhecido como professor? O canonista não deixou evidente em suas obras ou cartas a razão que o fez optar por Salamanca. Talvez fosse pela qualidade dos cursos ou ainda pelo fato dos franceses não aceitarem com facilidade a presença de estrangeiros, sobretudo oriundos dos reinos espanhóis. Decidido, o

catedrático seguiu em direção ao sul rumo a Castela e a uma nova e importante fase da sua trajetória.

Ao chegar, Navarro se deparou com uma cidade edificada em formato circular, em torno da Praça de San Martín e cercada por uma grande muralha que envolvia todo seu o perímetro. Era cortada pelo rio Tormes e ficava a cerca de 800 metros acima do nível do mar. Possuía uma geográfica peculiar, muito diferente dos ambientes onde viveu. Costumeiramente era chamada de Atena ou Roma hispânica<sup>165</sup>. Podemos observar abaixo um pouco dessa disposição através do mapa da cidade:

Figura I



### Salamanca en la baja Edad Media.

M. González García, *Salamanca: la repoblación...* (mapa).

Fonte: Herrero, José Luis. Op. Cit. 2004. p.3

<sup>165</sup>LUIS HERRERO, José. *Toponímia urbana en la Salamanca de los Siglos de Oro. 2004.* Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/artifara/rivista6/testi/salamanca.asp>. Acesso: dezembro de 2012. p.1

Nesse espaço físico tão peculiar, foi fundada uma universidade em 1218 pelo rei Alfonso IX, uma das mais antigas da Europa. A modesta construção foi crescendo com o passar dos anos, até que no século XV, foram construídos os Colégios Maiores, que contribuíram para consolidar ainda mais o local como centro universitário<sup>166</sup>. Se tratava de um estudo misto, pois agregava também um claustro. Apresentava mistura de elementos do medievo e da modernidade e já no século XVI, atendia cerca de vinte mil alunos por ano, o que representava um número elevado se comparado aos padrões da época<sup>167</sup>.

A cidade se tornou referência em educação, principalmente a partir dos quinhentos. Neste momento ocorreu uma série de mudanças urbanísticas que propiciaram a modernização e ampliação do espaço físico, devido principalmente: a modificação do prédio da Universidade; a edificação das casas-palácios; a construção da Igreja de San Esteben, do Colégio de Fonseca e da Catedral nova; e em um âmbito cultural, a chegada do das concepções humanistas e do pensamento renascentista (uma característica do século de ouro “espanhol”<sup>168</sup>).

Segundo Cirilo Miguel, a mudança sobre a percepção do espaço foi encabeçada pelas elites locais, formadas por nobres, cavaleiros e homens de letras. As casas da nobreza, que eram um espelho de poder e ostentação, foram ao longo dos séculos XV e XVI modificando seus contornos e substituindo o caráter de fortaleza, próprio do medievo, por um novo perfil, mais sofisticado e pomposo, chamado de estilo isabelino. Nele foi possível identificar, além dos novos traços arquitetônicos, o surgimento de novos pensamentos, um novo conjunto de valores que se incorporava a esta sociedade,

El viejo «espacio agregado» medieval se transforma en un «espacio sistema» y confiere a la ciudad de Salamanca una «forma simbólica [...] En la ciudad de Salamanca del siglo XVI se produce una transformación en la idea de espacio, que nos permite afirmar que en ese siglo la ciudad del Termes logra una síntesis entre la cultura humanista (arte) y la cultura científica (ciencia), que es la que va a modelar su carácter de «ciudad renacentista»<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> LUIS HERRERO, José. Op. Cit. p. 1.

<sup>167</sup> FERNÁNDEZ LUZÓN, Antonio. p. 117.

<sup>168</sup> FLÓREZ MIGUEL, Cirilo. **La ciudad de Salamanca en el siglo XVI: La conjunción del arte y la ciência.** Revista Arbor. Novembro-dezembro 2002.

<sup>169</sup>E. Cassirer: Individuo y cosmos en la filosofía del Renacimiento. *Traá.* A. Bixio, Emecé, Buenos Aires, 1951. p. 429-430. O autor cita dois exemplos de casa da nobreza salmantina que modificaram suas estruturas neste período: Casa de las Conchas y la de los Abarca-Alcaraz (atualmente o Museu Provincial) In FLÓREZ MIGUEL, Cirilo. Op. Cit. p. 429.

Miguel ainda aponta outras mudanças próprias do Renascimento em Salamanca que ultrapassaram o campo da arquitetura. Mudanças referentes à cosmografia, filosofia natural e cosmologia. Muitos estudos que ganharam notoriedade nos séculos XVII e XVIII com Galileu Galilei foram alvo dos debates e pesquisas entre os intelectuais da universidade salmantina no início dos quinhentos, como é o caso do teólogo Domingo Soto<sup>170</sup>.

A chegada do pensamento renascentista e humanista ao longo dos quinhentos na universidade provocou o aumento considerável do número de alunos. Certamente, a entrada de Navarro no Estudo Geral se deu, além das razões já citadas, pela prosperidade e renovação que pairava sob Castela. Esta fase assinalou o século de ouro, período de ampla produção nos campos científico, literário, artístico, arquitetônico, etc. A fase marcou ainda o auge da história política, econômica e cultural da “Espanha”, ainda que não completamente unificada. Marcaram este período nomes como: Fernando de Rojas, Guzmán de Alfarache, Lope de Vega, Francisco de Quevedo, Baltazar Grácian, Pedro Calderón de la Barca, ÉI Greco, entre outros. Sobre este momento afirma José Herrero,

En el siglo XVI vive la ciudad su particular siglo de oro. El auge de la Universidad, debido a su prestigio, hace que la ciudad crezca y se formen nuevas calles que van ocupando espacios vacíos, hacia el norte, del perímetro medieval. Los estudiantes pasan de 500, a mediados del XV, a 7.000, en la segunda mitad del XVI. La ciudad en 1505 tiene unos 18.000 habitantes; en 1561, 25.000. Es la segunda ciudad castellana más poblada después de Valladolid<sup>171</sup>.

Ao tentar ingressar em Salamanca, Navarro se deparou com um problema. Por ser Doutor e ter lecionado anteriormente em Toulouse e Cahors, esperava assumir uma função semelhante, porém, não teve o título reconhecido. Isso ocorreu devido ao fato de o estatuto da universidade proibir o ingresso de qualquer estrangeiro em seus cursos. Entendia-se por estrangeiro, o aluno ou professor graduado em outra instituição de ensino. Esta situação era comum em vários centros de estudos devido à rivalidade entre eles. Apesar do vasto conhecimento e erudição foi necessário, ao chegar à universidade, fazer um novo curso na mesma área, em período de ciclo curto, ou seja, em tempo menor que o regular, pois apenas desta forma seria possível sua admissão. Apesar do reconhecimento que conquistou pela atuação na França, foi aplicada a ele a exigência necessária semelhante a qualquer outro candidato,

---

<sup>170</sup> FLÓREZ MIGUEL, Cirilo. Op. Cit. p. 452.

<sup>171</sup> LUIS HERRERO, José. Op. Cit. p. 3.

Pero todo este prestigio no le privaron de tener que revalidar oficialmente sus títulos académicos. Aunque en 1532 consigue el título de bachiller, sin tener que pasar por el examen correspondiente, tendrá que sufrir el trámite ordinario para la licenciatura de la Facultad de Cánones, cuatro días después. Y ese mismo año obtiene el grado de doctor<sup>172</sup>.

Em pouco tempo, Navarro conquistou notoriedade entre os demais intelectuais que se encontravam ali, a ponto de ter sido escolhido para discursar ao Imperador Carlos V, em sua visita a cidade de Salamanca no ano de 1528<sup>173</sup>. Após o fato, o professor passou a galgar cátedras cada vez mais importantes, chegando a lecionar *Prima* em cânone. Por conseguinte, seu número de alunos e discípulos foi aumentando significativamente com passar dos anos, chegando a quase mil. Por essa razão, as aulas de Navarro passaram a ser ministradas em um grande auditório capaz de comportar a quantidade de estudantes.

Além de lecionar, Navarro integrou um importante grupo de estudos e pesquisa sobre economia chamado, por Grice-Hutchinson, de Escola Econômica:

Según Grice-Hutchinson la Escuela estaría formada por Francisco de Vitoria, de la Orden de Predicadores (1492-1546) y sus colegas, discípulos y continuadores. Es decir: Domingo de Soto, O. P. (1494-1560), Martín de Azpilcueta, O. P. (1493-1586), Juan de Medina (h.1490-1546), Diego de Covarrubias y Leiva, O. P.(1512-1570), Cristóbal de Villalón, (1500-1580), Luis de Alcalá, (franciscano), Luis Saravia de la Calle,S.J.(+1623), Domingo de Báñez, O.P. (1528-1604), Tomás de Mercado, O. P. (1530-1576), Francisco García, S.J. (1641-1685), Luis de Molina, S. J. (1531-1601), Miguel Salón, agustino, (1539-1621), Juan de Salas, S. J. (1553-1612), Francisco Suárez, S. J. (1548-1617), Juan de Lugo, S. J. (1583-1660) y Antonio Escobar, S. J. (1589-1669)<sup>174</sup>.

Muito antes dos estudos de William Petty e Adam Smith, nos séculos XVII e XVIII respectivamente, os teóricos da Escola de Salamanca produziram inúmeros textos e reflexões sobre economia. Os escolásticos salmantinos lhe deram pela primeira vez o caráter de ciência, com certa autonomia, o que possibilitou análises direcionadas e precisas sobre as finanças e sua circulação. Segundo Restituto Sierra Bravo, que realizou estudos sobre o pensamento social e econômico da escolástica, ela consiste na necessidade de harmonizar e subordinar a razão em função da fé. Para o autor, a principal consequência de sua utilização, por se tratar

---

<sup>172</sup> BEORLEGUI, Carlos. **Martín de Azpilcueta**: um artífice de la modernidad (en lo quinto centenario de su nacimiento). Disponível em: <http://www.barasoain.net/montaje/martin%20de%20azpilcueta.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2012. p. 5.

<sup>173</sup> Como de costume o monarca escutava os mais influentes estudiosos do período.

<sup>174</sup> ORAMAS MESA, MANUEL. **Economistas españoles do siglo XVI**. Disponível em: [www.gobiernodecanarias.org/.../3/.../06.pdf](http://www.gobiernodecanarias.org/.../3/.../06.pdf) - p. 153-154. Acesso: janeiro de 2013. Ver também GRICE-HUTCHINSON, M. **Ensayos sobre el pensamiento económico en España**. Alianza Editorial, Madrid, 1995.

de um pensamento religioso, era não responder adequadamente aos problemas sociais, com exceção daqueles diretamente relacionados ao aspecto religioso<sup>175</sup>. Além do pensamento escolástico, as pesquisas foram impulsionadas pelo desenvolvimento do renascimento nos reinos espanhóis e pela ação direta das navegações, que dinamizaram as vendas e trocas e fortaleceram uma política mercantilista.

O interesse pelo tema fez com que Navarro reestruturasse as rendas do Monastério de Roncesvalles, salvando a Igreja e o hospital da falência, e contribuiu para que retornasse aos estudos. Mais que aprender sobre economia, o canonista participou ativamente da criação da Teoria Quantitativa do Dinheiro. Ela estava baseada na seguinte equação matemática: multiplicação dos bens comercializados, pelos preços dos mesmos, levando-se também em consideração a quantidade de moeda e a velocidade com que circula. Temos então a expressão:

Si llamamos  $M$  a la cantidad de dinero y consideramos que há de equivaler al total de los pagos, es decir, al producto de los bienes por sus precios, llamando:  $P$  = índice general de precios,  $Q$  = total de bienes comprables, y  $V$  = velocidad de circulación del dinero, podremos escribir:  $PQ = MV$  de donde:  $P = MV / Q$ .<sup>176</sup>

Essa não foi a única contribuição do canonista na área. Ao longo de sua carreira, ele escreveu várias obras que abordaram de alguma forma o assunto como: *Tractado de las rendas de los beneficios ecclesiasticos*: para saber que se han de gastar, y a quien se han de dar y deixar. Fundado em cap. final xvi. [...] e o *Manual de Confesores e Penitentes*, na edição de 1556, pela qual recebeu as adições dos *Comentarios Resolutorios* sobre Cambios, Usura, Defesa do próximo, Simonia mental e Furto notável e Irregularidades.

Na maioria de suas obras, Navarro aborda a economia através da prática da usura, que se tratava nos quinhentos, “segun la q tiene comunmete aqui, y em los otros textos, glosas, y doctores (assim theologos como canonistas) significa la ganância que se toma del emprestido cuyo fenômeno passa enel q la recibe: e assi el español se llamo logro, de lucrum em latin, q significa ganancia [...]”<sup>177</sup>, ou seja, consiste no interesse em ganhar ou levar vantagem sobre

---

<sup>175</sup> SIERRA BRAVO, Restituto. **El pensamiento social y econômico de la Escolástica**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975. p. 11-12.

<sup>176</sup> DE LA IGLESIA GARCÍA, Jesús. **Comentario resolutorio de câmbios**. História do pensamento econômico. *Historia y Pensamiento Económico*. Madrid. N. 789. p. 83. Diciembre 2000- Enero 2001.

<sup>177</sup> NAVARRO, Martín de **Azpilcueta**. **Comentario Resolutorio de Usuras** sobre el el cap. j de la question. iij. de la xiiij causa / copuesto por el doctor Martin de Azpilcueta Navarro ; dirigido a una com otros quatro sobre el principio ... al muy alto, y muy poderoso señor don Carlos, principe de Castilla ... Impresso em Estela, por Adrian Anuers, 1565. p. 6.

algo. A usura praticada principalmente em transações comerciais, e fortemente criticada pela Igreja, que a considerava pecado mortal, seja real ou mental (apenas desejada).

Seus estudos ultrapassaram o caráter religioso e analisaram, por exemplo, a variação dos preços dos produtos, as causas da inflação, a intensidade da circulação da moeda etc. como podemos encontrar no *Comentario Resolutóio de Cambios*. Composto por oitenta tópicos que versam sobre várias práticas em torno do dinheiro, dentre elas: a justa cobrança de comissão por parte dos banqueiros em relação aos seus depositantes; a proibição de empréstimo exclusivamente por interesse, geralmente realizado por ricos e mercadores, que não tinham necessidades para justificar o ato; o justo pagamento da comissão ao que trabalha com a troca da moeda, pois estão desempenhando uma atividade; as razões que explicavam a saída do dinheiro, em forma de ouro e riquezas, de uma cidade para outra; troca de moedas e produtos em regiões onde o dinheiro estava mais valorizado com o objetivo de lucrar mais, etc<sup>178</sup>.

Na obra *Tractado de las rendas de los beneficios ecclesiasticos*, Navarro descreve a importância de se gastar corretamente a renda dos clérigos. O autor inicia sua obra, levantando três questionamentos. Estes últimos são: “se peccam mortalmente los beneficiados ecclesiasticos em gostar superflua o prophanamente las rendas de sus beneficios? Se ya que pequen, son obligados a restituir las? Si puedan testar dellas?”<sup>179</sup>. Ao longo dos capítulos ele esclarece os questionamentos e informa sobre as demais restrições em torno dos gastos. Baseando-se nos ensinamentos de Tomás de Aquino, o canonista afirma que os bens eclesiásticos são de duas espécies: os aplicados aos ministros da igreja e os destinados aos pobres, através dos hospitais, por exemplo. Eles podem ser oriundos da herança familiar, da própria indústria e de doações, mas alguns religiosos o receberam de sua ordem clerical ou ainda de missas, predicções e atividades relacionadas.

Apesar dos benefícios, os eclesiásticos só poderiam gastar sua renda para o sustento próprio ou para ajudar os necessitados. Para fortalecer seus argumentos, Navarro descreveu onze razões com base em relatos bíblicos, experiências de santos (Santo Agostinho, São Jerônimo), exemplo dos discípulos e papas, resoluções e sacramentos de concílios (Cartagineses e Tridentino), na tentativa de corroborar suas arguições sobre o assunto. Dentre

---

<sup>178</sup> Cf. ESCARTIN, Eduardo. VELASCO, Luis. GONZÁLEZ-ABRIL, Luis. Las finanzas em la época de Azpilcueta y em la actual. Universidad de Sevilla Disponível em: <http://personal.us.es/escartin/Azpilcueta%20y%20los%20cambios.pdf> Acesso:15 janeiro de 2013. p. 1-12.

<sup>179</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Tractado de las rendas de los beneficios ecclesiasticos. Impresso em Valladolid por Adrian Ghemart, 1565. p. 2.



as várias obras que escreveu durante a estadia no reino de Castela ou posteriormente, em outras cidades, a influência dos estudos sobre economia se refletiu na maioria dos textos, mesmo os que apresentavam, em primeiro plano, temáticas diferentes<sup>180</sup>. A participação do Doutor Navarro na Escola de Salamanca contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre finanças, assim ele pôde suprir algumas lacunas na Igreja, visto que muitos clérigos não possuíam conhecimentos específicos sobre administração e fechavam monastérios e colegiadas por falta de recursos. O canonista soube unir em prol da Igreja e do Estado as informações necessárias para o bom funcionamento do sistema monetário.

A atuação do professor e a participação nos principais núcleos de pesquisa na Universidade de Salamanca despertaram o interesse de outros monarcas e instituições. Não demorou muito para que Navarro fosse convidado por D. João III, rei de Portugal, (que solicitou a Carlos V o envio do canonista para a Universidade de Coimbra), tamanho prestígio havia conquistado. Porém, o pedido foi negado pelo corpo docente salmantino que se recusou a perder tão prodigioso professor. Intercedeu então o monarca português a sua irmã Isabel, esposa do imperador, pela transferência do canonista. Com o aumento das pressões reais sobre Salamanca e a ameaça de cortar a verba enviada por Carlos V para a instituição, Navarro foi liberado para ensinar por três anos em Portugal. Sua transferência se deu em 1538, porém o acordo foi quebrado, porque ele permaneceu em terras lusas até 1554. Ao canonista, foi concedido o direito de retornar e assumir novamente sua antiga cátedra, ao fim do período acordado entre as instituições e o privilégio (nunca concedido anteriormente), de receber uma pensão de mil ducados de ouro por ano, durante sua estadia em Portugal, mesmo após sua jubilação<sup>181</sup>.

Embora não fosse a sede do governo português, Coimbra adquiriu importância e notoriedade principalmente ao longo do século XVI. Aos poucos, com a instalação da universidade, do colégio das Artes e de outras instituições de ensino em seu entorno, ela se tornou uma referência para a formação de letrados não apenas no império luso, mas também na Europa. Pode-se observar um pouco da geografia desse espaço na imagem apresentada abaixo:

---

<sup>180</sup> Idem p. 21-23.

<sup>181</sup> SALINAS QUIJADA, Francisco. **El Doctor Martín de Azpilcueta en la Universidad de Coimbra**. p. 612. Ver também ARIGITA Y LASA, Mariano. *El Doctor Navarro Don Martín de Azpilcueta y sus obras*. Pamplona, 1895, pág. 156.

Figura II



Fonte: BRAUNIUS, Georg. HOGENBERG, Abraham. "Civitatis Orbis Terrarum". Coloniae Agrippinae. 1572-1618. Disponível em: <http://purl.pt/1706/3/>. Acesso em: Maio de 2013.

A fixação da universidade em Coimbra foi fruto de um longo processo de negociação. Fundada em Lisboa, a pedido dos clérigos do Monastério de Santa Cruz e de eclesiásticos de várias ordens religiosas ao Papa Nicola III, estas duas cidades alternaram-se algumas vezes como sedes da instituição, até que, em 1537, o rei D. João III a consolidou definitivamente em Coimbra. Em seus estudos sobre a fundação desse centro, Manuel Rodrigues descreve os primeiros documentos que apontam sua construção,

São três os textos que nos falam das origens do Studium Conimbrigense: a petição de 12 de Novembro de 1288 dos priores dos Mosteiros de Santa Cruz e de S. Vicente de Fora, ambos da ordem dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, e de eclesiásticos de outras igrejas do País a solicitarem ao Papa a

criação dum Studium Generale; o documento de D. Dinis Scientiae Thesaurus Mirabilis, de 1 de Março de 1290, que lhe deu existência<sup>4</sup>; e, finalmente, a bula de Nicolau IV De Statu Regni Portugalliae, de 9 Agosto seguinte, que confirmou a criação dionisiana. É nessa bula que se fala, pela primeira vez, do ensino então existente: Artes, Cânones, Leis e Medicina. As Faculdades de Cânones, de Leis e de Medicina eram pois as três; havia ainda o curso de Artes onde se ensinava o «Trivium» e o «Quadrivium»<sup>182</sup>.

Embora trasladada, Navarro não faz referência à existência do Estudo em Lisboa. Ele confere a D. João III os méritos da fundação da universidade em Coimbra<sup>183</sup>. Apesar de recém-contratado, rapidamente estabeleceu relações amistosas com o rei, os nobres e as autoridades portuguesas<sup>184</sup>. Durante sua estadia em Portugal, tornou-se uma das figuras mais respeitadas e de maior prestígio, não apenas entre os portugueses. Seu reconhecimento também se dava, nas principais universidades da Europa deste período. Segundo Américo Ramalho, foi escandalosamente bem pago em relação ao seus colegas<sup>185</sup>. Assim conquistou uma pequena fortuna, apesar de não ostentar riquezas e glórias.

Segundo as Atas do Conselho da Universidade, publicadas por Mario Brandão, o Doutor Navarro iniciou seus trabalhos em 17 de outubro de 1538. O mesmo conselho era responsável por determinar o horário das aulas, nas quais o canonista lecionava entre as dez e onze da manhã. As aulas se estendiam por dez meses, duração do ano letivo, segundo os estatutos manuelinos, mais precisamente entre outubro e agosto<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto. **Notas sobre a Universidade de Coimbra desde as origens (1290) até à fixação definitiva em Coimbra (1537)**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 113.

<sup>183</sup> Martín de Azpilcueta sempre fala em recém fundada quando se refere a universidade de Coimbra, Cf. ARIGITA Y LASA, Mariano, Op. Cit. p. 150.

<sup>184</sup> Cf. BEORLEGUI, Carlos. Op. Cit. p. 5

<sup>185</sup> Cf. RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit.. p. 16.

<sup>186</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto. Op. Cit. p. 618. Ver também Brandão, Mario. **Actas dos Conselhos da Universidade** de 1537 a 1557. Coimbra: A. U. C., 1941. Vol I. Documento que autorizava a a transferência de Navarro: Sobrecédula delas cédula que estan dadas para que el Rector y maestrescuela, Diputados y Consiliarios de la Universidad de Salamanca den licencia al Doctor Navarro, para que por término de dos años vaya á leer á la universidad de Coimbra, sin que em ellos la baque la cátheda de Prima que tiene, so pena de perder la natureza é temporalidades: Universidad de la çiudad de Salamanca: Bien saveis como yo mande dar é di uma çédula para vos, por la qual vos embié á rogar encargar diesdes licencia al Doctor Martín de Azpilcueta (sic) catedrático de prima desa Universidade para que, por termino de três años, pudiese yr á leer a la Universidad que nuebamente se ha hecho em Coymbra, que es em reyno de Portugal, sin que em ellos, por su ausençia, Le bacasedes la cáthedra que esa Vniversidad tiene, por desear lo susodicho el serenísimo Rey de Portugal, um muy caro é muy amado Hermano, segund mas largamente em la dicha çedula se contiene, de la qual el doctor Sancho de Salava em nombre dese Estudio, suplicó ante nos [...]” ver OLÓRIZ, Hermilio. Op. Cit. p. 150-151.

O intercâmbio de professores entre universidades se tornou cada vez mais comum nos quinhentos. A circulação de estudantes e intelectuais entre Salamanca e Coimbra, não foi a primeira experiência de contato entre estes espaços. Além disso, os casamentos entre os membros das cortes demonstrava que as relações estabelecidas entre Portugal e os reinos espanhóis se iniciaram muito antes da União Ibérica. Nesse período, no entanto, houve um aumento do número de estudantes portugueses em Salamanca, que chegou a representar cerca de 13% do alunado desta instituição e 30% do total, se relacionada a população acadêmica lusa<sup>187</sup>. Antonio Ortiz enfatiza a relação entre estes espaços desde o século XV,

el Portugal del quatrocentos estaba muy conectado con Europa, de onde recibia humanistas y artistas y enviaba estudiantes. Las relaciones con Castilla seguian siendo privilegiadas, no pocos de los más notables escritores portugueses foram biligues y Salamanca acogía tantos o más estudiantes portugueses que Paris<sup>188</sup>.

Aproveitando-se dessa dinâmica, segundo Diogo Curto, alguns grupos de Portugal discutiram a possibilidade de desativar os Estudos Gerais de Coimbra e enviar os estudantes para as universidades vizinhas. Dessa maneira, seria possível economizar recursos para outros fins, como por exemplo, os militares.

Estes centros, ao mesmo tempo em que preservaram os grupos dominantes, promoveram a ascensão de outros, principalmente de nobres sem heranças ou filhos de homens enriquecidos, no geral comerciantes<sup>189</sup>. Além destes, lavradores e plebeus, tiveram durante o governo de D. João III, a oportunidade de ingressar na Universidade, devido às políticas de incentivo às letras que até então não se vira aplicar. Isto resultou no aumento significativo do número de matrículas no século XVI, como nos mostram as estatísticas: entre 1653-4, houve, 617 matriculados; entre 1573-79, subiram para 800, seguido de 1200 entre 1589-94. Estes números também se justificam pelo aumento da oferta de estudo, além da Universidade de Coimbra, em Portugal também foram criadas a Universidade de Évora, de Lisboa e do Porto<sup>190</sup>. Como estes últimos centros só foram criados a partir dos quinhentos, para atender a demanda anterior, foi frequente a formação de estudantes portugueses em Salamanca, Bolonha e Toulouse desde a Idade Média. Henrique Caiado e Damião de Góis foram exemplos de alunos que vivenciaram este intercâmbio.

---

<sup>187</sup> CURTO, Diogo Ramada. A Cultura Política. In MATOSSO, José Op. Cit. p. 124

<sup>188</sup> DOMÍNGUEZ ORTIZ. Antonio . España, três milênios de historia. Madrid, Marcial Pons, 2000. p. 96

<sup>189</sup> MATOSSO, José (org.) Op. Cit. p. 483.

<sup>190</sup> CURTO, Diogo Ramada. A Cultura Política. In MATOSSO, José (org.) Op. Cit. p. 124

Não era nenhuma novidade para Navarro a transferência de universidade, já que ele mesmo vivenciara essa experiência na França. Iniciou seus trabalhos em Coimbra, com aulas sobre direito canônico e, semelhante ao fenômeno ocorrido em Salamanca, verificou-se o aumento significativo do número de alunos no curso, logo após assumir a cátedra, que passou de 82 para 417 estudantes, em apenas três anos<sup>191</sup>.

Nesse contexto é possível perceber que o professor não foi apenas um elemento de disputa entre universidades. De forma geral, ele parece estar a serviço das coroas católicas, seja portuguesa ou castelhana, no processo de difusão da doutrina. A relação, inclusive familiar, que existia entre a realeza falcitava os acordos e as transferências de letrados e outros agentes, pois apesar das divergências havia interesses em comum entre as monarquias.

Não demorou muito para que o Doutor Navarro passasse a assumir uma posição de destaque nesta instituição ao tornar-se lente de prima em cânone, ultrapassando os postos ocupados anteriormente em Salamanca<sup>192</sup>. Rafael Fernández afirma que o canonista gozou de privilégios e ganhou autoridade para decidir sobre variados assuntos acadêmicos. Essa posição era vulgarmente chamada de cabeza de ratón, “la condición de cabeza de ratón llevaba consigo numerosas obligaciones. Azpilcueta era consultado por todos y propuesto como miembro de varias comisiones”<sup>193</sup>. Passou a participar de conselhos e reuniões com o reitor Diego de Murcia e, de forma mais significativa, promoveu mudanças no sistema de eleição de professores. Baseado no modelo salmantino, os estudantes escolhiam por voto os docentes que permaneceriam vinculados ao Estudo Geral. Após a intervenção de Navarro, estes mestres passaram a ser nomeados por um conselho de professores, sem interferência dos discentes. Este modelo de indicação sugerido por Azpilcueta foi posteriormente copiado em outras universidades.

Ultrapassando as paredes da Universidade de Coimbra, a influência de Azpilcueta chegou à corte lisboeta. Como poucos, ele circulou entre as mais altas esferas da nobreza, realeza e clero e tornou-se conselheiro de D. João III e D. Catarina, além de confessor de outros membros da família real. Em algumas de suas obras o teólogo fez vastos elogios aos monarcas, mostrando-se amigo da família. Chegou a se hospedar no palácio e também visitou

---

<sup>191</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. 2011. p. 117.

<sup>192</sup> Lente significa professor, catedrático segundo o dicionário BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira., 1789.

<sup>193</sup> FERNÁNDEZ, Rafael Pardo. Op. Cit. 2011. p. 120

alguns infantes que o receberam com muita satisfação<sup>194</sup>. Nenhum de seus biógrafos informa o período exato em que residiu com o rei. Provavelmente, foi durante os primeiros anos em que chegou a Portugal. Sempre esteve muito próximo da rainha, principalmente no momento em que perdeu a filha Maria Manuela, que morreu aos 18 anos (pouco depois de dar a luz ao filho com o Felipe II, príncipe herdeiro da Espanha). Neste momento, Navarro ainda não havia produzido seu manual de confessores, porém, é possível que o interrogatório e a penitência aplicada à realeza já apresentasse algumas características do perfil da confissão moderna.

Também estabeleceu laços fortes com os eclesiásticos da Companhia de Jesus, não apenas pelo fato de muitos jesuítas terem sido seus alunos, mas pela identificação com os valores da ordem: dedicação aos estudos e a valorização da doutrina moral. Além disso, um dos nomes mais expressivos da Companhia, o padre Francisco Xavier, era seu parente e contribuiu para despertar em Navarro admiração e interesse por ingressar na ordem e, juntamente com os padres, viajar para realizar missões e catequizar os gentios<sup>195</sup>.

Apesar do desejo, seu pedido nunca foi oficializado. Fernández afirma que provavelmente essa não era a melhor contribuição do teólogo para com igreja, o trabalho árduo dos jesuítas nos campos missionários exigia, além da dedicação e devoção, uma condição física que permitisse enfrentar longas jornadas e precárias acomodações. Porém, essa opção também não foi de interesse dos monarcas, que viam em Navarro, um letrado articulado que muito contribuía para os estudos no campo do direito e da economia. Logo, não é possível determinar o que de fato o impediu de deixar o velho mundo e seguir em direção às colônias do império luso.

De qualquer forma, Navarro ajudou na disseminação dos novos sacramentos da igreja reformada em uma fase de crise, através das suas atividades pedagógicas e de suas obras. São elas que nos auxiliam no entendimento dos imaginários da época, nos apresentam ideias e valores que circularam durante o século XVI na Península Ibérica.

Ao conjunto de características sociais e culturais próprios desta fase, chamamos de humanismo, tema do qual passaremos a tratar agora.

### **3.2 - O Humanismo na Península Ibérica**

---

<sup>194</sup> SALINAS QUIJADA, Francisco. Op. Cit. p. 62. Ver BEORLEGUI, Carlos. Op. Cit. p. 4. Ver também PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 128-129.

<sup>195</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. 2011. P. 127.

Como vimos, a trajetória de Martín de Azpilcueta foi bastante dinâmica. Os centros de educação nos quais circulou ao longo da vida, colaboraram para sua formação em direito, todavia, ele também teve um vasto conhecimento em outras áreas do saber. Mas de que forma suas obras apresentaram o contexto cultural em que esteve inserido? Como é possível perceber através delas as características que fizeram parte da sociedade ibérica durante o século XVI? Seria Martín de Azpilcueta um exemplo de humanista de seu tempo? Tentaremos responder a tais questionamentos ou ao menos indicar a relação que existia entre o canonista e os princípios humanistas.

Entre os quatrocentos e os seiscentos novos valores, passam a se integrar a vida cultural em Portugal e nos reinos espanhóis. Esta fase foi denominada pelo humanismo ibérico e assinalou um período de transição, marcado pela mistura de elementos medievais e modernos, influências das obras clássicas e conquistas proporcionadas pelas navegações. Para Teófilo Braga, que desenvolveu estudos em torno da renascença portuguesa, este momento foi o resultado de uma crise, na qual o humanismo e cientificismo sobrepõem-se ao feudalismo e o medieval, desenvolvendo um renascimento com aspectos filosóficos, teológicos, filológicos, crítico e artístico<sup>196</sup>. Pedagogicamente, o humanismo e o renascimento tratam de fases distintas e sequenciais, porém, vamos classificá-las como movimentos que se complementaram por apresentarem características muito semelhantes, que se conectavam sob o viés cultural.

Segundo António Mendes, dois fatores contribuíram para associar Portugal ao Renascimento. O primeiro foi o uso e valorização do Classicismo que se baseava no *studia humanitatis* (estudo a partir de leituras e imitação de autores greco-romanos), e o segundo, fundamentava-se nos “descobrimientos” marítimos<sup>197</sup>.

O emprego do *studia humanitatis* foi fundamental para a disseminação dos princípios humanistas entre camadas sociais diferentes, por isso, foi empregado de maneira enfática na universidade. Logo se espalhou desde literatura até as traduções, afirma Coroleu,

La huella de los studia humanitatis en la cultura peninsular no sólo llegó así a la literatura neolatina y a disciplinas característicamente humanísticas como la filología bíblica, sino que también se apreció en su

---

<sup>196</sup> Cf. BRAGA, Teófilo. Op. Cit. p. 329 e 230.

<sup>197</sup> MENDES, António Rosa. A vida cultural *In* José Matosso (org.) **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d. p. 375.

influencia en las letras en vernáculo o en las traducciones de textos clásicos y humanísticos<sup>198</sup>.

Nos quinhentos, a maioria dos intelectuais recebeu uma formação fundamentada nos princípios humanistas e conseqüentemente, as produções que circularam expressavam essas ideias entre as cortes e os letrados.

Os contatos entre cidades e reinos na Europa ocidental não promoveram apenas a ampliação do setor comercial, mas também, possibilitaram a interação com modelos educacionais que valorizavam, sobretudo, o homem e as letras. Esse momento marcou uma fase denominada humanismo, que se iniciou ainda em fins dos quatrocentos. Para Rogéria Santos, “este humanismo baseado na experiência humana, na mudança da relação do homem com o Mundo, não procura simplesmente a imitação dos antigos. Ao contrário, se volta para o futuro e fundamenta o antropocentrismo típico do humanismo”<sup>199</sup>.

Marília de Azambuja Ribeiro, em seus estudos sobre uma herança humanística, no Livro do Cortesão de Baldassare Castiglione, afirma que o conhecimento humanista estava atrelado ao pensamento ético e moral e tinha por objetivo, ensinar a virtude capaz de promover a transformação do homem,

idéia de Humanismo, que encontra suas origens no século XIV, consistia na crença na possibilidade de formação de um homem integral, bom cidadão e, quando necessário, bom soldado, que fosse culto e de bom gosto, que soubesse apreciar a beleza e encontrasse prazer na busca do conhecimento. Essa noção de *humanitas* possuía um caráter eminentemente educacional e encontrava-se intimamente associada a um processo de transformação da própria noção de indivíduo, que, valorizando o ser humano enquanto tal, passou a preocupar-se justamente com aquilo que dá a ele seu caráter propriamente humano, ou seja, sua natureza<sup>200</sup>

Além das letras, o humanismo se fez presente também nos estudos sobre navegações. Os ibéricos foram precursores das atividades marítimas, construíram rotas comerciais que propiciaram o contato com outras culturas e conquistaram colônias na África, Ásia e América, que possibilitaram a exploração de metais e a implantação da indústria do açúcar. Estes feitos só foram possíveis, graças ao desenvolvimento tecnológico e cartográfico, conhecimentos náuticos adquiridos principalmente com os italianos, aprofundamento dos estudos na

<sup>198</sup> COROLEU, Alejandro. Op. Cit. p. 295.

<sup>199</sup> SANTOS, Rogéria. **Humanismo em Portugal e sua influência na formação de Francisco de Holanda**. Revista tempo de conquista. N°7 p.6

<sup>200</sup> RIBEIRO, Marília de Azambuja. **Uma herança humanística: o problema da virtú principesca no livro do cortesão Baldassare Castiglione**. 2003. p.1



astrologia e matemática e, principalmente, o interesse dos monarcas (em Portugal, D. João II e D. Manuel e, em Castela, Isabel e Fernando) na expansão territorial e comercial de seus respectivos Impérios. Dentre os principais nomes do período, podemos destacar Jacome de Maiorca (cartógrafo), Abraão Zacuto (astrônomo) e Pedro Nunes (matemático).<sup>201</sup> As conquistas eram frequentemente citadas nos textos humanistas, como o *Oratio* de D. Garcia de Meneses, bispo de Évora e o *Gesta Illustrissimi Regis Ioannis De Bello Septensi*, de Mateo de Pisano, que relatou o episódio da tomada de Ceuta em 1415. Nos dois textos, o latim é empregado como língua humanista por excelência e sua utilização, generalizada nos textos do período, foi analisada por Américo Ramalho em sua obra *Latim Renascentista em Portugal*<sup>202</sup>.

Segundo o autor, o humanismo chegou a Portugal e aos reinos espanhóis, por meio da circulação de intelectuais e textos estrangeiros. Foi notória a influência dos pensadores oriundos da península itálica, que frequentemente eram convidados pelos monarcas, para residir ou lecionar em sua corte<sup>203</sup>. Desde o reinado de D. Afonso circularam em terras lusas humanistas estrangeiros, como Mateus de Pisano e Cataldo Sículo, durante o reinado de D. João II<sup>204</sup>. Porém, foi no governo D. João III, que houve a efetiva contribuição para a difusão humanista, com a chegada de novos materiais e professores para trabalhar na Universidade e no Colégio de Artes, inaugurado por ele em 1548. Para Mendes, este monarca foi o maior incentivador do campo cultural e educacional até então, suprindo a defasagem na qual se encontravam as instituições de ensino daquele Estado. Além dos espaços próprios para a educação, a corte também recebeu vários intelectuais. Esse fato, certamente, contribuiu para o grande número de obras elaboradas pelos humanistas que exaltavam o rei, principalmente os que incentivavam e contribuía para o aumento do número de estudiosos em seus domínios<sup>205</sup>.

Desde que a universidade havia se trasladado definitivamente para terras coimbrenses, surgiu a necessidade de criar também um espaço que abarcasse os estudos menores, como

---

<sup>201</sup> BELLINI, Lígia. Op. Cit. p. 4

<sup>202</sup> RAMALHO, Américo da Costa. **Latim Renascentista em Portugal**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

<sup>203</sup> RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa, Imprensa nacional casa da moeda. 1998. V. 3

<sup>204</sup> A visão de Ramalho vem sendo criticada, pois limita o surgimento do humanismo ao uso do latim. Em perspectiva diferente, o humanismo é apontado como uma reação à escolástica que permitiu uma reabilitação dos estudos da gramática e retórica. Ver ZANIBONI, Paulo André Moreira. **A transferência do colégio das Artes aos jesuítas: a atuação de D. João III à margem do pressuposto da personalidade (1540-1557)**. 2011. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História, São Paulo. p. 88.

<sup>205</sup> Mendes, António Rosa. Op. Cit. 388.

latinidades e humanidades e sua construção tornaria a cidade um amplo pólo de estudos na península, o que atraiu muitas escolas monásticas e particulares. Para tanto, o corpo docente se uniu em um conselho em 1547, para solicitar ao rei a implantação do colégio, pois acreditava-se que seria muito proveitoso para os alunos e para a própria universidade. O reitor Diego de Murcia, juntamente o Doutor Navarro, escreveu uma carta para D. João III, expressando o desejo e a necessidade que tinham de abrir este centro. Uma vez autorizada a construção, André de Gouvêa tornou-se o responsável por administrá-lo. Sua experiência como professor no colégio de Santa Bárbara e no Colégio de Guyenne foi fundamental para a organização da nova instituição, que ofereceu os cursos de filosofia, matemática, grego, latim e hebreu. Apesar da autonomia inicial, após a morte de Gouvêa, pouco depois da fundação, ele foi integrado à universidade e passou a ser gerido pela mesma. A supervisão do colégio foi repassada ao reitor que demonstrou desconfianças e intrigas com alguns professores, por essa razão, a inquisição realizou uma investigação no ambiente e condenou três mestres, Diogo Teive, João da Costa e Buchanan, por propagarem ideias erasmitas<sup>206</sup>.

Américo Ramalho, em seus estudos sobre a história do humanismo em Portugal, aponta de maneira mais precisa a data que marcou o início desse movimento. Segundo ele, foi a partir chegada do siciliano Cataldo Parísio Sículo a Lisboa. O escritor foi responsável por ensinar a Jorge, filho bastardo de D. João II, em 1485. A partir de então, outros intelectuais passaram a circular na corte portuguesa trazendo consigo os valores e concepções humanistas, além disso, os portugueses também migraram para outras universidades, sendo influenciados com os novos padrões<sup>207</sup>. Segundo o autor, a valorização dos textos gregos e a crítica textual, foram fortes características presentes no humanismo, que também apreciava a retórica, a poesia, a filosofia, a moral e, sobretudo, a gramática. Dentre os nomes mais expressivos do humanismo português destacam-se o historiador Damião de Góes, autor de obras como *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel e Ecclesiastes de Salamam, com algũas annotações neçessarias*, o professor de humanidades Diogo de Sigeu e o teólogo e escritor André de Rezende, autor de *Vida do Infante D. Duarte, Narration rerum gestarum in Índia a Lusitani, Epistola de Vita Aulica*, entre outros.

---

<sup>206</sup> SALINAS QUIJADA, Francisco de. Op. Cit. p. 629. O autor consultou Brandão, Mario. **Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557**. Coimbra: A. U. C., 1941. Vol I p. 422 e Vol II p. 267 . As Sobre os mestres expulsos do colégio das Artes ver também RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit. p. 5.

<sup>207</sup> RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit p.. 16

Em seus estudos sobre a literatura portuguesa, Massaud Moisés retroage um pouco mais para apontar o início do humanismo. De acordo com o autor o período teria seu início por volta de 1418, ano em que Fernão Lopes torna-se guarda-mor da Torre do Tombo, por indicação do monarca D. Duarte. Porém, os primeiros indícios da mudança de pensamento remetem a 1385, ano em que assume o trono português a dinastia de Avis, com D. João I. Ao escrever a obra *Livro de Montaria*, o monarca incentivou a expansão das letras e demonstrou através de sua publicação a formação de uma nova visão, baseada na humanização da cultura. Moisés afirma que esse pensamento não provocou a ruptura com Deus, mas abriu novas possibilidades para o protagonismo do homem,

A cultura torna-se laica em grande parte; a educação do homem, fidalgo sobretudo, constitui o objetivo da literatura moralista então escrita nas crônicas de Fernão Lopes, o povo, a massa popular, comparece pela primeira vez. Uma onda de realismo de terrenalismo, de apego a natureza física eleva-se para contrapor ao transcendentalismo anterior [...].<sup>208</sup>

Apesar de posicionamentos divergentes quanto à datação apresentada pelos autores que tomaram marcos distintos para o início do humanismo, ambos apresentam características comuns relacionadas à presença desse movimento. São elas que de fato nos interessam, pois refletem uma mudança de pensamento e comportamento que aos poucos substituiu o imaginário medieval e despertou na sociedade o interesse pelas letras e pela educação, com um aumento significativo do número de estudantes em colégios e universidade ao longo da península, e de escolas de navegação, que ofereceram o subsídio necessário para o início das conquistas ultramarinas. Além da ampliação do trânsito dos corpos docente e discente entre as instituições.

Seria possível ao Doutor Navarro estudar e trabalhar nas mencionadas instituições sem a abertura promovida pelas inovações humanistas? Até que ponto essas mudanças influenciaram na sua formação? É difícil precisar com exatidão ou de forma quantitativa a ação direta das concepções humanistas na formação do catedrático, mas podemos perceber que esse movimento serviu como base para a produção de seus manuais, sobretudo os de caráter moral e os que contemplavam temas relacionados à economia. Ambas as temáticas estavam no cerne do pensamento humanista.

---

<sup>208</sup> MOISÉS, Massaud. **A Literatura portuguesa**. São Paulo, Cultrix, 2010. p. 32.

Semelhante ao que ocorreu em Portugal, a maior influência do humanismo nos reinos espanhóis, veio da península itálica como afirma Alejandro Coroleu,

Desde finales del siglo XIV el humanismo italiano fue llegando, siquiera modestamente, a la Península Ibérica. Tempranos contactos entre grupos intelectuales autóctonos y representantes de la nueva cultura italiana, materializados en intereses de bibliófilos, amistades personales, correspondencia epistolar o viajes, permitieron en un principio la traducción y difusión de algunas obras clásicas y de algunos textos de los propios humanistas italianos<sup>209</sup>.

Desde o início dos quinhentos, a universidade salmantina passou a receber forte influência do humanismo, que se propagava na Península Ibérica. Porém, diferente do italiano, ele adquiriu um caráter cristão, afinal, a maior parte de intelectuais presentes na universidade eram clérigos,

La filosofía asentada en Salamanca fue um estímulo para muchos intelectuales que deseaban una nueva etapa para la Humanidad, deseó que se conoció en Europa como Renacimiento, pues este nuevo período hacía renacer la época dorada de griegos y romanos<sup>210</sup>

Nos reinos espanhóis as universidades também foram elementos de divulgação dos princípios humanistas. Um dos principais expoentes foi Antonio de Nebrija, cronista real e catedrático nas universidades de Salamanca (1476-1488) e Alcalá de Henares (1523), autor da primeira gramática e do primeiro dicionário em língua espanhola, na última década dos quatrocentos, e que também contribuiu e valorizou o uso dessa literatura nas diversas instituições de ensino<sup>211</sup>.

Destacaram-se outros intelectuais nesse contexto, como Ferran Valentí, jurista que traduziu a obra de Cícero para o catalão, Alfonso de Palencia, *cancilleresco* oficial e autor do *Hispaniensa Gesta*, obra comparável aos livros de Tito Lívio, o bispo de Gerona Joan Margarit, autor do tratado sobre a educação dos príncipes, chamado *Regum Coroa*, e textos historiográficos como o *Hispaniae Paralipomenon*, etc<sup>212</sup>. Mas, segundo Mendes e Coroleu, Antonio de Nebrija foi quem mais contribuiu para a introdução dos novos valores no campo educacional. Após estudar na Universidade de Bolonha, retornou à Península Itálica,

---

<sup>209</sup> COROLEU, Alejandro. **Humanismo en España**. Madrid, Introducción al Humanismo del Renacimiento, 1998. p. 295.

<sup>210</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. 2011. p. 81

<sup>211</sup> Mendes, António Rosa. **A vida cultural**. In José Matosso (org.) Op. cit. p. 376 ver também GARCÍA CÁRCÉL, Ricardo Op. Cit. p. 198.

<sup>212</sup> COROLEU, Alejandro. Op. Cit. p. 297

imbuído de ideias que valorizavam o homem e o estudo das letras e rompiam com o Classicismo medieval, além de estimular o ensino do latim. Também ressaltou a importância da gramática, que, segundo Mattoso, foi o elemento chave para a reforma cultural e moral do homem<sup>213</sup>.

Nebrija iniciou os trabalhos de ensino baseando-se na obra *Elegantiae linguae latinae*, do humanista italiano e professor de retórica Lorenzo Valla. Porém, em 1481, escreveu sua própria gramática intitulada *Introductiones latinae*, que atendia de maneira mais específica a realidade de Salamanca<sup>214</sup>. Continuou a escrever obras com fins educativos como os *Comentarios del gramático Elio Antonio de Nebrija a Persio, Diuinitio in scribenda historia* etc. Logo passou a influenciar alguns alunos que se tornaram seguidores e difusores, nos espaços de ensino, dos princípios. Um de seus discípulos mais conhecidos, foi Hernando Alonso de Herrera, que publicou a obra *Breve disputa de ocho levadas contra Aristótil y sus secuaces*.

Na *Gramática de la lengua castellana* (1492) o humanista apontou argumentos que justificam a origem da língua. Para ele, o castelhano é fruto da mistura do latim e romano antigo com a linguagem trazida pelos godos que ocuparam a região por muitos anos, assim, esse contato acabou propiciando uma forma específica de escrita e fala<sup>215</sup>. Aborda ainda no texto: ortografia, prosódia, sílabas, vogais e consoantes, etimologia e até mesmo aponta orientações para estrangeiros que desejavam aprender o idioma. Vale ressaltar também, sua contribuição na elaboração da Bíblia poliglota, na qual traduziu os textos do novo testamento para o grego, projeto de Francisco Cisneros fundador da Universidade Complutense de Alcalá. Apesar disso, Nebrija teve desafetos com alguns teólogos que o criticavam pelo excesso de liberdade, certamente herdado de seu mestre Pedro de Osma. Segundo Carcél, embora não existisse uma relação direta entre o gramático e Erasmo, algumas de suas obras foram associadas. Provavelmente essas semelhanças foram frutos das visões do período, que propiciava condições para criticar e contestar algumas determinações da igreja<sup>216</sup>.

Foi considerável a influência das obras de Erasmo sobre muitos intelectuais, não apenas na Península Ibérica, mas também nos Países Baixos, na França e na Itália. Mendes afirma, que em sua doutrina, ele “associava as técnicas e conteúdos do patrimônio humanístico - o

---

<sup>213</sup> MATTOSO, José. Op. Cit.. P. 376

<sup>214</sup> COROLEU, Alejandro. Op. Cit. . p. 299.

<sup>215</sup> NEBRIJA, Elio Antonio. **Gramática de la lengua castellana**. Barcelona, Linkgua ediciones, 2007. p. 24

<sup>216</sup> CARCÉL, Ricardo GARCIA. Op. Cit. p. 26.

método histórico-filosófico e a defesa das belas-letas contra os esquemas e processos da escolástica - com as aspirações de um cristianismo espiritual, ético e evangélico”<sup>217</sup>. Porém, nem todos concordavam com os seus ensinamentos, como se percebe nos discursos dos teólogos Pedro Margalho, Diogo de Gouveia Sênior e Estêvão de Almeida. Eles mantiveram-se mais próximos às ideias da escolástica de São Tomás de Aquino e relacionaram os estudos de Erasmo ao luteranismo, o que de fato ocorreu a partir da segunda metade do século XVI, após o Concílio de Trento, “a abertura humanista significava permitir a circulação de idéias tidas como luteranas, o que no século XVI, português e espanhol dizia respeito aos adeptos de Erasmo”<sup>218</sup>.

Aos poucos, a Igreja desestimulou o pensamento humanista, sobretudo pelas associações com a Reforma Protestante. Apesar da aparente relação, o movimento não esteve diretamente ligado às ideias luteranas, já que se baseava na valorização das ciências e a formação do homem crítico. De alguma forma este dois movimentos apresentavam pontos convergentes para que fossem associados pelo Santo Ofício e talvez esse elo, tenha se estabelecido com Erasmo, que contestou alguns princípios da igreja.

Apesar de escolástico, Navarro não anulou completamente os traços humanistas de sua produção, pois seria impossível se dissociar dos elementos que estiveram presentes em sua própria formação, logo, suas obras apresentam as características de transição do imaginário ibérico do século XVI. O teólogo não combatia o humanismo, mas o luteranismo. Suas aulas na universidade de Coimbra serviram de veículo para propagar as medidas da Igreja e enfrentar a crise que se acentuou com a reforma. Como receptores diretos das ações do catedrático, estavam os alunos, agentes responsáveis por disseminar os ensinamentos acadêmicos na corte ou nas colônias. O corpo discente era em grande parte composto por clérigos da Companhia de Jesus, mas as relações com os jesuítas não ficaram limitadas as classes. Vejamos então como se estabeleceram.

### **3.3 - As relações entre a Companhia de Jesus e Azpilcueta Navarro**

O século XVI foi um momento de mudança e reação da Igreja Católica. Estas alterações não foram apenas uma resposta à reforma protestante, mas o resultado de uma

---

<sup>217</sup> MENDES, António Rosa. Op. Cit. 381.

<sup>218</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. Op. Cit. p. 35.

longa estruturação de sua doutrina e de seus cânones. Desde o fim da Idade Média, esta instituição perdeu poder político e econômico para os monarcas. A reconfiguração social proveniente dos Estados Modernos ameaçou a hegemonia clerical. Para reaver as perdas e ganhar novamente a importância de outrora, a Igreja promoveu uma reforma para reafirmar seus dogmas, doutrinar as práticas do clero e dos fiéis, renovar suas ordens, conquistar novos membros e reagir às críticas que incidiram sobre ela. Dessa maneira, “a reforma da igreja romana, por mais que tivesse sido concebida como resposta ao desafio protestante, brotou da mesma vasta corrente de renovação espiritual que revitalizava a Europa desde os últimos anos do século quinze”<sup>219</sup>. Célia Cristina Tavares, que investigou a relação entre dos Jesuítas e a Inquisição em Goa, afirma, em sua análise sobre a Reforma Católica,

A crise da cristandade ocidental deve ser entendida, portanto, como um processo que se desenvolve desde a Baixa Idade Média. Dessa forma, a produção historiográfica mais recente tende a definir as reformas protestante e católica como resultantes de um passado comum, malgrado as suas diferenças e enfrentamentos. A expressão “tempo das reformas” define o processo de longa duração da renovação do cristianismo.<sup>220</sup>

Em meio a este contexto de renovação surgiu a Companhia de Jesus, a ordem que melhor correspondeu às expectativas desse momento. Apesar de surgir no momento oportuno, a Companhia não foi criada como uma resposta à reforma protestante. Então, entende-se que não há relação direta entre estes dois eventos, porém, ocorreram quase que simultaneamente, o que causou a impressão de estarem interligados<sup>221</sup>

Sua formação está diretamente ligada a Inácio de Loyola. Ele nasceu em Azpeitia, província de Guipúzcoa em 1491, aos treze anos ingressou na carreira militar e, posteriormente, recebeu o posto de capitão em Pamplona. Durante sua estadia na capital de Navarra foi deflagrada a guerra contra França, com os ataques Loyola acabou ferido nas duas pernas por uma bala de canhão e, para não perdê-las ou ficar com sequelas, foram necessárias algumas cirurgias e repouso durante um longo período. Em sua recuperação teve os primeiros contatos com a literatura cristã. Através das leituras de *Vida de Cristo* e *Florilégio*, despertou o desejo de trabalhar a serviço de Deus.<sup>222</sup>

---

<sup>219</sup> ELLIOTT, J. H. **A Europa dividida (1559-1598)**. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 112. *Apud* TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. **A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)**. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2002. p. 85.

<sup>220</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. *Op. Cit.* p. 86.

<sup>221</sup> WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas: missões, mitos e histórias**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 27.

<sup>222</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa: Portugália/ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938- 1945. V. 1 p.4. Ver também WRIGHT, Jonathan. *Op. Cit.* p. 25.

Recuperado da cirurgia, Loyola passou a se dedicar integralmente às obras espirituais, visitando igrejas, conventos e desprovido-se dos bens materiais. Neste momento, viveu uma experiência de total desapego ao mundo material, chegando a pedir esmolas e cometer autoflagelo. A partir de então, deu início à produção do manual *Exercícios Espirituais*, obra célebre que marcou a doutrina jesuítica. Realizou uma peregrinação até a terra santa, mas impossibilitado de lá permanecer, retornou com o propósito de difundir seus exercícios. Ao regressar, Loyola iniciou os estudos em Alcalá (1526) e Salamanca (1527), com o propósito de aprofundar seus conhecimentos em teologia. Pouco depois acabou sendo preso pela inquisição, que suspeitava do conteúdo do seu livro. Após a investigação, foi provada sua inocência. Dirigiu-se então a França, onde continuou a estudar. Lá se uniu a alguns companheiros de curso e deu início a divulgação dos seus exercícios. Em seguida firmou votos de dedicação exclusiva ao trabalho cristão<sup>223</sup>. Aos poucos, o número de adeptos das ideias inicianas aumentou, o que levou a criação (por estudantes e pelo próprio Loyola) da ordem religiosa Companhia de Jesus, que foi posteriormente aprovada na bula *Regimini Militantis Ecclesiae* durante o pontificado de D. Paulo III em 1540<sup>224</sup>.

Em seguida, foram elaborados outros documentos que versavam sobre o funcionamento da Companhia: a *Constituições da Companhia de Jesus*, que regulamentavam o funcionamento da ordem e o *Ratio Studiorum* (1599), um manual de ensino criado para padronizar os objetivos e os métodos que deveriam ser empregados pelos padres durante as aulas, evitando disparidades na aprendizagem<sup>225</sup>.

Também foram formulados três princípios sobre os quais todos os ordenados deveriam se basear e que, somados aos *Exercícios Espirituais*, formavam o modelo ideal para instrução. Esses princípios foram apontados por Célia Tavares:

A partir de três princípios básicos que definiam o modelo iniciano: o romanismo (total fidelidade ao papa, havendo inclusive um voto especial com esse objetivo, além dos habituais três votos regulares – pobreza, castidade, obediência), a “polivalência” (além de religiosos, seriam um pouco de tudo que fosse necessário – médicos, botânicos, professores e assim por diante) e o ascetismo (procura da plenitude da vida moral)<sup>226</sup>.

---

<sup>223</sup> Companheiros de Loyola neste primeiro momento: Francisco Xavier, Diogo Laynes, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues, Nicolau Bobadilha. Cf. LEITE, Serafim. Op. Cit. p.4

<sup>224</sup> Sobre a vida de Inacio de Loyola ver LEITE, Serafim. Op. Cit. p. 3-5.

<sup>225</sup> Cf. SOUSA, Jesus Maria. **Os Jesuítas e a Ratio Studiorum**: As raízes da formação de professores na Madeira. Islenha, 32, 2003. p. 26-46

<sup>226</sup>TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. Op. Cit. p. 95.



Além dos objetivos rígidos, que exigiam do clérigo dedicação e compromisso com a ordem, a organização da Companhia seguiu um forte caráter militar, que foi certamente influenciado pela vida e experiência de Loyola. A rigidez própria do militarismo se apresentou por meio de uma estrutura hierarquizada que estabeleceu ordem e preservou, sobretudo, a obediência entre os membros. A *Fórmula do Instituto*, desenvolvida por Loyola, traz nas primeiras linhas a comparação entre o jesuíta e o soldado. Sua luta se dava no campo espiritual e sua arma era a cruz de Cristo. Foi esta estrutura que permitiu aos clérigos se espalharem pelas várias colônias dos impérios e manterem o elo e a subordinação aos superiores<sup>227</sup>.

Além da comparação descrita, a *Fórmula do Instituto* apresentou os objetivos da Companhia e nela se inscreve:

procurar o proveito nas almas na vida e na doutrina cristã, propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e pelas obras de caridade, e verdadeiramente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão<sup>228</sup>.

Seguindo estes princípios, os jesuítas deram início à principal atividade da ordem: as missões. Loyola ressaltou a importância de conquistar as almas que estavam abandonadas além-mar e sem a possibilidade de salvação, pois sequer conheciam o cristianismo. Certamente por isso, os jesuítas se esforçaram em aprender as línguas dos locais em que aplicaram a catequese, a fim de estabelecer intenso contato com os gentios. Alguns padres, em especial, eram instruídos sobre a língua nativa antes de iniciarem sua viagem. Eles eram os tradutores que tinham um papel estratégico na missão.

Na obra *Doutrina autógrafa e confessionário*, organizada pelo padre Armando Cardozo, é apresentada a importância do uso da língua nativa, o tupi, nas relações entre os padres e os indígenas. Essa necessidade foi rapidamente percebida por José de Anchieta. É possível encontrar nos seus escritos várias frases em tupi, seguidas da tradução em português.<sup>229</sup> A obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, serviu como um guia para os demais jesuítas que se propuseram a catequizar os grupos de indígenas da *Terra Brasilis*,

---

<sup>227</sup> LEITE, Serafim. Op. Cit. 1938- 1945. V. 1.

<sup>228</sup> A Fórmula pode ser encontrada em LEITE, Serafim. Op. Cit. p. 8.

<sup>229</sup> ANCHIETA, José de. Tomo 2: **Doutrina autógrafa e confessionário**. Obras Completas 10 vol. Introdução histórico-literária, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso SJ. São Paulo. Edições Loyola, 1992.

As primeiras gramáticas do tupi de José de Anchieta, em 1595, e do japonês de João Rodrigues (1604-1608), impressas no período de Aquaviva, estavam direcionadas a transformar o membro letrado em conhecedor das línguas dos catecúmenos, tornando-o bilíngue<sup>230</sup>.

O uso da língua vulgar na ordem partiu do desejo de Loyola, que observou a necessidade de estabelecer uma comunicação eficiente entre os padres e os aborígenes. Porém, apenas alguns padres foram escolhidos para desenvolver a função, já que “a opção da Companhia de Jesus de doutrinar nas línguas vernáculas havia sido tomada desde Inácio de Loyola na primeira metade do século XVI, no entanto esta política teve diferentes matizes em relação a quais membros deveriam aprender estas línguas”<sup>231</sup>.

Além da habilidade para as missões, o caráter militar também contribuiu para que o Concílio de Trento tornasse a Companhia de Jesus, a ordem oficial da Reforma Católica, responsável por expandir a doutrina, os cânones e conquistar o maior número de fiéis no Império Português e Espanhol. Além de Trento, as monarquias ibéricas também se associaram aos jesuítas “na tentativa de fortalecer o estado colonizador e cristalizar um eixo católico ibérico apoiando-se nas populações recém-conquistadas.”<sup>232</sup>.

Ensinar, era o trabalho da maioria dos inacianos. Além de fundarem escolas nas missões com aulas destinadas aos seculares, também receberam o direito de administrar colégios na Península Ibérica. Desde 1534, eles se instalaram em Portugal e abriram um colégio para formar os clérigos da ordem. Rapidamente a escola ganhou importância e seus membros passaram a participar dos assuntos da nobreza e do reino. Pouco depois, no ano de 1555, recebem de D. João III a direção do Colégio de Artes de Coimbra, criado pelo monarca em 1548. Ao tomarem posse do Colégio, os jesuítas perceberam que o espaço educacional era um campo fértil para estimular vocações entre os alunos e alcançar novos membros<sup>233</sup>. As razões que levaram a transferência do colégio para a Companhia estiveram relacionadas com o processo instaurado pela inquisição contra os humanistas e professores, Diogo Teive, João da Costa e Buchanan. Segundo Américo Ramalho, provavelmente Navarro escreveu uma carta para D. Catarina irmã de Carlos V, intercedendo pelos colegas de profissão. Essa

---

<sup>230</sup> BARROS, Cândida. Maruyama, Toru. **O perfil dos intérpretes da Companhia de Jesus no Japão e no Brasil no século XVI**. Revista de história e estudos culturais. Dez, 2007. V. 1 p. 6

<sup>231</sup> BARROS, Cândida. MARUYAMA, Op. Cit. p. 6.

<sup>232</sup> ALMEIDA, Ângela. Op. Cit. p. 38.

<sup>233</sup> RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit. p. 173

correspondência explica o fato dos intelectuais terem sido bem tratados na prisão e recebido penas brandas<sup>234</sup>.

O Colégio das Artes oferecia aos alunos os cursos de licenciatura, bacharelado e mestre, mas também era pré-requisito para a admissão em outros cursos como teologia e medicina<sup>235</sup>. D. João III, que financiava a estadia dos jesuítas nesta instituição, consultou a opinião de Martín de Azpilcueta sobre a ordem, pois devido à grande influência e prestígio do Doutor na Universidade, sua opinião era de extrema relevância para o rei. As impressões do canonista contribuíram para aumentar a confiança e a credibilidade da ordem na corte portuguesa. Ele expressou satisfação em ver o Colégio sob a coordenação dos inacianos:

tuvimos ocasión de admirar...el primer Colegio de la Compañia de Coimbra, que ciertamente nos llenó de asombro y veneración. No teniamos, la verdad, cosa alguna contra ella, por que en el primer Colegio de la ordem se guardaban la regras...[y no se podía] observar en los meismos ni mancha de vicio ni sombra de mal<sup>236</sup>.

Uma particularidade da Companhia, em relação às demais ordens, foi a intensa produção de cartas. Essa prática se baseava nas constituições inacianas que enfatizavam a importância de unir “os repartidos em torno de um só”. Estas constituições determinavam que os jesuítas deveriam escrever a cada quatro meses para os seus superiores, informando de maneira geral, sobre o andamento das missões. Pouco depois, as cartas passaram a ser solicitadas anualmente, devido à imensa quantidade de correspondências que chegavam a Roma. Inácio de Loyola recebeu em torno de sete mil cartas, considerando todo o acervo, esse total representava apenas 2,5%. Esses dados nos permitem perceber a importância desse elemento para a comunicação entre os padres. Porém, as cartas poderiam ser reduzidas caso as condições locais nas quais se encontrassem os jesuítas nas missões, não possibilitassem um contato frequente com os demais padres da ordem<sup>237</sup>.

Os jesuítas foram missionários por excelência, e, por isso, se espalharam entre os continentes. Todavia, a distância não foi um empecilho que afastou e isolou estes grupos da comunicação dos demais clérigos. Através das correspondências os clérigos mais distantes

---

<sup>234</sup> RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit. p. 176.

<sup>235</sup> RAMALHO, Américo da Costa. Op. Cit. p. 172

<sup>236</sup> NAVARRO, Martín de Azpilcueta. Carta sobre os jesuítas. *Apud* PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 123.

<sup>237</sup> BRANCO, Mario Fernandes Correia Branco. **Para a maior glória de Deus e serviços do Reino:** as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2010. p. 16.

conseguiram enviar informações e solicitar esclarecimentos sobre doutrinas. O maior incentivador dessas redes de comunicações foi o próprio Loyola,

Escrever era para Loyola um ato comandado por um sentido. Ele escreveu os *Exercícios Espirituais* para ensinar e acompanhar, as *Constituições* para regulamentar, as *Instruções* aos membros da Companhia para manter a união, seus diários para entender sua própria espiritualidade, e as cartas como forma de agir e comunicar sobre os mais variados assuntos e situações<sup>238</sup>

Em seus estudos, Mario Correia investiga as cartas jesuíticas e a sua contribuição para a circulação de informações, a renovação da fé e a formação de uma identidade jesuítica. As cartas levavam informações relacionadas ao cotidiano dos padres, como também, apresentavam práticas desconhecidas no velho mundo. Os jesuítas escreviam sobre os desafios da conversão e confissão nas aldeias. As cartas também serviam de estímulo aos jovens seminaristas que ainda estudavam na Península Ibérica, pois eram testemunhos sobre os variados trabalhos desenvolvidos nos campos missionários,

a circulação interna da correspondência contribuiu para despertar vocações religiosas entre os alunos de seus colégios, o que garantiu a existência de uma reserva de futuros missionários e o aumento constante de seu efetivo, alimentando entre os noviços o desejo de se engajarem nos ministérios da ordem<sup>239</sup>

Além de informações específicas de cunho religioso, os jesuítas também relatavam elementos de caráter político e econômico, tornando-se assim, agentes participativos no processo de colonização. Além de enviarem as cartas para os membros da própria Companhia, ainda escreviam para autoridades administrativas, inclusive para o rei, como fizeram constantemente alguns jesuítas, a exemplo do padre Francisco Xavier.

Célio Costa, também percebeu a importância do sistema de correspondência para a ordem jesuíta. Tão logo os jesuítas se instalavam em um aldeamento, já informavam seus superiores das condições locais:

É pelas cartas que pode-se acompanhar as primeiras impressões que os jesuítas tiveram a respeito dos povos aborígenes, principalmente no que respeita às possibilidades de que as conversões fossem várias e a

---

<sup>238</sup> LONDONÔ, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 11-32 2002. p. 5.

<sup>239</sup> BRANCO, Mario Fernandes Correia Branco. Op. Cit. p. 13.

evangelização frutífera. Por outro lado, é pelas cartas que se pode verificar quais os primeiros inconvenientes encontrados<sup>240</sup>.

Muitas correspondências enviadas pelos padres não foram destinadas aos superiores da ordem, mas ao canonista Martín de Azpilcueta Navarro. Apesar de não pertencer à Companhia, o professor Navarro possuía relações muito estreitas com os jesuítas, além de grande conhecedor dos cânones e a doutrina da Igreja. As razões que levaram Navarro a estabelecer um intenso contato com os inicianos, não se explica apenas pelo fato de seu primo, o padre Francisco Xavier, pertencer ao grupo fundador da ordem e ter se destacado como o principal apóstolo do Oriente, ou porque seu sobrinho, João de Azpilcueta, integrou a primeira missão de clérigos (enviada à América Portuguesa em 1549), juntamente com o Padre Manuel da Nóbrega. Os vínculos entre Navarro e a ordem iam além dos laços familiares. O catedrático tinha grande admiração por Inácio de Loyola e os seus ensinamentos, em certa medida as características da Companhia desenvolvidas por Loyola, estiveram muito próximas das ideias e do sentimento do Doutor Navarro em seu trabalho e em seus escritos,

Este contacto estrecho com los jesuítas de Coimbra revelaba uma profunda simpatía del Doctor Navarro por la Compañía que se mantuvo toda su vida. Había una conexión evidente de objetivos como el amor a la enseñanza, por el estudio, la vestiduras pobres, el espíritu del mortificación y sencillez, la doutrina moral [...]. Em Roma poseía em sua casa um cuadro com el retrato de san Ignacio de Loyola. Todo esto es suficiente para comprender que cuando um de los sobrinhos de Azpilcueta expresó sus deseos de ingresar en la comunidad jesuíta de Salamanca el impartió todas las bendiciones<sup>241</sup>.

Segundo Rafael Fernández, os biógrafos que se dedicaram a estudar a vida Azpilcueta, perceberam seu forte interesse em se converter a ordem e trabalhar nas missões jesuíticas. Seu primo Xavier o advertiu em carta que sua idade (48 anos, em 1540) já estava avançada para se dedicar às missões e que, por isso, seria melhor que continuasse a lecionar em Portugal. Aritiga y Lasa afirmou que o canonista teve relações muito próximas com os jesuítas. O autor ainda revela que o escritor fez alguns livros a pedido da ordem, explicou o Direito Pontifício nas *Relecciones* públicas e dedicou a Simão Rodrigues, um dos padres fundadores da

---

<sup>240</sup> COSTA, Célio Juvenal. **A Companhia de Jesus: racionalidade e civilização**. IX Simpósio internacional processo civilizador. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa\\_redonda/art10.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_redonda/art10.pdf) p. 5.

<sup>241</sup> PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 125.

Companhia, *o Relectio cap. Ita qorumdam* em 1555, além de relatar em uma carta que tinha amor pela Companhia.<sup>242</sup>

Além disso, muitos inacianos que se formaram pela Universidade de Coimbra foram seus alunos e podemos citar, em especial, o padre Manuel da Nóbrega<sup>243</sup>. Este jesuíta foi discípulo de Azpilcueta e com ele estabeleceu relações muito próximas, em certa ocasião o mestre defendeu o jovem durante um exame acadêmico em que tinha uma hora para realizar toda a leitura do texto na presença de alguns professores. Passado o tempo, todos os alunos conseguiram terminar a atividade, com exceção do padre Nóbrega. Foi então que Navarro intercedeu por ele pedindo uma nova chance para que concluísse a leitura, afinal o aluno tinha gaguez e por isso não estava sobre a mesma condição dos demais colegas. Dessa forma, o estudante conseguiu terminar a leitura e foi aprovado pelo corpo docente que o avaliava<sup>244</sup>. Após o exame, Nóbrega se mostrou muito agradecido e, desde então, não perdera mais a admiração e o vínculo com o professor.

Manuel da Nóbrega foi chefe da primeira missão jesuítica enviada à América Portuguesa. Ao chegar à Bahia, em 29 de março de 1549 o padre escreveu para o seu mestre, Doutor Navarro, o reverenciando pela importância que tinha para ele e para Deus, com o objetivo de relatar o que encontrou no novo mundo. Inicialmente, afirma que ao chegar, juntamente com Tomé de Souza e sua comitiva, trataram de fundar a cidade de Salvador e com a ajuda dos gentios da terra que mostravam-se pacíficos, construíram casas e começaram o plantio da cana de açúcar, logo após perceberem a fertilidade do solo. Apesar do breve comentário, observa-se que Nóbrega esteve dentre os portugueses que fundaram oficialmente a cidade, embora as questões de ordem política ficassem sob a responsabilidade do governador-geral e outros agentes ligados a administração colonial. Juntamente com alguns membros da Companhia de Jesus, contribuiu significativamente para o contato ao se aproximar dos aldeamentos indígenas, para observar as práticas destes grupos e ensinar-lhes a língua e a cultura portuguesa<sup>245</sup>. Esse trabalho foi fundamental para o estabelecimento dos portugueses na América. Os jesuítas tornaram-se o elo entre os aborígenes e os colonizadores,

---

<sup>242</sup> ARTIGA y LASA. Op. Cit. p.173. Ver também relação de obras no tópico 2.1.

<sup>243</sup> Um dos alunos de Navarro foi o padre Manuel da Nóbrega que estudou na Universidade de Coimbra. Cf. LEITE, Serafim. **Um breve itinerário para uma biografia do padre Manuel da Nóbrega**. Brotréria, 1955. p. 28.

<sup>244</sup>Cf. RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa, Imprensa nacional casa da moeda. 1998. V.1

<sup>245</sup> NÓBREGA, Manoel. **Cartas jesuíticas 1: cartas do Brasil Itatiaia**, Belo Horizonte, 1988. p 89. Ver a carta na íntegra no anexo 2.

utilizando-se da catequese esses clérigos, ao mesmo em tempo auxiliavam a Coroa e a Igreja (pois trabalhavam para tornar os gentios súditos do rei e cristãos), pois em um momento de perdas, devido a reforma protestante, era necessário o aumento do número de membros para fortalecer o catolicismo já abalado desde fins dos quatrocentos.

Em seguida, Nóbrega descreve as belezas da Bahia. Segundo ele, uma terra que apresentava inúmeras qualidades e uma beleza natural incomparável às regiões do velho mundo,

A região é tão grande que dizem, de três partes que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Semilham os montes grandes jardins e pomares que não me lembra ter visto panno tão belo. Nos ditos montes há animaes de muitas diversas feituradas [...] muitas e diversas das de Hespanha.<sup>246</sup>

Como podemos observar o missionário, em sua comparação, refere-se à *Hespanha* e não a Portugal. Provavelmente conheceu o reino vizinho durante a temporada de estudos na Universidade de Salamanca. Apesar de escrever ainda na primeira metade dos quinhentos, Nóbrega se refere à região, utilizando o termo que sugere a ideia de unidade, *Hespanha*, apesar de Navarra, Leão, Castela e Aragão, não se mostrarem unificados antes do governo de Filipe II, com exceção dos dois últimos, devido à união de Isabel e Fernando<sup>247</sup>.

Outro trecho da carta nos mostra mais diretamente o trabalho realizado pelos jesuítas entre os indígenas, que em sua maioria, aceitavam a entrada dos clérigos em sua tribo, salvo algumas exceções. Percebemos assim que a relação estabelecida entre eles era agradável,

porém começamos a visitar as suas aldeias, quatro companheiros que somos, a conversar familiarmente, e a anunciar-lhes o reino do Céu, se fizerem aquilo que lhes ensinarmos; e são estes aqui os nossos bandos. Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã [...] porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm grande inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós outros.<sup>248</sup>

Nóbrega declara que os indígenas demonstravam interesse em aprender as letras, talvez as palavras do padre reflitam apenas uma curiosidade natural para com o novo, pois eles não conheciam a doutrina cristã. Certamente o jesuíta estabeleceu uma analogia entre a

---

<sup>246</sup> NÓBREGA, Manoel da. Op. Cit p. 89.

<sup>247</sup> NÓBREGA, Manoel da. Op. Cit p 90.

<sup>248</sup> NÓBREGA, Manoel da. Op. Cit. p. 92.

mitologia indígena e as narrativas bíblicas, pois ele afirma que já era de conhecimento nestas terras o dilúvio de Noé<sup>249</sup>. Essa comparação permite perceber que os grupos indígenas possuíam um vasto e inexplorado campo cultural, que passou a ser percebido pelos missionários por meio da observação. Durante as ações catequéticas, o entendimento da cultura nativa se tornou uma ferramenta imprescindível, para a comunicação com os portugueses.

Algumas dessas práticas foram duramente criticadas por Nóbrega, chamadas por ele de “maus costumes” como a antropofagia, comum em algumas tribos, e as feitiçarias, que, no geral, eram os rituais e o conhecimento sobre ervas de fins medicinais que eram utilizadas com frequência pelos nativos.

Estes costumes foram combatidos pelos jesuítas e por essa razão nem todas as tribos aceitavam a presença dos padres pacificamente, demonstrando aversão aos colonizadores de diversas formas. Dois casos foram apontados por Nóbrega na carta. No primeiro um indígena assassinou um cristão e este fato provavelmente mostrava resistência em aceitar a nova religiosidade. Em resposta, o governador-geral reagiu matando-o de maneira hostil, pois exemplo era uma tentativa de domesticar os grupos que não aceitavam a presença dos colonizadores. No segundo, os padres foram acusados de espalhar doenças nas tribos através da água do batismo. Certamente essas moléstias se alastraram devido ao contato com os portugueses e ausência de proteção natural dos nativos. Por todas as dificuldades que enfrentava, o padre solicitou a ajuda do canonista, por meio de orações e rezas, para que Deus os ajudasse nesta missão e pediu para que escrevesse segundo a vontade do Senhor<sup>250</sup>.

As cartas enviadas por Nóbrega não se destinaram exclusivamente ao Doutor Navarro, além de escrever diretamente para o rei D. João III, também se dirigiu a outros mestres, como Inácio de Loyola e Simão Rodrigues de Azevedo, fundadores da Companhia de Jesus. Para este último, o missionário relatou uma queixa específica: a crítica ao comportamento dos portugueses. Os lusos católicos já conheciam a doutrina e os sacramentos da Igreja, porém, suas condutas imorais acabavam por gerar um mau exemplo para os indígenas. Esse quadro se repetiu, nos vários lugares onde a Companhia esteve presente, como revelam as inúmeras correspondências enviadas pelos jesuítas aos seus superiores no reino,

---

<sup>249</sup> Os ameríndios possuíam uma mitologia diversificada que explicava muitas questões sobre o surgimento do seres vivos e do universo. Podemos encontrar de maneira mais específica estas histórias na coletânea Mitológicas de Claude Lévi-Strauss, - O cru e o cozido, Do mel às cinzas, A origem dos modos à mesa e O homem nu – nela o autor apresenta análises sobre os mitos.

<sup>250</sup> NÓBREGA, Manoel da. Op. Cit. p. 94.



Somente temo o mau exemplo que o nosso Cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres. Dos sacerdotes ouço coisas feias. Parece-me que devia Vossa Reverendíssima de lembrar a Sua Alteza um Vigário Geral, porque sei que mais moverá o temor da Justiça que o amor do Senhor<sup>251</sup>.

Os padres ainda sugeriam que os portugueses se distanciassem das aldeias para que não prejudicassem os ensinamentos e a catequese. Nos escritos eram feitas também críticas aos indígenas recém-convertidos, que geralmente retomavam as práticas costumeiras nas tribos, como a bigamia e os rituais religiosos. Os aborígenes tinham hábitos muito diferentes dos cristãos europeus, aos poucos os jesuítas perceberam que não seria fácil suplantar representações e práticas indígenas, com a implantação de novos valores e doutrina cristã<sup>252</sup>.

Todavia, as dificuldades não impediram o trabalho missionário desenvolvido pelos padres, que se estendeu pelos séculos seguintes. A organização implantada na ordem por Loyola contribuiu para que os clérigos superassem as situações adversas encontradas nas missões. Estes agentes contribuíram significativamente para a conversão das almas e também para a introdução de práticas culturais ibéricas nos aldeamentos e, principalmente, para o aumento do número de súditos do rei, afinal, a coroa esteve atrelada a cruz na colonização.

A Companhia foi a ordem que melhor correspondeu às necessidades reformistas da Igreja Católica no século XVI. Certamente por isso, foi escolhida pelo Concílio de Trento para expandir a fé Católica e angariar fiéis nas terras longínquas do Império ibérico. Sua metodologia educacional e caráter militarista, em muito contribuiu para a expansão da colonização e catequese dos gentios. Dentre os cânones católicos, os padres esforçaram-se em empregar de maneira mais enfática a confissão, que, por meio das reformas tridentinas, colocava o padre como elemento de ligação entre Deus e o pecador. Doutor Navarro, que orientou com aulas e livros os jesuítas, muito contribuiu para que o modelo de confessionalismo católico moderno fosse absorvido pelos padres e, por consequência, se estendesse pelas áreas coloniais.

Durante os anos em que esteve em Coimbra, Navarro recebeu cartas de Nóbrega e talvez tenha recebido também de outros alunos jesuítas, que se espalharam pelos demais continentes e que também descrevessem as peculiaridades do campo missionário, pedissem

---

<sup>251</sup> NÓBREGA, Manoel da. Op. Cit., p. 75.

<sup>252</sup> Sobre o contato entre culturas e o processo de aculturação, mestiçagem e hibridismo ver GRUZINSKI, Serge **O pensamento mestiço**. São Paulo, Companhia das letras. 2001.

orientações ou uma simples oração. Em 1554, aos 62 anos de idade, Navarro encerrou suas atividades na universidade, deixando o cenário acadêmico como um dos mais consagrados doutores que ensinaram na instituição. Ele formou vários discípulos e produziu diversas obras sobre o direito canônico e a doutrina católica. Ao sair da instituição tinha a intenção retornar à Salamanca e Navarra para resolver questões familiares. Na volta, foi aclamado pelo imperador Carlos I e sua corte pelos trabalhos realizados em Portugal nos últimos anos<sup>253</sup>.

Apesar da idade avançada, o canonista continuou realizando trabalhos fora da universidade. Inicialmente, traduzindo alguns de seus livros e tratados produzidos em português para o castelhano e, também, escrevendo novas obras. Este período marcou uma fase de grande produtividade, pois Navarro se dedicou integralmente a suas publicações. Pouco depois de seu retorno, assumiu o trono Habsburgo Filipe II, que ao perceber as qualidades e o reconhecimento do catedrático, o convidou para ser conselheiro de direito canônico em sua corte. E assim foi até 1567. Logo depois, foi convocado para advogar no processo instaurado pela inquisição contra o arcebispo de Toledo, Bartolomé de Carranza, causa que se estendeu por quase vinte anos<sup>254</sup>.

Oriundo do Reino de Navarra, Carranza iniciou sua carreira eclesiástica ainda jovem na ordem dominicana, cursou teologia e publicou diversas obras, dentre elas: *Tratado sobre la virtud de la justicia (1540)*, *Summa conciliorum et pontificum a Petro usque ad Paulum tertium* (Universidad de Valencia), *Comentarios sobre el catecismo cristiano*. Em 1557, foi convidado por Filipe II para se tornar arcebispo de Toledo. Apesar da resistência inicial, aceitou o cargo. Pouco depois, Carranza teve seu nome envolvido em um escândalo que desencadeou um processo inquisitorial. A inquisição supostamente encontrou em suas obras, relações com o protestantismo, logo, se levantaram dúvidas sobre seu caráter que desembocaram na sua prisão. Em 1561, Navarro tomou a causa para si e afirmou que o arcebispo não tinha nenhuma ligação com Lutero. Ao contrário do que imaginava, foi processado pelo mesmo tribunal, pois percebeu que por detrás das acusações, existiam fortes interesses políticos. Transferiu a causa para Roma, na tentativa de aumentar suas chances na defesa e, por fim, obteve a sentença do papa Gregório XIII, que aplicou penas brandas para o acusado, como afastar-se por cinco anos do cargo de arcebispo. Certamente, a ação de Navarro contribuiu para livrar Carranza da morte pelo Santo Ofício, mas as penas não

---

<sup>253</sup> OROLIZ, Hermilio. Op. Cit. p. 69. PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 145.

<sup>254</sup> Cf. ARIGITA Y LASA, Mariano. Don Martín de Azpilcueta y sus obras. Pamplona, Imprenta Provincial, 1845. p. 298-313

chegaram a ser aplicadas, porque poucos dias depois da declaração papal, o arcebispo faleceu.<sup>255</sup>

Apesar da conclusão do processo, Navarro permaneceu em Roma até sua morte, em 21 de julho de 1586 e neste período realizou seu último trabalho. Foi consultor do Supremo Tribunal da Penitenciária, um dos tribunais da cúria romana, responsável pelas questões de foro interno, em diversos momentos foi diretamente consultado pelo papa sobre questões espirituais e doutrinárias<sup>256</sup>. Foi enaltecido pelos pontífices Pío V, Gregório XIII e Sixto V pelo seu trabalho, mas sobretudo, pelo seu caráter e disciplina, que serviam de exemplo aos demais eclesiásticos. Após a morte, ganhou fama de santo, por isso, seu corpo foi rapidamente sepultado na Igreja de Santo Antônio dos portugueses, com as honras fúnebres de clérigo e letrado que, muito contribuíram para a difusão dos cânones e doutrina católica.

Desde o início sua carreira acadêmica, produziu livros que auxiliaram principalmente os clérigos e os fiéis, com orientações para o desenvolvimento da moral segundo os cânones e sacramentos da Igreja. Algumas obras mais expressivas foram apontadas por Rafael Fernández:

Co[m]mto o repeticion del capitulo quando de consecratione... em La qual de raiz se trata de La oración, horas canônicas y otros officios divinos... (Coimbra, 1550); Manual de Confessores e Penitentes (Coimbra, 1556); Tractado de las rentas de los beneficios ecclesiasticos : para saber en que se han de gastar y a quien se han de dar, y dexar (Valladolid, 1566); Capítulo veynte y ocho de lãs addiciones del manual de confessores e penitentes (Valladolid 1570); Tratado de Alabança y murmuración (Valladolid, 1572); Relectio siue Iterata pralectio ...de resit. Spoliat (Coimbra, 1547).; Relectio cap. Novit de Judiciis... (Coimbra, 1548); Relectio cap. Ita quorundam de Iudaeis in qua de rebus ad Sarracenos deferri prohibitis e sensuris (Coimbra, 1550); Relectio in Leutico sub. Cap. Quis aliquando de poenit dist. I. quae de anno iabeleo (Coimbra, 1550); Commentarii in três De Poenitentia Distinctiones Posteriores (? , 1569); Commentarius de spoliis clericorum (Roma, 1572); Commentarius in cap. Non dicatis...de religionis sine debito..., (Roma, 1574); Commentaria fuerunt resposita quae vivo ipso super aliquot capita decretalium D. Gregorij IX ( ? , 1595) Consiliorum siue Responsorum libri quinque (Roma, 1602).<sup>257</sup>

De todas as obras produzidas pelo Doutor Navarro, a de maior repercussão foi o *Manual de Confessores e Penitentes*, que atingiu cerca de oitenta edições em variadas línguas em

<sup>255</sup> Cf. PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 154-174

<sup>256</sup> OLORIZ, Hermilio de. Op. Cit. p. 106.

<sup>257</sup> Relação de obras do doutor Navarro. Cf. PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. Op. Cit. p. 185-186; Ver também ARIGITA Y LASA, Mariano. Don Martín de Azpilcueta y sus obras. Pamplona, Imprenta Provincial, 1845, cap. VII, X e XV.

menos de um século de sua publicação<sup>258</sup>. Dez anos antes, o canonista havia elaborado uma obra muito parecida em latim, chamada *Comentarii de Penitencia* (1542), porém sua repercussão foi bem modesta, se comparada ao Manual. A diferença entre elas está em alguns parágrafos e acréscimos, que ganhou a última. É provável que a tradução em vernáculo tenha auxiliado na compreensão e difusão dos dogmas e conquistado um novo público. A organização do texto também contribuiu para seu sucesso, pois, de maneira objetiva, os sacramentos e penitências foram apresentados em uma sequência lógica, facilitando a aprendizagem.

Segundo Carlos Beorlrgui, as obras de Navarro foram responsáveis pela formação de algumas teorias que podem ser resumidas em: teoria econômica, origem do poder político, distinção da autoridade religiosa e civil, teoria sobre direito internacional, contribuições com a reforma católica<sup>259</sup>. Dessa forma, observa-se que o legado do teólogo foi amplo e contemplou vários aspectos.

Percebemos assim, o quão variadas eram as temáticas abordadas pelo Doutor Navarro ao longo de suas obras. As questões inerentes à sociedade de seu tempo foram debatidas em seus trabalhos e nos auxiliam nos estudos sobre o século XVI. Seus biógrafos concordam em afirmar que, seu maior legado foi às reformas no direito canônico, que muito contribuíram para a organização do catolicismo moderno<sup>260</sup>.

Esse influente letrado, que circulou nas principais cortes e universidades de seu tempo, foi um homem capaz de enxergar as contribuições sociais e culturais que esses ambientes lhe proporcionaram. Certamente, percebeu que o conjunto dos espaços por onde passou foi fundamental para torná-lo professor, padre, confessor, advogado e escritor. Concluimos com as palavras do próprio doutor Navarro, em sua carta apologética escrita para o Duque de Albuquerque em 1570, “Navarra me engendró, Castilla la Nueva me educó em Alcalá, Francia me hizo hombre, Castilla la Vieja me ensalzó en Salamanca, Portugal me honró (...) y gracias a Lusitania, vivo decorosamente con la amplia y perpetua renta de mi cátedra”<sup>261</sup>. Eis aí as contribuições de cada cidade na longa trajetória de um homem que não se prendeu as fronteiras territoriais e culturais.

---

<sup>258</sup> DE LA IGLESIA GÁRCIA, Jesús. Op. Cit. p. 78

<sup>259</sup> BEORLEGUI, Carlos. Op. Cit. p. 7.

<sup>260</sup> Dentre os biógrafos de Navarro destacamos Arigita y Lasa, Eloy Tejero e Rafael Fernandez Pardo.

<sup>261</sup> Carta Apologética, na íntegra em encontra em ARIGILA y LASA, Mariano Op. Cit. p. 615 a 633.

## Considerações finais

Este trabalho apresentou a trajetória do Doutor Martín de Azpilcueta Navarro e, através dela, expuseram-se alguns aspectos das sociedades lusa e dos reinos espanhóis, sobretudo, no que tange a confissão e educação na Península Ibérica no século XVI.

Percebemos que até a segunda metade dos quinhentos não existia a Espanha enquanto Estado, pois a região era formada por um conjunto de quatro reinos, que apresentaram os primeiros sinais de unificação nos governos de Carlos V e Filipe II. A diversidade social e cultural foi apresentada através de algumas obras literárias do período que expõe os grupos que formavam a sociedade e denunciam de forma crítica os valores e comportamentos comuns entre os clérigos.

A partir das biografias produzidas sobre o canonista, dos manuais de comportamento, das cartas trocadas entre Navarro, monarcas, jesuítas, etc, foram remontados os passos e os espaços percorridos pela nossa personagem do nascimento até a morte. Sabemos das limitações da reconstrução histórica, da impossibilidade de expor os fatos como ocorreram e temos ciência que, as fontes se tratam apenas de mais um discursos sobre um dado evento. Todavia, a partir da integração e análise das mesmas, observamos características importantes presentes nos nossos cenários que formavam o universo cultural e social ibérico.

Inicialmente, percebemos a existência de uma relação forte entre Portugal e Castela, que, por vezes, também se estendia aos demais reinos hispânicos. Isso se deve ao contato estabelecido entre nesses espaços, por meio da circulação de intelectuais e estudantes nas universidades e dos casamentos com objetivo de construir aliança políticas que garantissem a manutenção das monarquias.

Além do panorama geral da sociedade, observamos que o catedrático se tornou um homem de forte influência nas cortes e universidades onde trabalhou. Por isso, além de professor, foi também conselheiro e confessor de reis e nobres. Ele foi o primeiro a desenvolver os estudos em torno da teoria quantitativa da moeda e do impacto causado pela inflação, fruto do metalismo, na Península Ibérica.

Atuou fortemente no movimento de Reforma Católica, disseminando em suas aulas os princípios da escolástica em oposição aos luteranos. Contribuiu para difundir as designações do Concílio de Trento através dos seus manuais, especificamente, no *Manual de Confessores e Penitentes*, no qual apresentava uma característica particular em relação aos demais livros

sobre teologia moral: valorizava a quantidade de vezes que o pecado foi cometido, ao invés do relato minucioso do ato. A confissão passou a ser um instrumento utilizado pela igreja para exercer um controle sobre os corpos e mentes do homem, no momento de crise desta instituição, acentuado pela reforma luterana. Como tentativa de responder as críticas, a Igreja incentivou a produção e difusão dos manuais, em especial dos confessionais, e outros elementos de doutrinação, como o catecismo.

Pela intrínseca relação com a educação, também realizamos algumas análises sobre as instituições de ensino na Península Ibérica, desde as Escolas de Gramática às universidades. Houve, no século XVI, um grande aumento no número destes centros, esse fenômeno foi um reflexo do pensamento humanista que se espalhou nas cortes e valorizou, sobretudo, o uso da língua vernácula.

Também foi possível analisar a relação do Doutor Navarro com a Companhia de Jesus. Apesar de agostiniano, o professor possuía grande respeito e admiração pelos jesuítas. Não apenas por compartilhar dos mesmos princípios da ordem ou porque, muito de seus parentes nela ingressaram, mas pelo trabalho de catequese realizado nas colônias do império português e espanhol. Ao lecionar na Universidade de Coimbra ele manteve um estreito contato com Manuel da Nóbrega, padre que presidiu a primeira missão para a América Portuguesa, e ao ensinar diretamente ao clérigo os princípios da confissão moderna, colaborou para que eles fossem difundidos nas terras além-mar.

Os jesuítas que desembarcaram na Terra Brasillis rapidamente ensinaram aos povos indígenas a prática da confissão. As cartas endereçadas a Navarro, feitas por Nóbrega, deixam claro que os padres ensinaram a doutrina católica e, conseqüentemente, lançaram no novo mundo as sementes da confissão tridentina. Também descreve as principais características geográficas e climáticas desta terra, além de apontar alguns hábitos indígenas e informar como se deram os primeiros contatos entre estes últimos e os jesuítas. De acordo com Nóbrega, algumas tribos se mostraram acessíveis e nelas, já se ensinava muitas práticas cristãs, enquanto outras se mostravam resistentes a presença lusa em seu meio. Além de Nóbrega, o sobrinho do catedrático, João de Azpilcueta, também esteve na empreitada colonizadora e demonstrou habilidade para educar os gentios.

O ensino não era novidade para a ordem, muitos colégios e algumas universidades no velho mundo, foram administradas pelos inicianos. Além do caráter militar, a habilidade para os assuntos pedagógicos, foi uma das principais características da Companhia que, apesar de

se espalhar nos campos missionários, estabeleceu uma rede de comunicação através das cartas, que mantiveram unidade e uniformidade das ações dos padres e prestaram informações as lideranças jesuítas.

Pensar como essas novas práticas se reproduziram nas aldeias e suas especificidades com relação à Península Ibérica, é, sem dúvida, um questionamento intrigante, que abre margem para outros objetos de estudo, mas devido aos limites, sobretudo os cronológicos, em nossa pesquisa, encerramos este debate com apenas uma certeza (algo que geralmente não cabe ao ofício do historiador): que muito ainda há para se construir em torno práticas religiosas nos primórdios da colonização portuguesa.

## Fontes Impressas

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789.

NAVARRO, Martín de Azpilcueta. **Comentario Resolutorio de Usuras** sobre el el cap. j de la question. iij. de la xiiij causa / copuesto por el doctor Martin de Azpilcueta Navarro ; dirigido a una com otros quatro sobre el principio ... al muy alto, y muy poderoso señor don Carlos, principe de Castilla ... Impresso em Estela, por Adrian Anuer, 1565.

\_\_\_\_\_. **Manual de Confessores & Penitentes**[....].Composto por ho muito resolutu e celebrado Doutor Martin Azpilcueta Navarro. Impresso em Coimbra por João de Barreyra, 1560.

\_\_\_\_\_. **Tractado de las rendas de los beneficios ecclesiasticos**. Impresso em Valladolid por Adrian Ghemart, 1565.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Coleção Cartas Jesuíticas.

PORTO, Rodrigo do. **Manual de confessores & penitentes** que clara & breuemente conte[m] a vniuersal & particular decisão de quasi todas as duuidas q[ue] nas cõfissões sõe occorrer dos peccados, absoluições, restituções, ce[n]suras & irregularidades, [...] Coimbra, Por Ioã da Barreyra & Ioã Aluares, 1549.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. **Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre**. Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

## Referências

ALEMÁN, Mateo. **Guzmán de Alfarache**. Ediciones Perdidas. Disponível em: [http://www.librosdearena.es/Biblioteca\\_pdf/GuzmandeAlfarache.pdf](http://www.librosdearena.es/Biblioteca_pdf/GuzmandeAlfarache.pdf) . Acesso em: 20 janeiro de 2013.

ALMEIDA, Ângela Mendes. **O gosto do Pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII**. 2º ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

ANCHIETA, José de. *Tomo 2: Doutrina autógrafa e confessional*. Obras Completas 10 vol. Introdução histórico-literária, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso SJ. São Paulo. Loyola, 1992.

ANÓNIMO. **La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades**. Ñuñoa, Pehuén edições, 2001.

ARIGITA y LASA, Mariano. **Don Martín de Azpilcueta y sus obras: estudo histórico-crítico**. Pamplona, Imprenta Provincial, 1845.



ARRAZORA, Lorenzo. **Enciclopedia española de derecho e administración**. Madrid, Imprenta de la revista de legislación y jurisprudência, 1856. p. 619. Fonte: [http://books.google.es/books?id=IdFkdd1bSfQC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q=colegiata&f=false](http://books.google.es/books?id=IdFkdd1bSfQC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=colegiata&f=false). Acesso em: 27 de dezembro de 2012.

BARROS, Cândida. Maruyama, Toru. **O perfil dos interpretes da Companhia de Jesus no Japão e no Brasil no século XVI**. Revista de história e estudos culturais. Dez, 2007. V. 1.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português no século XVI. Revista Tempo. v. 4, n°7, 1999.

BEORLEGUI, Carlos. **Martín de Azpilcueta**: um artífice de la modernidad (en lo quinto centenario de su nacimiento). Disponível em: <http://www.barasoain.net/montaje/martin%20de%20azpilcueta.pdf> Acesso em: 28 de setembro de 2012.

BRANCO, Mario Fernandes Correia Branco. **Para a maior glória de Deus e serviços do Reino**: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII. Tese de doutorado. Niterói.

BRANDÃO, Mario. **Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557**. Coimbra: A. U. C., 1941. Vol I.

BRAGA, Teófilo. **História da Literatura Portuguesa II**, Renascença. Mem Martins, Europa América. 1986

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Paris, 1986 in AMADO, J. FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURKE, Peter. **A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/.../1177.pdf](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/.../1177.pdf) Acesso: 07 de abril de 2013.

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. **Las Cultura del siglo de Oro**. Madri, Historia 16, 1989.

CARVALHO, Joaquim Ramos. **Confessar e devassar**: a Igreja e a vida privada na época Moderna. IN MONTEIRO. Nuno Gonçalo (org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa, Temas e debates, 2011.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. Tradução de: Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo, Martín Claret, 2007.

COELHO, Antônio Borges. **Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro**. In José Tegarrinha (org.) **História de Portugal**. São Paulo, EDUSC, 2000.

**Concílio de Latrão.** Disponível em: <https://sites.google.com/site/evangelizandocommaria/concilios-da-igreja-catolica/quarto-concilio-de-latrao/canones-do-quarto-concilio-de-latrao>. Acesso em: 12 Agosto de 2012.

**Concílio Ecumênico de Trento.** Disponível em MONTFORT Associação Cultural <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> (sessão XIV). Acesso em: 10 Agosto de 2012.

COROLEU, Alejandro. **Humanismo en España.** Madrid, Introducción al Humanismo del Renacimiento, 1998.

COSTA, Célio Juvenal. **A Companhia de Jesus: racionalidade e civilização.** IX Simpósio internacional processo civilizador. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa\\_redonda/art10.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_redonda/art10.pdf) Acesso em: 15 de juho de 2012.

CURTO, Diogo Ramada. **A Cultura Política.** In MATTOSO, José (org.) História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d.

DANTAS, Bruna. **Sexualidade, Cristianismo e poder.** Estudos e pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro, Ano 10. n. 3.

DE FERNÁNDEZ MADRIGAL, Alfonso. Tratado sobre las Confesiones in RABANOS, José Maria Soto. **Visión e tratamiento del pecado em los manuales de confesores de La baja edad media** Hispaña. Hispania Sacra, LVIII 118, julio-diciembre 2006.

DE LA IGLESIA GÁRCIA, Jesús. **Martín de Azpilcueta e sy comentário resolutório de câmbios.** Revista História y pensamiento econômico. DICIEMBRE 2000-ENERO 2001 N. 789.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão:** as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. **España, três milênios de historia.** Madrid, Marcial Pons, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte:** investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia da corte. Tradução: Pedro Sussekind. Rio de janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ELLIOTT, John. **La Europa Dividida (1559-1598).** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

ESCARTIN, Eduardo. VELASCO, Luis. GONZÁLEZ-ABRIL, Luis. **Las finanzas em la época de Azpilcueta y em la actual.** Universidad de Sevilha Diposível em: <http://personal.us.es/escartin/Azpilcueta%20y%20los%20cambios.pdf> Acesso: 20 de janeiro de 2013.

FERNADES, Maria Célia. **Manual de confesores ao guia de penitentes:** caminhos e orientações da confissão nos tempos pós-trento. Via Spiritus 2, 1995.

FERNANDEZ, João. **De Celebritate Academiae Conimbricensis Apud** RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa, Imprensa nacional casa da moeda. 1998. V. 1 p. 61.

FERNÁNDEZ LUZÓN, Antonio. **La universidade de Barcelona en el siglo XVI**. 2003. Tese de doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona, Departament de Història moderna y Contemporane.

FERREIRA, Maria auxiliadora de Jesus. **Lazarillos de “Lazarrillo de Tormes”**: uma análise descritivo-comparativa de suas traduções. 2008. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia Programa de pós-graduação em Letras e Linguística . Salvador.

FLÔRENCIO, Francisco de Assis. **A poesia erótica de Buchanan**. Cadernos do CNLF, 16 VOL. XI, Nº 13.

FLÓREZ MIGUEL, Cirilo. **La ciudad de Salamanca en el siglo XVI**: La conjunción del arte y la ciência. Revista Arbor. Novembro-dezembro 2002.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **Santas Normas**: o comportamento do clero pernambucano sob a vigilância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707. Dissertação de mestrado, Recife, 2002.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

FRANCO, José Eduardo **A Companhia de Jesus e a Inquisição**: afectos e desafectos entre duas instituições influentes (Séculos XVI-XVII). Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose\\_eduardo\\_franco.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_eduardo_franco.pdf) Acesso em: 17 dezembro de 2012. s/d

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo, Companhia da Letras, 2006.

GOMES, Alberon Lemos. **A Matrona & o Padre: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco**. 2003, f. 165. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de pós-Graduação em História. Recife.

GOMES, Jonathas Mendes. **Natural Jeyto e Boa Enseñança**: aspectos moralísticos e políticos na literatura técnica da dinastia de Avis (Portugal século XIV/XV). 2010. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História, Niterói.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo, Companhia das letras. 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. **A monarquia**: a legislação e os agentes. IN MONTEIRO. Nuno Gonçalo (org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa, Temas e debates, 2011.

KAWATA, Viviane da Cruz. **Soldado de Corte**: estudo da destreza em Espanha e Portugal no século XVII. 2012. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História. São Paulo.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938- 1945. V. 1.

LIMA, Camila Cristina de Souza. **Artes, técnica e política**: a arquitetura régia de Juan de Herrera e o projeto político de Felipe II da Espanha ( 1572 -1596) Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.

LONDONÔ, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, 2002.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na formação da sociedade da corte (1640-1754). Penélope, nº29, 2003.

LUIS HERRERO, José. **Toponímia Urbana em la Salamanca de los Siglos de Oro**. Esta ponencia fue presentada en el encuentro *Il cammino e la strada (Gli spazi del romanzo nascente)*, en la Università degli Studi del Piemonte Orientale de Vercelli, 2004. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/artifara/rivista6/testi/salamanca.asp> Acesso em: 22 janeiro de 2013.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Conjunturas Políticas. In José Matosso (org.) **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d.

MATOSSO, José (org.) **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O rei ausente**. São Paulo, Alameda, 2004.

MENDES, António Rosa. A vida cultural. In José Matosso (org.) **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa Editorial Estampa, s/d.

GRICE-HUTCHINSON, M. **Ensayos sobre el pensamiento económico en España**. Alianza Editorial, Madrid, 1995.

MARTÍNEZ MILLÁN, José. **La corte de Felipe II**: historia e geografia. Madrid, Alianza editorial, 1999.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura portuguesa**. São Paulo, Cultrix, 2010.

MONGELLI, Lênia Marcia (org.) **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O ‘ethos’ nobiliárquico no final antigo regime: poder simbólico, império e imaginário social.** Almanack braziiliense n° 2, p. 5, Nov. 2005.

MORENO, Humberto. **O principio da época moderna.** In José Tegarrinha (org.) **História de Portugal.** São Paulo, EDUSC, 2000.

MULLETT, Michael. **A Contra Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna.** Lisboa, Gradiva, 1986.

NEBRIJA, Elio Antonio. **Gramática de la lengua castellana.** Barcelona, Linkgua ediciones, 2007.

NORBERT, Elias. **La sociedade cortesã.** Mexico, 1982.

OLÓRIZ, Hermilio de. **Nueva Biografía del doctor Navarro: D. Martín de Azpilcuetas y enumeración de suas obras.** Pamplona, Libreria de Aramburu, 1916.

ORAMAS MESA, Manuel. **Economistas espanhóis do século XVI.** Disponível em: [www.gobiernodecanarias.org/.../3/.../06.pdf](http://www.gobiernodecanarias.org/.../3/.../06.pdf) - p. 153-154. Acesso: 30 janeiro de 2013.

ORTA, Garcia de. **Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India,** e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber / cõpostos pello Doutor garçia dorta [...] . Disponível: [http://purl.pt/22937/4/res-456-p\\_PDF/res-456-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-456-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22937/4/res-456-p_PDF/res-456-p_PDF_24-C-R0150/res-456-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

PAIS, José Machado. **De Espanha nem bom vento nem bom casamento: sobre um enigma sociológico de um provérbio português.** Análise social. Vol XXI. p. 229-243. Jul/Dez. 1985.

PALOMO, Frederico. **A contra-reforma em Portugal 1540-1700.** Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

PARDO FERNÁNDEZ, Rafael. **Martín de Azpilcueta y su época.** Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011.

PIERONI, Geraldo. **Os Excluídos do Reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia.** Brasília: Universidade de Brasília, 2000; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PRIORI, Mary del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história.** Topoi, Rio de Janeiro. V. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%20201%20artigo%201.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%20201%20artigo%201.pdf) Acesso em: 02 de Abril de 2013.

PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito.** São Paulo, Martins Fontes, 2005

RABANOS, José Maria Soto. Visión e tratamento del pecado em los manuales de confesores de La baja idade media. Hispania Sacra, LVIII 118, julio-diciembre 2006.

RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa, Imprensa nacional casa da moeda. 1998. V. 3.

\_\_\_\_\_. RAMALHO, Américo da Costa. **Alguns Aspectos da vida universitária em Coimbra nos meados do século XVI (1548-1554)**. Conferência feita na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Coimbra, 1981. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas3334/01\\_Costa\\_Ramalho.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas3334/01_Costa_Ramalho.pdf) Acesso em: 03 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Latim Renascentista em Portugal**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: Trafico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c. 1853)**. São Paulo, Companhia da Letras, 2010.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. **Uma herança humanística: o problema da virtú principesca no livro do cortesão Baldassare Castiglione**. 2003.

RODRIGUES, Manuel Augusto. **Notas sobre a Universidade de Coimbra desde as origens (1290) até à fixação definitiva em Coimbra (1537)**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RUIZ, Teófilo F. **Historia social de España (1400-1600)**. Barcelona, Critica, 2002.

SALGADO, Graça (org). **Ficais e meirinhos: administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SALINAS QUIJADA, Francisco de. **El Doctor Martín de Azpilcueta en la Universidad de Coimbra**. Disponível: [http://www.navarra.es/appsext/bnd/GN\\_Ficheros\\_PDF\\_Binadi.aspx?Fichero=RPVIANAnro-0179-pagina0609.pdf](http://www.navarra.es/appsext/bnd/GN_Ficheros_PDF_Binadi.aspx?Fichero=RPVIANAnro-0179-pagina0609.pdf). Acesso em: 11 fevereiro de 2013.

SANTOS, Rogéria. **Humanismo em Portugal e sua influência na formação de Francisco de Holanda**. Revista tempo de conquista. N°7

SARAIVA, Antônio José. LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 17° Edição. Porto, Porto Editora, 1996.

SIERRA BRAVO, Restituto. **El pensamiento social y econômico de la Escolástica**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975.

SILVA, Amélia Maria Polónia da. **Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do reino**. Revista da Faculdade de

Letras. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2228.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.

SOUSA, Jesus Maria. **Os Jesuítas e a Ratio Studiorum:** As raízes da formação de professores na Madeira. Ilenha. 2003. Disponível em: <http://www3.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/31OsJesuitaseaRatioStudiorum.PDF>

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **A Cristandade insular:** Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682). 2010. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense Programa de pós-graduação em História, Niterói.

TÁNACS, Erika. **El Concilio de Trento e la Iglesias de la América española:** La problemática de su falta de representación. Fronteras de La Historia. Bogotá, 2002. V. 007.

TEJERO, Eloy. **Relevancia doctrinal del doctor Navarro en el âmbito de las ciências y la tradición cultural de Europa.** Disponível em: [www.navarra.es/.../GN\\_Ficheros\\_P...](http://www.navarra.es/.../GN_Ficheros_P...) Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição:** um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

VARGAS, Samanta Piton. **Inquisição na Espanha:** desde o antijudaísmo na antiguidade à perseguição dos conversos na idade moderna. Revista Historiador Especial Número 01. Ano 03. Julho de 2010

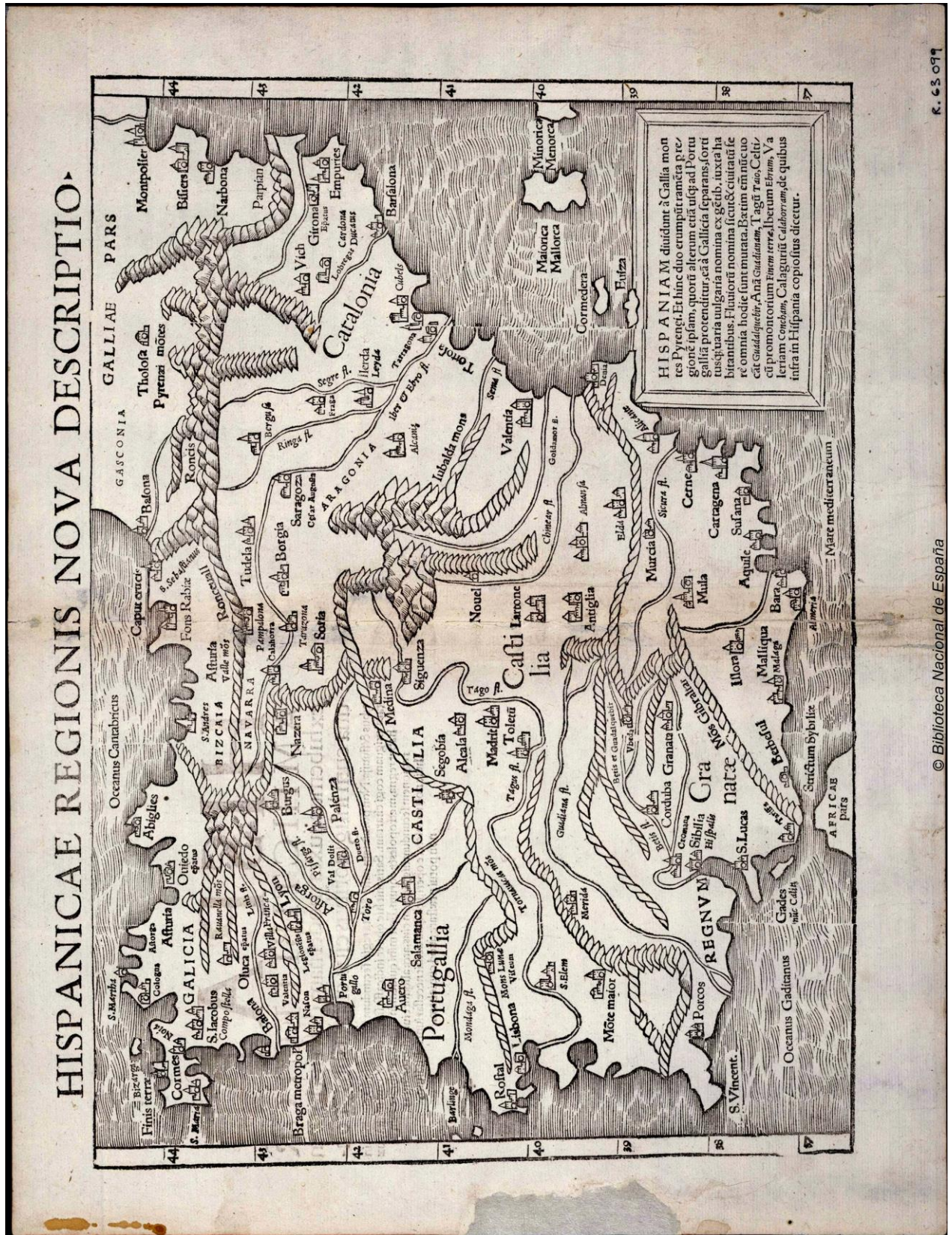
VIANNA, Alexander Martins. **Estudo Introdutório às 95 Teses de Martinho Lutero.** Revista Espaço Acadêmico, N°34, Março 2004. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc\\_lutero.htm](http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm) Acesso em: abril de 2013.

VICENTE, Gil. **Auto da barca do Inferno.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00111a.pdf>. Acesso: 15 de março de 2013

WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas:** missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

ZANIBONI, Paulo André Moreira. **A transferência do colégio das artes aos jesuítas:** a atuação de D. João III à margem do pressuposto da personalidade (1540-1557). 2011. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História, São Paulo.







MÜNSTER, Sebastia. PETRI, Heinrich. **España Hispanicae Regionis Nova Descriptio**. Basilea, 1550?

**Escala** [ca. 1:4.000.000]. 1 grado de latitud [= 2,7 cm]

**Datos de edición:** Basilea H. Petrus

### **Descripción**

Graduada la latitud. - Relieve por montes de perfil y sombreado. - Hidrografía destacada. - Ciudades representadas por conjuntos de edificaciones según su importancia. - El mar aparece con un fino rayado que simula las olas. - Toponimia en español y latín

La *Cosmographia* de Ptolomeo, editada por Sebastian Münster en 1544 en Basilea, tuvo numerosas reediciones, traducándose a otros idiomas como el italiano, alemán y francés, con un mapa de España más moderno, en el que aparece la información cartográfica de mediados del siglo XVI (Hernando, A. El mapa de España, 1995, p. 114)

Fecha de publicación tomada de "Mapmakers of the Sixteenth Century...", R. Karrow, 1993, p. 423, n. 58/103

Disponível em:

<http://bdh.bne.es/bnearch/Search.do?text=&field1val=Mapas+espa%C3%B1a&showYearItems=&field1Op=AND&numfields=3&exact=&textH=&advanced=true&field1=coleccion&completeText=&language=es&anyo=1550&pageSize=10> Acceso: Abril de 2013.

Ao Dr. Navarro, seu Mestre em Coimbra

(1549)

Cidade de Salvador. – Clima. – Os naturaes. – Anthropophagia. – Immortalidade da alma. – Noção do Demonio. – Noticia do Diluvio. – S. Thomé. – Pregações e baptismos. - Padre Navarro. – Morte de um Christão. – Uma execução. – Medo dos Indios. – Apêgo aos Padres. – O nome de Jesus popularizado. – Um Indio revelar ter estado com Deus no Paraiso. – Conversão de um feiticeiro

Gratia et paz Doimini Nostri Jesu Christi sit semper nobiscum. Amen.

Pensando eu muitas vezes na graça que o senhor me fez, mandando-me à estas terras do Brasil, para dar princípio ao conhecimento e louvor do seu santo nome nestas regiões, fico espantado de ter sido para esse fim eleito, sendo eu a escoria de toda a Universidade; mas, além da divina graça, cuido que o ter sido discípulo da doutrina e da virtude de Vossa Reverendissima e as suas orações me impetraram esta misericórdia de Deus, *qui potens est de lapidibus istis suscitare Abrace*; e porém é de razão que eu dê contas a Vossa Revenndissima do que o Senhor começa a obrar nesta sua nova vinha, a qual talvez queira estender a *mari usque ad mare, et a flumine usque ad términos orbis terrarum*; para que Vossa Reverendissima louve por sua parte ao Senhor, à quem só se deve toda a gloria e honra.

Depois que partimos de Portugal, o que foi em 1º de Fevereiro de 1549, toda a armada trouxe-a Deus a salvamento; sempre com ventos prósperos e de tal arte que chegamos à Bahia de Todos os Santos dentro de 56 dias (22), sem que sobreviesse nenhum contratempo e antes com muitos outros favores e graças de Deus, que bem mostrava ser sua a obra que agora se principiou.

Desde logo se fez a paz com o Gentio da terra e se tomou conselho sobre onde se fundaria a nova cidade, chamada de Salvador (\*), onde muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sitio sobre a praia em local de muitas fontes, entre mar e terra e circundado das aguas em torno aos novos muros. Os mesmos Indios da terra ajudam a fazer as casas e as outras cousas em que se queira empregal-os; pode-se já contar umas cem casas e se começa a plantar cannas de assucar e muitas outras cousas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo, ainda que algumas, por demasiado pingues, só produzem a planta e não o fructo. E' muito salubre e de bons ares, de sorte que sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando de alimentação com que se nutriam, são poucos os que enfermam a estes depressa se curam. A região é tão grande que, dizem, de três partes em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muita fresca e mais ou menos temperada, não se sentido muito o calor do estio; tem muitos fructos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto panno de raz tão bello. Nos ditos montes há animaes de muitas diversas feituraz, quaes nunca conheceu Plinio, nem deles deu noticia, e hervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Hespanha; o que bem mostra a grandeza e beleza do Creador na tamanha variedade e beleza das criaturas.

Mas é de grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus têm certo, e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam, regendo-se todos por inclinações e appetites sensuais, que está sempre inclinado ao mal, sem conselho nem prudência. Têm muitas mulheres e isto pelo tempo em que se contentam com ellas e com as dos seus, o que não é condemnaado entre eles. Fazem guerra, uma tribu a outra, a 10, 15 e 20 leguas, de modo que estão todos entre si divididos. Si acontece aprisionarem um contrario na guerra, conservam-o por algum tempo, dão-lhe por mulheres suas filhas, para que o sirvam e guardem, depois do que o matam com grande festa e ajuntamento dos amigos e dos que moram por ali perto, e si deles ficam filhos, os comem, ainda que sejam seus sobrinhos e irmãos, declarando às vezes as próprias mães que só os paes e não a mãe, têm parte nelles (\*). E' esta a cousa mais abominável que existe entre eles. Si matam a um na guerra, o partem em pedaços, e depois de moqueados os comem, com a mesma solemnidade; e tudo isto fazem com um ódio cordial que têm um ao outro, e nestas duas cousas, isto é, terem muitas mulheres e matarem os inimigos, consiste toda a sua honra. São estes os seus desejos, é esta a sua felicidade. O que tudo herdaram do primeiro e

segundo homem, e aprenderam daquele que *homicida erat ab initio*. Não se guerreiam por avareza, porque não possuem de seu mais do que lhes dão a pesca, a caça e o fructo que a terra dá a todos, mas sómente por ódio e vingança, sendo tão sujeitos á ira que, si acaso se encontram em o caminho, logo vão ao pau, á pedra ou á dentada, e assim comem diversos animaes, como pulgas e outros coo este, tudo para vingarem-se do mal que lhes causam, o que bem deixa ver que não tomaram ainda aquelle conselho evangelico de pagar o mal com o bem. Quando morre algum deles, enterram-o em posição de quem está assentado, em frente lhe põem de comer com uma rede e ahi dormem, e dizem que as almas vão pelos montes e ali voltam para comer. Têm grande noção do Demonio e têm dele grande pavor e o encontram de noite, e por esta causa sahem com um tição, e itso é o seu defensivo.

Sabem do diluvio de Noé, bem que não conforme a verdadeira historia; pois dizem que todos morreram, excepto uma velha que escapou em uma arvore.

Têm noticia igualmente de S.Thomé e de um seu companheiro e mostram certos vestígios em uma rocha, que dizem ser delles, e outros signaes em S. Vicente, que é no fim desta costa. Delle contam que lhes dera os alimentos que ainda hoje usam, que são raízes eervas e com isso vivem bem; não obstante dizem mal de seu companheiro, e não sei porque, sinão que, como soube, as frechas que contra elle atiravam voltavam sobre si e os matavam. Muito se admiravam de ver o nosso vulto e veneração que temos pelas cousas de Deus. Entre eles, os que são amigos vivem em grande concordia e amor, observando bem aquilo que se diz: *Amicorum omnia sunt communia*. Si um delles mata um peixe, todos comem deste e assim de qualquer animal. Nesta terra alguns há que não habitam casas, mas vivem pelos montes; dão guerra a todos, e de todos são temidos. Isto é o que me ocorre sobre a terra e sobre a gente que habita e que é cousa muito para lastimar e se ter compaixão dessas almas.

Fallarei agora da porta que Nosso Senhor se dignou de abrir nestes poucos mezes para escolher dentre eles os que foram predestinados: porém começamos a visitar as suas aldeias, quatro companheiro que somos, a conversar familiarmente, e a anunciar-lhes o reino do Ceu, si fizerem aquillo que lhes ensinarmos; e são estes aqui os nossos bandos. Convidamos os meninos a ler e escrever e conjunctamente lhes ensinamos a doutrina christã e lhes pregamos para que com a mesma arte com que o inimigo da natureza venceu o homem dizendo: *Eritis sicuti Dii scientes bonum et malum*, com arte igual seja elle vencido, porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm grande inveja e vontade de aprender e

desejam ser christãos como nós outros. Mas sómente o impede o muito que custa tirar-lhe os maus costumes delles, e nisso está hoje toda a fadiga nossa.

E já por gloria do Senhor nestas aldeias que visitamos em torno á cidade, muitos se abstêm de matar e de comer carne humana; e si algum o faz, fica segregado daqui.

Onde quer que vamos somos recebidos com grande boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quaes ensinamos. Muitos já fazem as orações e as ensinam aos outros. Dos que vemos estarem mais seguros, temos bapsitado umas cem pessoas pouco mais ou menos: começou isto pelas festas do Espirito Santo, que é o tempo ordenado pela Egreja: e devem haver uns 600 ou 700 catechumenos prontos para o baptismo, os quaes estão bem preparados em tudo.

E alguns vêm pelos caminhos a nosso encontro, perguntand-nos quando os havemos de baptisar, mostrando grande desejo e prometendo viver conforme o que lhes aconselhamos; costumamos baptisar marido e mulher de uma só vez, logo depois casando-os, com as admoestações daquillo que o verdadeiro matrimonio reclama; com o que se mostram elles muito contentes, prestando-nos muita obediencia em tudo quanto lhes ordenamos. D'entre muitas cousas referirei uma que bastante me maravilhou , e foi que ensinando um dia o padre João de Aspigueta os meninos a ler e a fazer o signal da cruz, e tendo os ditos meninos certas pedras de varias côres nos lábios, que é uso trazer furados, e muito estimam, embaraçando as pedras de fazer-se o signal da cruz, veiu a mãe de um delles e para logo tirou a pedra dos labios de seu filho e atirou ao telhado; de repente os outros fizeram o mesmo: e isto foi logo quando começamos de ensinar. Outra vez descobriu o mesmo Padre em uma aldeia, que cozinhavam o filho de um inimigo, a fim de comerem-n'o: e porque fosse reprehendidos, soubemos mais tarde que o enterraram e o não quizeram comer.

Outras cousas semelhantes se têm dado, que seria longo ennumerar, e a maior parte dellas com o dito Padre que anda sempre pelas aldeias e ahi dormem e come para ter mais facilidade em pregar á noite, porque a esta hora é que estão juntos na aldeia e mais descansados: e já sabe a lingua delles que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha, de modo que com elles se entende; e a todos nos leva vantagem, que parece Nosso Senhor ter feito especial graça á nação de Navarra, em acudir aos infiéis como fazem Mestre Francisco

nas outras Indias do Rei de Portugal e este Padre nas terras do Brasil: onde corre com tanto fervor de uma terra á outra, que parece abraçar os montes com o fogo da charidade.

Em duas das principaes aldeias de que tem cargo, fizeram-lhe uma casa onde esteja e ensine aos cathecumenos; em outra aldeia, tambem proximo a esta cidade, fizemos uma casa a modo de ermida, onde um de nós está incubido de ensinar e pregar aos baptisados de pouco, e a outros muitos cathecumenos, que nella vivem.

Os Principaes da terra baptisaremos em breve, que outra cousa não se espera sinão que tornem á suas mulheres, que têm esperança em que conservem a fidelidade: porque é costume até agora entre elles não fazerem caso de adultério, tomarem uma mulher e deixarem outra, como bem lhes parece e nunca tomando alguma firme. O que não praticam os outros infieis de Africa e de outras bandas, que tomam mulher para sempre e si a abandona é mal visto: o que não se usa aqui, mas ter as mulheres simplesmente como concubinas.

De muitas partes somos chamados, para irmos ensinar as cousas de Deus e não podemos chegar, porque somos poucos; e certo, creio que em todo o mundo não se nos depara terra tão disposta para produzir o fructo como esta, onde vemos almas parecerem, por se não poder remedial-as: em falta, vamos lhes accendendo a vontade de ser christãos, para que se morrerem, neste comenos, enquanto dura o catecismo, delles Deus haja misericórdia. Aos que amam a Deus e desejam a sua gloria não sei como lhes soffre a paciencia de se não embarcarem logo e virem cavar nesta vinha do Senhor que tão espaçosa é, e que tão poucos operários possui. Poucas lettas bastariam aqui, porque tudo é papel branco, e não ha que fazer outra cousa, sinão escrever á vontade as virtudes mais necessarias e ter zelo em que seja conhecido o Creador destas suas creaturas.

Estando tudo nestes termos e em tão bom principio, pelos poucos mezes que aqui estamos, esforçou-se o inimigo da natureza humana (como sóe sempre fazer) em impedir o bom successo da obra: e assim determinou que a 7 ou 8 leguas daqui matassem um Christão da armada em que viemos: o que nos poz em perigo de guerra e nos acharia, á nossa gente, em má ocasião, desprevenidos e mal fortificados em a nova cidade. Mas quis o Senhor, que do mal sabe tirar o bem, que os mesmos Indios trouxessem o homicida e apresentaram-n'o ao Governador: o qual logo o mandou collocar á boca de uma bombardas e foi assim feito em pedaços (\*): isto pôz grande medo aos outros todos que estavam presentes; e os nossos

Christãos se abstiveram de andar pelas aldeias, o que foi serviço de Deus, por evitarem os escândalos que aos Índios davam, andando pelas suas terras.

Quando viajamos nós outros da Companhia, nunca nos abandonam, e antes nos acompanham para onde se queira, maravilhados com o que pregamos e escutando com grande silencio.

Dentre outras coisas, recordo-me que por meio de um menino lingua eu lhes dizia, uma noite em que eu pregava ao luar (não lhes podendo ensinar mais), que tivessem fé em Jesus Christo, e que ao deitar e ao levantar o invocassem dizendo: *Jesus, eu te encommendo minh'alma*, e depois que delles me parti, andando pelos caminhos, notei a alguns que diziam em voz alta o nome de Jesus, como lhes havia ensinado, o que me dava não pequena consolação. E cousa admiravel, é quanto por sua bondade e consolação, o Senhor todos os dias nos comunica e ainda mais avantajadamente aos outros Irmãos, porque visitam mais vezes aldeias que eu, e mais o merece a sua virtude.

Um dos que baptisamos veio a nós, dizendo por acenos e de modo que o comprehendiamos, que naquela noite estivera com Deus no Paraiso, com grande alegria; e assim nos vinha contar muito contente.

Uma cousa nos acontecia que muito nos maravilhava a principio e foi que quasi todos os que baptisamos, cahiram doentes, quaes do ventre, quaes dos olhos, quaes de apostema: e tiveram occasião os seus feiticeiros de dizer que lhes davamos a doença com a agua do baptismo e com a doutrina a morte; mas se viram em breve desmascarados, porque logo todos os enfermos se curaram. Quiz por ventura o Senhor a estes seus filhos perfilhados em seu sangue, provar-lhes desde cedo e ensinar-lhes que é preciso soffrer e que esta é a mesinha com que se purgam os eleitos do Senhor. Procurei encontrar-me com um feiticeiro, o maior desta terra, ao qual chamavam todos para os curar em suas enfermidades; e lhe perguntei em virtude de quem fazia elle estas cousas e se tinha comunicação com o Deus que creou o Ceu e a Terra e reinava nos Ceus ou acaso se comunicava com o Demonio que estava no Inferno? Respondeu-me com pouca vergonha que elle era Deus e tinha nascido Deus e apresentou-me um a quem havia dado a saude, e que aquelle Deus dos céus era seu amigo e lhe aparecia frequentes vezes nas nuvens, nos trovões e raios; e assim dizia muitas outras cousas. Esforcei-me vendo tanta blasphemia em reunir toda a gente, gritando em altas vozes, mostrando-lhes o

erro e contradizendo por grande espaço de tempo aquillo que elle tinha dito: e isto, com ajuda de uma lingua, que eu tinha muito bom, o qual falava quanto eu dizia em alta voz e com os signaes do grande sentimento que eu mostrava. Finalmente ficou elle confuso, e fiz que se desdisse de quanto havia dito e emendasse a sua vida, e que eu pediria por elle a Deus que lhe perdoasse: e depois elle mesmo pediu que o baptisasse, pois queria ser christão, e é agora um dos cathecumenos. Vi entre os que estavam presentes alguns homens e mulheres como atônitos daquillo que eu falava, das grandezas de Deus. Estas e outras cousas obra o Senhor por nosso ministério *inter gentes*. Vossa Reverendissima, pois que tem o zelo da Divina honra, nos ajude com as suas orações e escrevendo-nos o que Deus lhe faça sentir.

E assim fico pedido a benção do Pae e Mestre em Jesu Christo Senhor Nosso.

Deste porto e cidade do Salvador a 10 de Agosto de 1549.

DE V. R. P. sevo no Senhor.

---